



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

20 **116ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do**
21 **Meio Ambiente, Conama.**

22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

Brasília/DF.
19 de novembro de 2014.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

44 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom dia,
45 pessoal. Peço a todos para tomarem os seus lugares. Essa é a 116ª Reunião
46 Ordinária do Conama. Vamos dar início aos trabalhos agora. É a nossa última
47 reunião do ano, a nossa última reunião do primeiro mandato da Presidenta Dilma.
48 Então, é uma ocasião muito especial para nós todos e, em especial, para quem
49 esteve no início desse governo a primeira oportunidade de estar aqui nesse
50 conselho. Nós vamos dar início aos trabalhos conforme combinado com a
51 apresentação da Ministra Izabella Teixeira, de um balanço, um balanço em aberto,
52 um balanço ainda em curso, da gestão desse período. Eu queria agradecer a
53 todos, agradecer também ao pessoal da Sociedade Civil que esteve aqui na
54 segunda-feira, a turma das preparatórias ontem. Talvez estejamos chegando
55 agora na estaca zero de um novo ciclo, mas acho que é bom, pelo menos saímos
56 do negativo. Vamos em frente. Otimista, não é? Bom, eu vou passar sem mais
57 delongas a palavra à Ministra. Peço a todos para se acomodarem e, dentro do
58 possível, permanecerem, digamos assim, bem instalados. Tem umas cadeiras
59 aqui na frente pessoal. A turma aí do gargarejo, tem lugares aqui na frente. Bom,
60 vamos lá. Ministra.

61
62

63 **A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente)** –
64 Bom. Bom dia a todos. Obrigada, Chico. Como nós havíamos proposto e acatado
65 por este plenário, a reunião de hoje terá uma dinâmica um pouco distinta que
66 tradicionalmente nós temos nesse Conselho e essa mudança da dinâmica da
67 reunião tem a ver com, na realidade, dar cumprimento a uma função do Conselho
68 Nacional do Meio Ambiente, que eu acho que é a primeira vez que faz de usar o
69 espaço do Conselho para uma avaliação das políticas ambientais. Obviamente, a
70 elaboração de relatórios tão só das políticas ambientais nacionais, federais,
71 estaduais e municipais, isso é muito complexo e têm situações muito distintas, o
72 que ficaria, acho que talvez nós teríamos que ficar aqui uma semana mostrando
73 um a um e não é esse o propósito. Não quer dizer que todas as informações e
74 todos os relatórios detalhados não sejam tornados disponíveis em até final de
75 dezembro, meados de dezembro no site do Conama, no site do Ministério, no
76 espaço dedicado ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, como também todos
77 Conselheiros receberão, por parte do Ministério do Meio Ambiente e entidades
78 vinculadas, os seus relatórios de gestão com uma visão, assim, crítica do trabalho
79 feito nos últimos quatro anos e vocês vão me dar licença porque eu, na realidade,
80 exerço o cargo há cinco anos. Então, eventualmente, nós teremos algumas
81 referências ao ano de 2010, ao governo do Presidente Lula, por conta de que
82 várias medidas, cujos resultados são alcançados em 2014, acabaram dando início
83 em 2011, perdão, em 2010. Então, por essa razão, vocês vão ver, em algum
84 momento, referências também ao ano de 2010 no caso do Ministério do Meio
85 Ambiente, mas, fundamentalmente, nós estaremos concentrados aqui no período
86 de 2011/2014 um balanço em aberto, em que a ideia é junto com a Abema com a
87 Associação Brasileira das Entidades de Meio Ambiente, dos Órgãos Ambientais e
88 Estaduais, termos uma apreciação crítica das principais linhas de trabalho, das
89 principais premissas políticas e dos principais resultados. Então, se não houver
90 nenhuma objeção desse plenário, a ideia é que nós possamos dedicar esta manhã

3

2

4

91 a este balanço e obviamente depois vai ser aberta a palavra aos Conselheiros e,
92 em seguida, obviamente, terá o intervalo e nós entraremos na parte da tarde com
93 a pauta da Sessão do Conama propriamente dita. E, obviamente, seguindo até
94 amanhã se for essa a demanda como está planejando. Tudo bem? Alguma
95 observação? Então, eu vou convidar o Dr. Hélio Gurgel, presidente da Abema, a
96 fazer aqui o uso da palavra, um pouco a apreciação crítica do que foi o trabalho
97 feito pelos órgãos estaduais de meio ambiente atendendo a meu pedido, eles
98 seguiram a metodologia de trabalho em torno de temas prioritários. Eu sei porque
99 esse trabalho foi me apresentado ontem a noite e é um esforço muito grande dos
100 órgãos ambientais, obviamente tem informações assimétricas, isso tudo que é o
101 desafio, mas um esforço muito grande dos órgãos ambientais de cumprirem em
102 tão curto espaço de tempo uma demanda, um atendimento à demanda que nós
103 fizemos aqui no Conselho Nacional de Meio Ambiente. Óbvio que isso é o primeiro
104 exercício. Nós esperamos o que Conama se avalie e verifique se isso é uma rotina
105 a ser adotada por este Conselho no que diz respeito ao espaço de debate sobre
106 políticas públicas, avaliação, recomendações e, obviamente, o maior domínio em
107 torno de transparências dos resultados não só da gestão federal, mas também da
108 gestão estadual e espero que, no próximo passo, da gestão municipal. Então, Dr.
109 Hélio, vou passar ao senhor o uso da palavra e, em seguida, eu entro com o
110 balanço Federal, mas que tem a ver com questões nacionais, como a questão do
111 Cadastro Ambiental Rural e outros temas que eu vou explorar aqui. Muito obrigado
112 Dr. Hélio, por favor.

113
114

115 **O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Abema)** – Bom dia a todos e a todas.
116 Saudar aqui a pessoa da Senhora Presidenta do Conselho a Ministra Izabella
117 Teixeira, o Dr. Francisco Gaetani, Secretário-Executivo do MMA, os senhores
118 Conselheiros, convidados e todo o pessoal que trabalha, os operadores
119 ambientais do MMA, do Conama, do Ibama, do ICMBio, que estamos envolvidos
120 dentro desse propósito comum e hoje, no dia do balanço que a Ministra referiu,
121 nós temos a satisfação, grande satisfação, enquanto órgão que agrega as
122 secretarias de Estado e os órgãos licenciadores estaduais, de apresentar aquilo
123 que nos foi pautado em 8 de agosto de 2014, por ocasião da reunião anterior, há
124 120 dias atrás, quando fizemos um balanço de cada atividade dos Estados,
125 gerando esse documento Agendas Ambientais Prioritárias 2010/2014 que é um
126 relatório consubstanciado em 450 páginas, que ora é entregue ao Conama na
127 pessoa da Ministra Presidente do Conselho e que contém uma roteirização que
128 obedece a um número estimado como observamos aí. Seis linhas que relatam a
129 política de cada Estado, política de mudança do clima, política de resíduos sólidos,
130 política de recursos hídricos, política florestal, política de biodiversidade e política
131 de educação ambiental, cada um dos estados se manifestou relatando aquilo que
132 vem fazendo desde 2010 até o presente e essas outras linhas seguintes temos
133 aqui exemplo porque está disposto em ordem alfabética, tiramos o estado do Acre,
134 todos os estados já remeteram, estamos fazendo apenas umas revisões finais,
135 aonde cada um, por esse exemplo do Acre pela ordem alfabética vem sendo o
136 primeiro. Você pode passar, por favor. Os outros itens vão relatando aquilo que
137 vem vivenciando, que vem aplicando em seus respectivos territórios. Em seguida,

5

3

6

138 nós temos, a partir do item sete, o acompanhamento das políticas ambientais em
139 curso, quais sejam, a questão do Cadastro Ambiental Rural implementação de Lei
140 12.651, o Código Florestal, licenciamento ambiental e implementação da LC 140,
141 o sistema estadual de Unidades de Conservação de cada unidade federada, a
142 gestão ambiental, territorial e urbana, recursos genéticos e repartição de
143 benefícios, prevenção e controle da poluição, produção e consumo sustentável.
144 Acompanhado de gráficos e de informações complementares. O que nos torna
145 depositários inclusive de um arquivo que pretendemos ser dinâmicos, a partir do
146 qual deveremos estar em constante atualização. Esses dados serão
147 disponibilizados no site da Abema e divulgado que isso ficará para uso público em
148 qualquer... para acesso de qualquer pessoa interessada, porque encerram o relato
149 de cada unidade federada, que é exatamente essa a bandeira que vimos
150 defendendo e trabalhando aqui que é o respeito ao Pacto Federativo, aquela
151 conformação da autonomia estadual, quando esperamos, convergindo dentro da
152 Política Nacional de Meio Ambiente, trazer subsídios buscando alinhar
153 procedimentos estaduais e, sobretudo, colaborando e em estreita parceria com os
154 órgãos federais, com principalmente o Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos,
155 o Ibama, o ICMBio o DConama, no sentido de trazermos atualizações constantes
156 desses dados, que são consubstanciados no relatório, esse relatório 2014, que
157 toma o nome de agendas ambientais prioritárias, que são realmente prioritárias
158 dentro dessa visão, tratamos aqui objetivamente de todos aqueles assuntos que
159 dizem respeito não somente aos estados, mas como a todos os operadores do
160 ambiente e aonde vamos levar dentro de um tempo muito breve, podemos dizer
161 assim, o entendimento daquelas mudanças que estamos presenciando, não
162 somente no plano estadual, mas como aquelas que estão sendo preconizadas em
163 todos os estados com essa mudança simultânea de gestões estaduais e buscando
164 centrar para que possamos continuar dentro de uma visão de futuro um
165 planejamento que venha a continuar a construção que vem sendo feita até o
166 momento não somente pela gestão de Ministra Izabella como também pela
167 contribuição de todos aqueles que vem somando, que vem trazendo a este
168 DConama, como órgão superior do Sistema Nacional de Meio Ambiente, o
169 fortalecimento necessário para o enfrentamento dessa nova realidade política que
170 se afigura. São momentos em que temos uma grata satisfação de fazer a entrega
171 física inclusive à Ministra, por favor. *(Palmas!)*. E esperando que 2015 venha
172 trazer não somente a base do novo planejamento dessa continuação, mas
173 contribuindo com a base já centrada dentro dessa temática, que possamos ter
174 desenvolvidas nos próximos anos, nesses anos que virão decisivos para a
175 complementação do trabalho que foi focado. É o momento em que a Abema e
176 todos os estados aqui representados agradecem a oportunidade de estarmos
177 operando tão conjuntamente com o Conama e os estados, nós estamos realmente
178 unificados em busca dessas soluções. Muito obrigado. *(Palmas!)*.

179
180

181 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
182 Obrigada. Bom, vamos lá, gente. Como informei anteriormente, nós vamos tornar
183 disponível todos os relatórios de gestão, relatórios consolidados, política, etc.,
184 agora em dezembro, porque vários os dados estavam fechando em dezembro.

7

4

185 Nós estamos aqui... Mas vocês vão, por exemplo, em compensação ambiental, os
186 dados de Cadastro Ambiental Rural consolidando efetivamente esses números e
187 isso vai ser tornado disponível pelo Ministério agora em dezembro, no site do
188 Ministério e encaminhado aos Conselheiros do Conama. O relatório vai ter três
189 facetas, três instâncias distintas, uma mais de natureza política e que vai estar
190 mais consolidado. Espero que seja uma coisa em torno de 20 páginas, que dá
191 uma visão geral realmente dos resultados do Ministério e da gestão desse
192 primeiro governo da Presidenta Dilma na área ambiental. Envolve também a
193 agenda internacional. Um segundo relatório, uma segunda parte desse relatório
194 vai ser colocado por temas e por instituições. Então, é importante enxergar o
195 Ibama mais detalhadamente, é importante enxergar o ICMBio mais
196 detalhadamente, aliás, isto aqui é o relatório de gestão do ICMBio de 2013. Eu vou
197 falar aqui acho que 1% do que está colocado nesse relatório e eles estão
198 concluindo também 2014. Então, coisas como... Tem detalhado aqui todos os
199 programas, tudo que foi feito, inclusive gente que fala que orçamento diminuiu. Eu
200 vou falar sobre isso. Eu acho que alguns bodes sairão muito desse auditório. Mas
201 é um exemplo de esforço que o Ibama também está preparando, o Jardim
202 Botânico já tem o relatório de gestão dele, a Agência Nacional de Águas. Então,
203 isso vai ficar disponível no formato temático e institucional. E um terceiro que eu
204 pedi ao Secretário-Executivo para coordenar com os meus secretários, que tem a
205 ver com o networking de parcerias do Ministério, por tema. Vocês não têm noção,
206 o Ministério participa de mais de 400 colegiados. Então, para vocês verem a
207 envergadura de interlocuções, para quem diz que nós não conversamos, nós não
208 dialogamos, nós não formulamos, colegiados feito o Conama e o colegiado, por
209 exemplo, a Comissão Nacional das Populações Tradicionais, tem de catadores,
210 tem uma série de interlocuções, que é importante tematicamente na fiscalização,
211 na parte de combate a incêndios florestais, que vocês tenham uma lista que todo
212 mundo possa saber que parceiros são esses e isso vai dialogar muito com o que
213 vai ser mostrado aqui ao final, que é o sistema de informação dentro do Sisnama
214 que o Ministério vai tornar disponível sobre... que dialoga com o planejamento
215 estratégico do Ministério do Meio Ambiente, pela primeira isso no planejamento
216 estratégico, com os investimento colocados no âmbito do Sisnama, quem recebe,
217 as parcerias com os estados, os recursos alocados, o que está alocado, etc., etc..
218 E também dialoga com os esforços do Cadastro Ambiental Rural, que nós vamos
219 comentar aqui, e do próprio Portal Nacional de Licenciamento, que será lançado
220 efetivamente aqui no final dessa reunião, Não é isso, Doutor Volney? Então, eu
221 vou fazer aqui uma apreciação primeiro de natureza política associando os
222 resultados. Eu vou tentar ser o mais objetivo possível, mas eu peço desde já um
223 pouco a paciência dos senhores, porque não é tão simples fazer uma síntese e
224 olha que eu sou muito exigente com síntese. Mas coube a mim fazer. Eu acho que
225 a sessão de estresse foi tão intensa que eu tive que fazer a síntese, porque todo
226 mundo já entregou síntese da síntese da síntese e, mesmo assim, eu quero
227 agradecer publicamente a minha equipe, ao secretariado, aos presidentes de
228 entidades, aos diretores, todos os coordenadores e assessores, porque foi um
229 esforço enorme de formatar isso em diversas abordagens. Não vou falar aqui de
230 propósito da Agenda Internacional, não vou falar de Rio+20, porque isso vem em

231 relatórios específicos. Então, são só tratar da Rio+20, desdobramento da agenda
232 para 2015 dá uma reunião. Mas não quer dizer que isso não esteja explicitado em
233 uma agenda internacional que ampliou muito e virá para o domínio dos senhores,
234 mas nós preferimos fazer uma avaliação política mais interna, olhando os desafios
235 e qual foi o olhar de gestão que eu e o Secretário-Executivo, Francisco Gaetani,
236 assumimos quando assumimos o Ministério, pactuados dentro de uma visão de
237 programa de governo entendemos que foram orientadores da nossa gestão
238 nesses primeiros quatro anos. Então, primeiro a coisa a destacar são premissas
239 políticas de onde nós partimos. Talvez a mais expressiva e mais significativa seja
240 o reposicionamento político e institucional do Ministério do Meio Ambiente, voltado
241 literalmente à ruptura do isolamento político que o Ministério vivia, não só na
242 Esplanada dos Ministérios, mas no setor empresarial e financeiro, com os estados,
243 os municípios e com a própria sociedade, sociedade civil *latu senso*. Essa
244 interlocução foi por demais ampliada e, para ser ampliada, não adiantava só ter
245 vontade, tinha que ter programas e credibilidade e nós tivemos que romper aquilo
246 que, muitas vezes, eu ouvi de alguns interlocutores políticos que nós não
247 podíamos ter uma ação que pudesse ser associada ao Ministério das pegadinhas.
248 Eu estou reproduzindo o que nós ouvimos em várias circunstâncias e em vários
249 fóruns distintos. O segundo aspecto que eu quero destacar aqui como premissa
250 política foi a necessária coordenação de gestão entre as Secretarias do Ministério
251 e as instituições vinculadas e aqui tem dois aspectos importantes o Ministério
252 coordena o Sistema Nacional do Meio Ambiente e é a figura central do Sistema
253 Nacional do Meio Ambiente e, portanto, ele cuida das políticas nacionais de meio
254 ambiente e as instituições vinculadas tratam, em primeira instância, da chamada
255 execução das políticas federais de meio ambiente. Então, existe sim, no dia-a-dia,
256 espaços institucionais, lacunas institucionais de ação que criam dificuldades e, às
257 vezes, superposição de competências entre o Ministério e as próprias instituições
258 vinculadas. Um dos maiores trabalhos foi desatar esses nós e dar uma diretriz de
259 coordenação. O exemplo muito ilustrativo, por exemplo, o processo de criação de
260 Unidade de Conservação. O Ministério tinha uma área dedicada a isso e o Instituto
261 Chico Mendes tinha uma outra área dedicada a isso. Isso foi desmontado e isso
262 foi recolocado dentro do Instituto Chico Mendes e da Secretaria da Biodiversidade,
263 dedicada a fazer avaliação, a estratégia nacional de conservação da
264 biodiversidade, trabalhar os processos e dar as diretrizes para a criação das áreas
265 protegidas, nacionalmente, não só para o Instituto Chico Mendes, mas dialogar
266 com os mosaicos, com os estados, por intermédios de instrumentos, como, por
267 exemplo, a compensação ambiental que eu vou detalhar mais à frente. Isso
268 também tem a ver com o licenciamento. O Ministério tinha uma Diretoria de
269 Licenciamento, que gerava discussões políticas complicadas embora a execução
270 do licenciamento sempre tivesse a cargo do Ibama. Então, foram processos que
271 foram sendo cuidados de gestão fazendo com que o Ministério do Meio Ambiente
272 não fosse mais visto como o Ministério com vários comandos e nós tivemos aí uma
273 unidade de comando entre a Secretaria-Executiva e o Gabinete da Ministra e
274 unidade de comando de gestão dos secretários com presidentes vinculados e
275 diretorias. Obviamente, ainda existem conflitos. Ainda bem. Porque isso significa
276 amadurecimento de posições, de disputas que são absolutamente legítimas e

277 naturais na gestão pública, mas com foco. Então, nós temos, por exemplo, no
278 desafio do modelo do Serviço Florestal Brasileiro que é inacreditável do ponto de
279 vista de governança, porque quem faz as concessões é o Serviço Florestal, que
280 faz os planos de manejos e as concessões é o Ibama e as concessões acontecem
281 nas florestais nacionais cuja gestão é do Instituto Chico Mendes e o Serviço
282 Florestal não pertence ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação por lei.
283 Então, quem montou esse modelo esqueceu de saber como se implementa isso,
284 como se gerencia isso, como, de fato, colocar isso em prática. Então, essas
285 questões estão todas apontadas, caminhos, soluções, dificuldades, interlocução
286 institucional, procedimentos para regrar essa interlocução institucional, que não
287 existiam. E isso dá muito trabalho, muita discussão política, mas efetivamente um
288 compromisso de todas as instituições envolvidas com o foco em mudar e dar um
289 salto qualitativo na gestão ambiental pública desse País. A terceira linha, premissa
290 importante é a ação voltada ao pragmatismo. Eu, recorrentemente vocês ouviram
291 expressões minhas, eu sou uma pessoa pragmática, baseada em análises
292 empíricas. O Ministério progressivamente foi abandonando o que eu chamava
293 pareceres com advérbios, eu falei “parecer técnico não tem advérbio”. Isso é uma
294 expressão. O pessoal da área social se desespera, o Paulo Guilherme olha para
295 mim e fica “Meu Deus, como é que eu vou trabalhar com números e etc.?”
296 Tiveram até que aprender alguns fazerem série histórica, estatísticas para
297 entender como poderíamos traduzir aquilo em coisas mais concretas. Obviamente
298 isso não invalida a análise qualitativa, mas óbvio que o Ministério passou por uma
299 questão mais empírica, trabalhando com dados mais técnicos-científicos e isso
300 está refletido nas parcerias com instituições técnico-científicas, afastando e
301 afastou-se progressivamente de um certo voluntarismo fundamentado em
302 idealizações. E o corpo técnico do Ministério, que eu vou falar mais adiante sobre
303 isso, vive em função de capacitação, de planejamento estratégico, teve que
304 passar por experiências de pôr foco, de trabalhar com prioridades e entender mais
305 da realidade nacional. E, por fim, dentro das premissas políticas, uma linha de
306 dotação das instituições ambientais do conhecimento e ampliando os seus raios, o
307 raio de domínio de integração com essas agendas de políticas públicas. O que é
308 isso? Foram as agendas bilaterais feitas com 26 Ministérios. Os 26 Ministérios da
309 Esplanada têm demandas objetivas de trabalho com o Ministério do Meio
310 Ambiente. Isso foi construído um a um, do gabinete de segurança institucional
311 para autorização de acesso a recursos genéticos e zona de fronteira até o
312 Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das
313 Cidades, enfim o Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação e além do Ministério
314 das Relações Exteriores, todos tiveram agendas construídas literalmente dando
315 maior envergadura política e capacidade de diálogo político do Ministério do Meio
316 Ambiente. Saímos do gueto. Saímos e obviamente ficamos expostos e, ao
317 ficarmos expostos, tínhamos a necessidade de construir respostas e soluções.
318 Eu... Além das questões das premissas, nós assumimos algumas diretrizes de
319 gestão, que são cerca de 13. Eu não vou aqui esgotá-los com eles, mas há
320 algumas que mereçam um destaque, para vocês entenderem qual foi o foco que
321 nós assumimos e o que nós pactuamos inclusive com o centro de governo. A
322 primeira questão é uma articulação robusta e dirigida com o centro do governo,

323 criando espaços institucionais com a Casa Civil da Presidência da República, com
324 a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, com o
325 Ministério do Planejamento, com o Ministério da Fazenda e com o Ministério da
326 Justiça, ou seja, não estávamos mais trabalhando por reação à demanda, nós
327 estávamos pautando a nossa demanda e construindo uma agenda com estes
328 Ministérios, parte expressiva dos resultados que vamos mostrar para vocês já já
329 tem a ver com essa ação. Então, nós não ficamos mais com processos pontuais.
330 A regularização fundiária de pôr exceção de terras públicas é fruto disso aqui e,
331 quando eu der o número de regularização fundiária, por exemplo, para famílias
332 beneficiárias em Unidade de Conservação, vocês vão ver o que significa esse tipo
333 de trabalho. Eu gostaria de informar que tem Conselheiro de pé, é isso? Quem é
334 que está... Tem muita gente em pé. Eu posso facilitar, eu posso chamar para
335 sentar-se aqui comigo os secretários do Ministério e para poder dar lugar para
336 quem está em pé ou, pelo menos, parte de quem está em pé e peço aos diretores,
337 os mais jovens, que flexibilizem um pouco para as pessoas mais... para os
338 Conselheiros. Eu convido o presidente da ANA, o presidente do Jardim Botânico,
339 o Secretário de Clima, o Secretário de Recursos Hídricos, o Presidente do Ibama,
340 o Secretário da Biodiversidade e Florestas, por favor, sentem-se à mesa aqui
341 comigo. Só não pode sentar aqui, pode levar a cadeira, porque senão mexe no
342 meu raio. Ok? Fica mais fácil assim? Além dessa articulação com o que nós
343 chamamos de centro do governo, a ideia também foi uma integração com um
344 conjunto do governo por intermédio daquelas agendas bilaterais e aqui um
345 especial destaque a agendas muito expressivas desde gênero até a questão de
346 indústria e comércio, o Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio com o
347 MCTI, que essa parceria é responsável pelo novo projeto de Lei de Acesso a
348 Recursos Genéticos que está para ser votada no Congresso Nacional na próxima
349 semana, ou essa semana ou a próxima semana, depende das dinâmicas políticas.
350 Uma ação internacional bastante pautada por uma agenda de desenvolvimento
351 sustentável com robusta integração e coordenação com o Ministério das Relações
352 Exteriores. Aliás, é a primeira vez que o Ministério do Meio Ambiente tem isso em
353 todos os temas da agenda internacional, todos, sem exceção. Uma aproximação
354 política com as agências da ONU e com os bancos de desenvolvimento
355 internacionais e com o BNDES. Essa aproximação política tem agenda e recursos
356 negociados com cada um e cooperação com cada um. Estou falando do PNUMA,
357 do GEF, estou falando aqui da FAU, estou falando do PNUD e de cooperação
358 internacional alemã, do KFW, do banco alemão de financiamento, enfim, do BID,
359 do FOMIN do BID, do Banco Mundial. Uma abertura expressiva, e robusta, e
360 consolidada de diálogo com o setor privado numa agenda ampliada de
361 desenvolvimento do processo produtivo sustentável, comportamento em relação
362 ao consumo, investimentos em linhas de financiamento, marcos regulatórios,
363 segurança jurídica como o Código Florestal, acesso aos recursos genéticos,
364 partes setoriais de climas, enfim, tem um gama de iniciativas e isso tudo foi
365 possível ser feito por conta da construção política e não mais na escala
366 demonstrativa. Uma repactuação com os movimentos sociais na agenda
367 socioambiental. Muita coisa estava pendente, um exemplo claro é a agenda com
368 os movimentos da agricultura familiar e dos movimentos sem-terra, pendências de

369 mais de dez anos, assuntos que não tinham solução, tudo foi reconstruído. E uma
370 nova relação com a mídia, com a própria mídia, não mais modelada por uma
371 agenda de trabalho do Ministério sem provocar a ruptura da (...) ambientalista. Eu
372 tive o comportamento pessoal de evitarmos ataques, embora tenha sido muito
373 atacada e nunca deixei que ninguém do Ministério do Meio Ambiente falasse mal
374 da política ambiental em nenhum período de tempo de nenhuma gestão que me
375 antecedeu. Isso é uma postura política de fortalecimento da área, de debates, as
376 disputas são todas legítimas na democracia e, obviamente, é uma postura de
377 assumir e saber comunicar resultados e também saber comunicar problemas e,
378 por fim, deixei por fim isso de propósito, o fortalecimento institucional com foco no
379 servidor, nas carreiras e nas instituições. Talvez tenhamos feito o maior programa
380 de fortalecimento de servidores. Hoje, o Ministério dispõe de mais de dez mil
381 funcionários, com uma reposição que vou explicar mais à frente, do que aconteceu
382 nos quatro anos, talvez a maior política de concursos públicos que área ambiental
383 já viu em toda a sua história e de estruturação de carreiras e etc... As principais
384 políticas, eu vou destacar aqui agora em alguns eixos. Primeiro eixo é o eixo da
385 biodiversidade. Nós vamos trabalhar com acesso a recursos genéticos, é o
386 primeiro ponto que gostaria de falar aqui, o marco legal, que nós assumimos era o
387 marco legal de 2001, como os senhores sabem, gerando incerteza e insegurança
388 jurídica e totalmente voltado para o combate à biopirataria, não favorecia a
389 geração de conhecimento, nem favorece ao desenvolvimento da bioindústria,
390 aliás, cria restrições, porque grande parte da pesquisa em biodiversidade foi
391 colocada como ilegal, esse marco classifica como ilegal. Nós tivemos o contexto
392 de Nagoya da aprovação do Protocolo de Nagoya em 2010. Isso foi importante
393 para motivar a agenda estratégica de rever o marco legal de acesso a recursos
394 genéticos e essa revisão do marco legal de acesso a recursos genéticos dialogou
395 também com a mudança da estrutura administrativa de gestão do tema dentro do
396 Ministério do Meio Ambiente. Quando nós assumimos, nós tínhamos uma equipe
397 técnica muito reduzida, absolutamente desestruturada, sem orientação política,
398 institucional e jurídica, um CGEN praticamente paralisado, com mais de cem
399 processos de regularização de instituições multadas pelo Ibama sobrestados,
400 esses processos sem nenhum encaminhamento, sobrestado, embora os produtos
401 todos estivessem no mercado. Um sistema retrógrado de atuação e diligência em
402 papel, com um registro eletrônico antigo, desatualizado e baixa eficiência. De lá
403 para cá, fizemos o seguinte, mudamos a proposta de marco legal, trabalhando em
404 parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, MCTI, efetivamente com o foco
405 em rastreabilidade, efetivamente dando regras claras para a geração de
406 conhecimento e desenvolvimento da bioindústria e, mais que isso, especificando
407 na lei a repartição de benefícios das populações detentoras do conhecimento
408 tradicional em regime de ABS, o famoso regime de ABS. Isso está no Congresso,
409 como eu digo, vamos ver se conseguimos aprovar. O protocolo Nagoya foi
410 encaminhado para a Congresso Nacional para ratificação. Até agora não foi
411 aprovado por uma dificuldade política dentro do Congresso e o caminho que nós
412 achamos para contornar essa dificuldade política foi aprovar o novo marco legal. A
413 partir daí, nós teremos a segurança jurídica dentro do Brasil para que possamos
414 dialogar com o Congresso Nacional e viabilizarmos com isso a ratificação do

415 protocolo. A estrutura administrativa do CGEN e da unidade foi toda revista, todos
416 os processos sobrestados foram solucionados, todos, sem exceção, ampliou,
417 criou-se no Ibama a Unidade de Combate à Biopirataria, fiscalização e credenciou-
418 se, além do Ibama, o CNPq e o IPHAN para emitir autorização de acesso à
419 pesquisa, desburocratizando toda a tomada de decisão em relação a isso. O
420 resultado, para vocês terem uma ideia, até setembro de 2014, são 1.017
421 autorizações emitidas, com 103 contratos de repartição de benefícios. Se
422 comparar isso no tempo, eu não vou ficar aqui comparando porque é muito
423 cansativo, mas, assim, multiplica por cinco ou seis vezes toda a história do CGEN,
424 uma mudança efetiva de resultados. E Unidades de Conservação, aí eu vou fazer
425 um comentário um pouco mais detalhado em alguns tópicos. Nós partimos
426 primeiro de uma estratégia da revisão da estratégia nacional para a conservação e
427 uso sustentável da biodiversidade, que foi feita olhando a orientação de ampliação
428 e consolidação do SNUC 2012 a 2020. Ela é concebida, essa estratégia é
429 consultada a Conabio, enfim, todo mundo trabalhando. É isso, Roberto? Cadê o
430 Roberto Cavalcanti? Em 2012, e ela é o desdobramento do plano estratégico da
431 biodiversidade para 2020. Então, existe, esse documento está no site do Ministério
432 e a partir dali que se estrutura os caminhos novos em relação à questão de
433 Unidade de Conservação. A primeira questão é que agora em dezembro nós
434 entregamos a plataforma do Cadastro Nacional de Áreas Protegidas, o novo
435 Cadastro, com tudo arrumado, com todas as informações, de regularização
436 fundiária até planos de manejo, tudo. E isso é extremamente importante porque
437 isso não existia de forma única. Então, se você quisesse buscar uma informação,
438 como, por exemplo, Miguel, a demanda de regularização fundiária em toda a
439 unidade de conservação, eu tenho planilha Excel, porque eu mandei fazer, mas eu
440 não tinha isso organizado, Unidade de Conservação desse país, nem com os
441 valores colocados e hoje nós temos. Então, é um trabalho de organização da
442 informação para tomada de decisão nas instituições, muito preocupado com o
443 ciclo de tomada de decisão. Do ponto de vista de criação, ampliação de Unidade
444 de Conservação, eu vou falar aqui alguns números absolutamente checados e
445 rechecados e com uma leitura política que nós optamos por um caminho, em
446 função de tudo que foi identificado, de criarmos Unidade de Conservação
447 prioritariamente que não estabelecesse conflito socioambientais e que
448 buscássemos ter a regularização fundiária se possível naquelas de áreas de
449 domínio público antes da criação. Uma das coisas que nós detectamos, são
450 extremamente complexas de serem colocadas em prática, nas áreas protegidas é
451 o fato de termos conflitos com populações tradicionais, com populações indígenas.
452 Só para vocês terem ideia, hoje os conflitos com populações indígenas envolvem
453 mais de 60 Unidades de Conservação Federais. Então, assim, isso significa
454 invasão, desmatamentos, sobreposição, disputa, dificuldade para gestão, para
455 investimentos, para concessão, tudo isso está nesse bojo. Então, isso foi
456 mapeado junto com a Advocacia-Geral da União, para que o Ministério pudesse
457 trabalhar obviamente encaminhando soluções e são constituídos grupos para esse
458 tipo de interlocução. Do ponto de vista de criação, nós criamos um milhão e
459 sessenta e seis mil hectares de Unidades de Conservação nesses quatro anos,
460 sendo de proteção integral 755 mil, 756 mil hectares só na Amazônia e, na Mata

461 Atlântica, 116 mil, quase 117 mil hectares e de área marinha 1.360 km², na
462 Caatinga 8.517. Tudo isso é proteção integral, 86% do que nós criamos são de
463 proteção integral. Os estados na Amazônia não criaram uma unidade nesses
464 quatro anos e nem os municípios. Ok? De uso sustentável, nós criamos 184 mil,
465 quase 185 mil hectares, mais uma vez dizendo... sendo na Amazônia, só na
466 Amazônia, do total de um milhão e sessenta e seis mil, 792 mil hectares e em
467 outros biomas 274 mil. Eu vou falar aqui de uma coisa que me incomodou muito
468 no diálogo do debate político, porque as pessoas acusaram o Governo Federal de
469 desafetação e de destruição das áreas protegidas, só que esqueceram de contar o
470 que estava sendo ampliado e o porquê das desafetações. Então, eu faço questão
471 de deixar isso público, porque eu acho que é uma oportunidade, por mais que
472 tenha informado à imprensa e muitas vezes a imprensa não publicou desse jeito,
473 enfim, mas essa é a verdade, são os dados reais do que foi colocado. No total
474 entre o que nós tivemos, se pegarmos na parte de... O Parque Nacional dos
475 Campos Amazônicos foi ampliado em 121.900 hectares e teve subtraído da sua
476 área 32.450 hectares, não para a hidrelétrica, para a regularização fundiária de
477 ocupantes que lá estavam, acordo feito com o Ministério do Meio Ambiente em
478 processo em 2006. Em 2006, acordou-se que ia solucionar a situação dessas
479 populações e está lá no processo. Uma das coisas de natureza política que eu
480 reforço, é preciso ter credibilidade na interlocução. Nós estamos com a agenda
481 com esse povo todo. Então, se fez a desafetação para cumprir um compromisso
482 assumido em 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ibama à época e para
483 a hidrelétrica, que todo mundo falou tanto que estava desafeitando para a
484 hidrelétrica, foram desafetados 1.700 hectares. O parque tem mais de um milhão
485 de hectares. Nós ampliamos a área do parque ainda. O Parque Nacional
486 Matinguari teve uma ampliação de 180.900 hectares e uma desafetação por
487 hidrelétrica de 8.470 hectares. A Floresta Nacional Itaituba teve uma desafetação
488 7.750 hectares, Itaituba um e Itaituba dois 28.453 hectares, a Floresta do Crepori,
489 Nacional Crepori, também uma desafetação de 856 hectares e a APA Tapajós
490 uma desafetação de 19.916 hectares. Se nós formos no total, isso aqui vai ficar
491 disponível para vocês, a Floresta Nacional Tapajós quanto que se fez, a Floresta
492 Nacional do Tapajós, nós desafetamos 17.850 de hectares para regularização
493 fundiária também de ocupantes, não foi por hidrelétrica não. Hidrelétrica é zero. E
494 nós desafetamos também 28.380 hectares no Parque Nacional da Amazônia,
495 também para regularização fundiária de ocupantes. Criaram áreas com gente
496 dentro, gente que estava lá anterior à criação da área, portanto, com titulação,
497 com direitos e etc... Se fizermos o balanço e é desejável que nós façamos, entre
498 desafetação, ampliação, nós ampliamos positivamente 139.124 hectares na
499 Amazônia, fora as que nós criamos, estou falando de ampliação. Então, assim,
500 aqueles que falaram e vão divulgar dizendo que estamos acabando com a
501 Amazônia, que nós temos uma política que, na realidade, não quer Unidade de
502 Conservação, é ao contrário, eu vou dar agora os outros números sobre Unidade
503 de Conservação na Amazônia. Como eu disse, não houve criação de UC na
504 Amazônia por parte dos estados e municípios nesse período. E no resto do Brasil,
505 no resto do País, foram criados por estados e municípios 73 mil hectares de
506 proteção integral. Nós criamos quase 800 mil e 335 mil hectares de uso

507 sustentável, sendo que uma APA em Minas Gerais, quem está de Minas aqui? A
508 APA em Minas Gerais tem 324 mil hectares. Então, há que se avaliar... E RPPNs
509 criadas, foram 81 RPPNs Federais com 16 mil hectares protegidos. Há que se
510 considerar que houve uma baixíssima, na minha opinião, criação de Unidade de
511 Conservação também na esfera estadual e municipal. A RPPN é um bom número,
512 mas, do ponto de vista estadual, e municipal, e na Amazônia, os estados e
513 municípios não criaram nada. Agora, vamos para a estratégia de criação com
514 áreas sem conflito. Para nós fazermos isso, nós tivemos que instituir uma Câmara
515 Técnica com o MMA, MDA e AGU a respeito das destinações do Terra Legal e
516 nós estamos nos debruçando a estudar a destinação de 20.000.071 hectares. Não
517 é isso, Dr. Francisco? Da primeira rodada de negociação em três atos, o Ministério
518 do Meio Ambiente recebeu 4.789.089 hectares. Essas terras são nossas para
519 criação de Unidade de Conservação, Unidade de Conservação para conservação
520 da biodiversidade e para concessões florestais. O primeiro ato foi destinar 952.912
521 hectares, dos quais 668 mil já estão criados com a Estação Ecológica de Maués,
522 que é proteção integral. A diferença nós vamos estudar para criar a floresta
523 nacional e ter concessão florestal se tiver viabilidade econômica para isso. O
524 segundo ato, foram destinados 3.000.038 mil hectares. E o terceiro ato, que é a
525 próxima semana mais 797 mil hectares. Isso dá 4.789.000. Com isso, a Amazônia,
526 se nós criarmos tudo, vai chegar a 57 milhões de hectares de área protegidas. A
527 minha meta no ARPA é de 60 milhões de hectares, na terceira fase do ARPA.
528 Então, isso aqui é um Política consistente. Não quer dizer que nós não vamos
529 continuar buscando mais áreas no termo Terra Legal, se pega um conjunto e vai
530 estudar aquilo, tem interesses do Incra, interesses da Funai, interesses do pessoal
531 dos quilombolas, os vários interesses das instituições, o dos estados, que são
532 colocados à mesa e negociados em função das prioridades e obviamente da
533 acessibilidade da região do ponto de vista dos nossos interesses. Vamos
534 fechando inclusive áreas ao longo de BRs que estão sendo implantadas para
535 consolidar corredores ecológicos. Isso foi feito negociado e sacramentado e as
536 terras são do Ministério do Meio Ambiente, a criação da unidade será função
537 apenas dos estudos a serem concluídos pelo Instituto Chico Mendes, pelo Serviço
538 Florestal Brasileiro e pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, aliás, estudos
539 esses que eu já estou determinando em Portaria que sejam feitos nos próximos
540 seis meses. Então, não vai mais se criar Unidade de Conservação com conflitos
541 institucionais, os chamados conflitos visíveis, porque isso facilita o custo de
542 implantação e dá convergência de políticas públicas. Então, considerando que nós
543 criamos e mais o que nós estamos negociando, quer dizer, nós temos já
544 negociados cerca de cinco milhões de hectares, há uma perspectiva aí talvez de
545 15 mais 20 milhões de hectares de negociação que o pessoal está envolvido
546 buscando aquilo que poderá vir para o Ministério, o que vier para o Ministério será
547 transformado em Unidade de Conservação, obviamente com o foco em
548 concessões e conservação da biodiversidade em função dos critérios
549 estabelecidos na própria estratégia nacional de conservação da biodiversidade.
550 Então, isso mostra uma integração do Terra Legal do MDA com o Ministério do
551 Meio Ambiente e que não se constrói da noite para o dia, isso é muita hora de
552 trabalho, muita ida a campo, muito trabalho para poder se chegar nisso, mas é a

553 diferença de não ter de criar Unidade de Conservação sem conflito e podendo
554 com isso alocar os recursos via, por exemplo, o Programa ARPA. A estimativa de
555 além disso, de novas áreas, na discussão com o MDA, nós estamos com cerca de
556 21 milhões de hectares de glebas públicas arrecadadas pelo Incra, que estão
557 afetadas por Unidades de Conservação. A ideia é passar isso para nós. Nós
558 estamos correndo, já tem 12 milhões de hectares em regularização fundiária vindo
559 do Incra para aquelas unidades criadas. Então, o movimento também de
560 consolidação das unidades criadas em um que eu chamo de *fast track*, se posso
561 usar essa expressão, interinstitucional. Isso nunca foi feito na história ambiental,
562 nem do Ministério do Meio Ambiente, no Brasil. Então, quem é gestor de área
563 protegida sabe o que significa isso do ponto de vista de você poder gerir com a
564 regularização fundiária, poder fazer a demarcação e aí nós estamos com os
565 investimentos de demarcação que sairão no relatório do Instituto Chico Mendes.
566 Um dado importante para vocês terem ideia só de combate ao fogo, nós temos
567 contratados, contratamos só no Instituto Chico Mendes para seis mil brigadistas
568 nesse período para combate ao fogo, dentre treze mil treinados, os quais inclusive
569 populações indígenas. E mais do que isso, nós fizemos com esse esforço,
570 reduzimos, entre 2010 e 2014, os dois mais intensos de seca, 44% da área
571 queimada em áreas protegidas no Brasil. São dados importantes, que vocês
572 usualmente não têm acesso. Então, as pessoas gostam de anunciar que queimou,
573 mas não fazem a comparação e esses são os dados oficiais do Instituto Chico
574 Mendes. Planos de manejo de Unidade de Conservação. Eu estou... Vou ser um
575 pouco... Pedir desculpas a vocês pela... Que eu vou ter que entrar realmente em
576 algumas coisas, mas eu, assim, estou me sentindo, às vezes, com a alma lavada
577 e enxaguada, como dizia o Odorico Paraguaçu, porque as pessoas não conhecem
578 os números e não perguntam os números, muitas vezes, para criticarem. Eu
579 convido a todos que trabalham com todo o Sistema Nacional de Áreas Protegidas.
580 Plano de Manejo em Unidades de Conservação Federais. Até 2011, nós tínhamos
581 109 planos de manejo feitos, distribuídos da seguinte maneira: até 1994 foram
582 feitos 29 planos de manejo, até 2002, ou seja, durante todo o governo do
583 Presidente Fernando Henrique, foram feitos 22 planos de manejo, e até 2010, ou
584 seja, envolvendo os dois governos do Presidente Lula, foram feitos 58 planos de
585 manejo, isso totaliza 109. De 2011 a 2014, nós estamos entregando agora 60
586 planos de manejo concluídos, em quatro anos, e mais 51 a serem concluídos até
587 2015, ou seja, nós contratamos, elaboramos e estamos consolidando e
588 entregando 111 planos de manejo em Unidades de Conservação. Quero ver quem
589 fez isso antes. Pelos números, ninguém fez. Isso é um esforço do Instituto Chico
590 Mendes formidável, junto com a Secretaria da Biodiversidade, de rever
591 procedimentos de planos, de contratar, isso tudo é contratado por licitação, isso
592 não é mais feito com repasse para instituições A, B e C e, obviamente, sempre
593 para aperfeiçoar. E a expectativa é que em 2015 sejam contratados para
594 conclusão os outros 26 restantes. Obviamente com as novas Unidades de
595 Conservação, agora recentemente criadas, amplia esse número, mas a estrutura
596 está montada para viabilizar a concepção disso, que todo mundo sabe não
597 abrimos a Unidade de Conservação se não tiver o tal do plano de manejo, eu não
598 faço regularização eficiente se eu também não tiver o plano de manejo, é a alma

599 para o bem e para o mal, não é isso, Miguel? Então, obviamente foram feitas
600 revisões metodológicas, foram feitas revisões de procedimentos. Isso é discutido e
601 quase que nós temos quase 90% das Unidades de Conservação com Conselhos
602 Consultivos implantados, enfim, e tem um trabalho ainda muito grande de
603 melhoraria e etc. desses planos fora aqueles que estão em revisão. Uso público,
604 foram 170 milhões de reais investidos em 16 Parques Nacionais e o processo de
605 revisão de concessões de serviços nos parques nacionais implantados, depois de
606 uma auditoria feita em todos os contratos de concessões nos parques nacionais.
607 Parcerias para uso público vai desde o Ministério do Turismo até o pessoal do
608 BID. Tem três iniciativas importantes em curso de parcerias público-privadas, uma
609 parceria com o Ministério do Planejamento para fazer os estudos e os modelos.
610 Ano que vem isso deve estar com certeza. Modelos para diferentes perfis de
611 Unidades de Conservação e gestão ao pública de PPPs, uma parceria com o
612 Instituto Semeia e o Banco Interamericano, não é isso, Chico? A Respeito... Com
613 o IBAM, perdão, com o Semeia. Com o IBAM e o instituto... O Banco
614 Interamericano exatamente para trabalhar as concessões desses serviços dentro
615 dos parques, um aperfeiçoamento com vários modelos, com vários sistemas e
616 sistemas de monitoramento e avaliação da qualidade dos serviços oferecidos e
617 uma parceria também com o Instituto Semeia exatamente identificando o potencial
618 turístico, como nós vamos até abrir essas Unidades de Conservação a partir de
619 novas regras inclusive de uso público, ou seja, tem gente que abre sem a regra e
620 depois nós ficamos respondendo para o Ministério Público porque não tem plano
621 em manejo ou que a regra flexibiliza, por exemplo, usar zonas intangíveis ou não
622 tem controle. Isso é de uma complexidade monumental. A Legislação, uma hora,
623 ela é muito conservadora, na minha opinião pessoal, outra hora, ela é muito
624 flexível e o gestor fica exposto a várias situações. Então, se procurou construir
625 todos elementos para dar condições de implantação ou implementação dos
626 parques nacionais, ou seja, abrir um parque nacional hoje não é trivial, fazer
627 concessão também não é trivial, assegurar a qualidade dos serviços públicos não
628 é trivial, mas é um caminho que o Brasil tem que perseguir com esse ativo todo
629 que ele tem em torno das Unidades de Conservação. Compensação ambiental
630 federal. Esse também é um bom número. Nós organizamos a câmara e o comitê,
631 organizamos a unidade dentro do Ibama hoje de licenciamento, o Ibama tinha forte
632 resistência a isso. Então, onze analistas ambientais concursados, até
633 procedimentos, tudo instruído dentro da Diretoria de Licenciamento, que dialoga
634 direto com o Comitê de Compensação Ambiental e faz com que o Instituto Chico
635 Mendes e os estados passem a ter um planejamento ambiental do uso desses
636 recursos. A destinação até agora é de 847 milhões de reais nos últimos quatro
637 anos, sendo 631 milhões destinados às unidades federais e 166 milhões
638 repassados às unidades estaduais. A marca é chegar até dezembro com 935
639 milhões de reais alocados, um bilhão, praticamente um bilhão de reais para
640 Unidades de Conservação. Então, quem for gerir, obviamente, discutindo agora o
641 novo modelo de internalização dos recursos que depende da aprovação de um
642 marco jurídico, que estamos discutindo com a AGU e com a nossa área jurídica,
643 de Ibama, todo mundo, e ICMBio, como é que isso vai acontecer. Isso é
644 importante porque são os dinheiros que passam a fazer fluxo formal dentro da

645 administração pública. Então, são os dinheiros do licenciamento da infraestrutura
646 e logística, é aquilo que uma hidrelétrica paga de compensação ambiental e
647 efetivamente funcionando o fluxo de gestão de tomada de decisão e de viabilizar o
648 fechamento da conclusão do licenciamento ambiental. Nós precisamos realmente
649 fazer a norma, que é o que se espera, apresentar uma minuta agora em
650 dezembro, fazer uma norma sobre o mecanismo de internalização e dialogar com
651 o empresário, que o empresário hoje está penalizado, essa expressão no meu
652 entendimento, às vezes, a arcar com custos para gastar o dinheiro da
653 compensação sem poder abater a compensação, porque a lei não é clara sobre
654 isso. Então, é preciso arrumar esse marco jurídico para que dê tranquilidade no
655 pagamento e obviamente aplicação dos recursos em relação à compensação
656 ambiental e a conservação da biodiversidade, mas o sistema federal ficou pronto.
657 Regularização fundiária de Unidade de Conservação. Eu estou indo para o final
658 dessa parte. Foram repassados pela SPU para o ICMBio 4,4 milhões de hectares.
659 Isso aí é a SPU agora, não é mais Incra, para 37 Unidades de Conservação,
660 foram... O Incra passou sete milhões de que hectares para a CCDRU em Resex,
661 RDS e Flonas. Até 2011, eu tinha apenas duas Unidades de Conservação
662 Federais que detinham CCDRU, com o beneficiamento de 3,2 mil famílias. Eu
663 tenho orgulho e eu vou falar de maneira bem enfática e quero aqui agradecer
664 publicamente à minha equipe, que de 2011 a 2014 foram firmados CCDRU ser
665 nós estamos beneficiando 38 mil famílias. Nós saímos de 3.200 para 38 mil
666 famílias num horizonte de 40 mil, que estão me prometendo entregar 42, 45 e, no
667 próximo ano, fechar as 650 mil famílias estimadas, que tivemos que fazer um
668 cadastro para saber quem eram, porque o Instituto Chico Mendes não sabia quem
669 era e usamos esse cadastro base do MDS, do Brasil Sem Miséria, para poder ter
670 a mesma base e também dialogar com o Bolsa Verde, que eu vou falar mais à
671 frente. Então, um trabalho que deu fazer isso, a necessidade de ter ido ao
672 Ministério de Tecnologia, de informática do Ministério do Meio Ambiente, é uma
673 operação de guerra para conseguir minimamente arrumar esses números e poder
674 agir com a Secretaria do Patrimônio da União, que aqui fica meu agradecimento
675 público ao pessoal da SPU, em particular a Cassandra, Dra. Cassandra, que
676 também está consolidando, não é Samira, o registro do Jardim Botânico do Rio de
677 Janeiro, cujas terras passaram para o Ministério do Meio Ambiente. Então,
678 imóveis, aqui tem uma lista de imóveis desapropriados, mas, de 2008 a 2009, nós
679 tivemos só três imóveis desapropriados em Unidades de Conservação, De 2010 a
680 2014, eu vou depois deixar isso disponível, tem mais de 150 milhões de reais em
681 desapropriação pagos diretamente pelo Instituto Chico Mendes. Então, mudou a
682 realidade. Tem que fazer mais, mas que agora tem ritos, tem caminhos, identifica
683 como é que toma a decisão e tem mecanismo por intermédio dois quais você pode
684 aferir resultados, tem. Conflitos populações indígenas eu já disse aqui, são 52
685 Unidades de Conservação, sendo 21 de proteção integral, que têm conflitos hoje.
686 E, com isso, nós fechamos um balanço geral sobre áreas protegidas e vou entrar
687 agora em uma parte porque eu acho que interessa a alguns dos senhores
688 especificamente aqui, que tem a ver com alguns resultados de biodiversidade que
689 usualmente não se fala, mas eu vou falar, porque é sobre fauna e o Conama tem
690 particular interesse nisso. Nós fizemos o maior diagnóstico de fauna já realizado

691 no Brasil e no mundo, é o maior inventário de fauna já feito e que nós avaliamos o
692 estado de conservação de mais de 12.260 espécies, envolvendo 98% dos animais
693 vertebrados conhecidos. E isso envolveu mais de 1200 pesquisadores e cerca de
694 200 instituições. Esse é o networking que a turma do Chico Mendes teve que fazer
695 para trabalhar esta atividade apenas. Isso com georreferenciamento de todas as
696 espécies por bioma. Isso possibilitou ao Instituto Chico Mendes ter um banco de
697 dados que vão mostrar aí uma... Quem é que vai mostrar? Para vocês poderem
698 acordar. Vai lá, Hugo, mostra como é que vai... está tornado disponível essa
699 informação, além claro de subsidiar a elaboração da lista de espécies ameaçadas
700 de extinção de fauna e o Jardim Botânico fez a de flora, que eu devo editar nas
701 próximas semanas, dependo apenas da parte jurídica e resolvendo algumas
702 pendências. Com base em um programa que nós instituímos, chamado programa
703 Pró-Espécies, que refizemos a classificação, ampliamos os critérios para
704 enquadramento das espécies ameaçadas de extinção no Brasil, dialogando de
705 fato com os critérios de UCN e, portanto, o Brasil efetivamente vai sair de uma
706 situação de que até 2010 nós tínhamos uma avaliação de 627 espécies e estamos
707 indo para mais de 12 mil espécies só em fauna. Então, mudou. Mudou e ele vai
708 mostrar, dá para ver? Como é que vai... Esse é um exemplo muito rápido de como
709 é que sai essa informação para uso de vocês e como é que isso vai também
710 influenciar mais três coisas que depois que ele falar eu falarei, particularmente o
711 licenciamento ambiental, aliás, ele já foi usado no licenciamento ambiental para a
712 questão de óleos. Vai lá, Hugo. Rápido.

713
714

715 **O SR. HUGO** – Toda informação que foi coletada durante esses quatro anos de
716 trabalho sobre a fauna brasileira foi organizada em cima de banco de dados que
717 nós estamos terminando agora dentro do sistema e cada espécie vai estar
718 disponível para fazer uma procura por toda a sociedade e aí você pode escolher
719 uma espécie e, quando clicar nela, você vai ter informações completas sobre a
720 espécie, toda a parte de biologia, ecologia, hábitat, destruição, ameaças e ações
721 de conservação até dispostas, além de, claro, informações de multimídia sobre
722 fósseis da espécie, imagens, sons e o mapa de distribuição, como a Ministra
723 colocou, com os pontos de coleta e com toda uma acurácia de dados. Para
724 construir toda essa plataforma de informação sobre a biodiversidade, nós, como a
725 Ministra colocou, trabalhamos com o universo de mais de 1300 especialistas, que
726 aportaram dados sobre 12.470 espécies e toda essa informação foi validada de
727 forma participativa com especialistas em 74 oficinas de trabalho. Essa validação
728 permitiu não só a acurácia do dado, mas também estabeleceu o risco de extinção
729 da espécie e essa informação, toda essa base de dados estruturada serve de
730 aporte para que consigamos resolver quatro produtos super relevantes para a
731 gestão ambiental e aí são os mapas de acessibilidade de espécies, como foi
732 construído por demanda do Conama, as rotas migratórias que impactam
733 empreendimentos eólicos, ao contrário, (...) que atacam... E rotas migratórias de
734 espécies, o portal da biodiversidade, o diagnóstico de extinção da fauna brasileira
735 e os polos de ação para a conservação das espécies da fauna. Obrigado.

736
737

738 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
739 Obrigada, Hugo. Então, está aí uma ferramenta. Promessa feita, promessa
740 cumprida. Mais uma entrega. Mais do que isso. Todo mundo sabe que sou
741 bióloga, que eu sou bichóloga, então, eu tenho um especial carinho por essa
742 agenda e revelo isso publicamente para o desespero do pessoal da flora, mas,
743 enfim, que também gosto muito, mas aqui tem uma discussão importante desse
744 inventário, desse trabalho, que é o fato de um foco na melhoria do estado de
745 conservação de algumas espécies ameaçadas de extinção, particularmente 203
746 espécies, das quais 158, eu vou antecipar o que eu vou anunciar brevemente,
747 sairão da lista. Já foi dada notícia sobre a baleia Jubarte, tem o macaco, o Acari, e
748 tem ainda, não riam, a perereca... Eles me matam com isso. E eu vou dar uma
749 notícia aqui em primeira mão e eu, publicamente, vou fazer um agradecimento à
750 empresa Vale do Rio Doce, que financia esse projeto, o Brasil conseguiu pela
751 primeira vez reproduzir em cativeiro a nossa ararinha azul. Então, eles estão em
752 quarentena obviamente, nem eu posso ver, mas pela primeira vez nós
753 conseguimos fazer isso. Isso é um ganho de conservação é o símbolo do País e
754 que, na realidade, tem coleções no exterior que nós também estamos tentando
755 fazer um exercício de trazê-las de volta para o Brasil, mas extremamente
756 complexo e esse é um processo de cooperação internacional e nós conseguimos
757 reproduzir em cativeiro. Então, parabéns ao pessoal do Chico Mendes, o pessoal
758 do criadouro, o pessoal da Vale, que nos ajuda a fazer esse trabalho de
759 conservação. Isso para quem se dedica a essa agenda talvez seja o maior ganho
760 do ano, vai ser uma notícia assim tão importante como descobrir uma nova
761 espécie. Enfim, a base de dados científicos também para o processo de tomada
762 de decisão, essa base que ele fez uso aqui, por exemplo, já gerou o relatório de
763 rotas de áreas de conservação de aves migratórias no Brasil, que vai direto para o
764 licenciamento de eólicas. Então, essa informação já está toda pronta, não precisa
765 contratar consultores para elaborar não, vai estar disponível para o órgão
766 ambiental tomar a decisão para o licenciamento ambiental, isso significa simplificar
767 o licenciamento ambiental, são esses cruzamentos que começam a ficar visíveis e
768 possíveis de serem usados e aperfeiçoados. Obviamente, se não for suficiente a
769 informação, você aperfeiçoa a informação, mas o processo está instalado e está
770 implantado. E dos planos de ação de espécies ameaçadas de extinção, são 50
771 planos concluídos até 2014 envolvendo 500 espécies e, até 2010, nós tínhamos
772 treze, só para terem noção do que foi feito nesse período envolvendo 350. O
773 planejamento do Chico Mendes indica 80 planos como horizonte para pegar toda
774 a lista de espécies ameaçadas e a conclusão está prevista para 2017, ou seja,
775 tem planejamento, está tudo devidamente colocado nos trilhos. E, por fim, além de
776 uma série de normas e etc. eu queria destacar aqui a questão da força tarefa de
777 combate aos ilícitos ambientais em torno da fauna, particularmente a história do
778 boto, da onça, do muriqui, do peixe boi, tatu bola, dos tubarões, da água arraias,
779 as arraias de água doce, da arara azul, que tem foco em 227 municípios, uma
780 ação do Ibama e do Instituto Chico Mendes. Isso também nunca foi feito antes. E
781 elas são recorrentes, programadas e etc., que dialoga com essa conservação.
782 Pesquisa em Unidade de Conservação, alguém sabe esse número federal? Foram
783 feitas mais de 5.256 pesquisas nesses quatro anos. São os ritos todos que foram

784 adotados para facilitar a pesquisa, atualização, conhecimento, recursos e que
785 usaram 98% das Unidades de Conservação Federais, envolvendo quase treze mil
786 pesquisadores e quase 600 instituições científicas. Então, quem diz que não tem
787 uso em Unidade de Conservação, que os parques do Brasil estão abandonados,
788 acho bom conhecer um pouco mais o que está sendo feito por editais inclusive de
789 licitação com o CNPq e dinheiro que vem da compensação ambiental. Então, se
790 cruza tudo. Você, efetivamente, fizemos lá uma engenharia que eu espero que se
791 desdobre, que se amplie. Há também prioridade para pagar Bolsa Verde para as
792 áreas de populações que vivem em áreas de interesse de espécies, áreas de
793 interesse de conservação por causa de espécie ameaçada de extinção da fauna,
794 isso é um novo critério que virá e, obviamente, um conjunto de ações em relação à
795 pesca e que eu destacaria aqui a moratória da pesca da piracatinga e a proteção
796 do boto, além, obviamente, da proibição de pesca do tubarão lombo preto e outras
797 medidas que foram adotadas. Então, a visão geral de fauna. Eu acho que, não sei,
798 vocês que são da área de fauna, acho que nunca se trabalhou de maneira tão
799 estruturada, é isso? E ainda asseguramos 10% dos recursos da compensação
800 ambiental federal destinados aos programas de fauna e Unidades de
801 Conservação. Então, está carimbado o recurso, até 10% podem e devem ser
802 usados, assegurando a implementação e a continuidade desse trabalho. Então,
803 agradeço ao pessoal do Marcelo Marcelino. E vamos para os financiamentos,
804 porque todo mundo quer saber o que tem de financiamento. Concluímos, isso tudo
805 em biodiversidade, os corredores biológicos, que envolveram 74 milhões de
806 hectares, consolidando os corredores, dois corredores na Amazônia e Mata
807 Atlântica. Projetos GEF 5ª fase, *Global Environment Facility* relacionados ao
808 Ministério do Meio Ambiente, 4,5 milhões de dólares para a questão de reversão
809 da desertificação em áreas suscetíveis no Brasil, que está em negociação agora
810 5,5 milhões de dólares sobre fortalecimento nacional para colocar em prática a
811 Convenção de Miramata. Há um outro também, esse já negociado, de 5,5 milhões
812 de dólares para o quadro nacional de acesso e repartição de benefícios,
813 fortalecimento institucional, ou seja, passou a nova lei, nós vamos ter os cursos
814 para implementá-la, avaliá-la e capacitar, etc., mais. 4.270.000 dólares do manejo
815 sustentável do solo no Semiárido do Nordeste, Sergipe, também desertificação.
816 Perdão, do mercúrio, eu falei o número errado, são 821 mil dólares. Os outros
817 GEFs em negociação, GEF polinizadores, 11 milhões de dólares e o GEF
818 Cerrado, mais 12 milhões de dólares. Concluímos, assinamos, dinheiro alocado o
819 GEF marinho, depois de três anos de negociação, são 127 milhões de reais,
820 sendo 20 milhões de dólares vindo do GEF. E o GEF terrestre, são mais
821 35.834.000 dólares, totalizando de dinheiro internacional 70 milhões, quase 71
822 milhões de dólares de GEF. Eu acho que tivemos uma excelente apropriação do
823 GEF e já entramos no período de (...) GEF e o Brasil dobrou a sua contribuição, o
824 Governo Brasileiro dobrou a sua contribuição no GEF nesses anos. Então, assim,
825 fizemos ainda Life for Web, que é uma doação do governo Alemão, de 14 milhões
826 de Euros para a consolidação do SNUC e o Programa ARPA, Áreas Protegidas da
827 Amazônia, concluímos a sua segunda fase, atingindo a meta de captação de 60
828 milhões em adoção e já negociamos a terceira fase, já está assinada a terceira
829 fase e cumprimos a meta de arrecadação junto aos doadores de 215 milhões de

830 dólares no Fundo de Áreas Protegidas, é um fundo de transição, já alocados junto
831 com a iniciativa ARPA para a vida com o WWF. E assumimos a meta formal de
832 consolidar os 60 milhões de hectares na Amazônia em área protegidas. Estamos
833 com 57, 57 ou 58, mas muito pouco. Acho que antes de 2020 o Brasil atinge isso.
834 Então, com isso, nós fechamos toda a agenda da biodiversidade, com o destaque
835 ao Pró-Espécies, que eu falei anteriormente, e que eu reputo como talvez um dos
836 assuntos mais travados que estavam nos últimos 20 anos. Ninguém conseguia
837 colocar os critérios para viabilizar a questão das espécies ameaçadas de extinção
838 e agora está tudo feito, uma portaria minha e eu edito a lista. Espero eu, Dr.
839 Roberto, até a semana que vem. Está bem? Isso é o cenário de biodiversidade,
840 um cenário político, tem muito mais. O relatório do Chico Mendes detalha muito
841 mais. Eu não falei de capacitação, não foi eu falar de número de pessoal no final.
842 E vamos agora para a parte de florestas. O Código Florestal, como os senhores
843 sabem, todo mundo aqui acompanhou, eu acho que a nossa gestão foi marcada
844 por dois grandes eventos políticos, o Código Florestal e a Rio+20, um
845 internacional e o outro nacional. Está aí o SICAR, o Sistema de Integração
846 Nacional do Cadastro Ambiental Rural, edição de normas, enfim, compra de
847 imagens de satélites, foram gastos 90 milhões de reais nos três anos mais a
848 construção da linha de base de 2008 com o Landsat, capacitação presencial de
849 seis mil pessoas, à distância 31 mil pessoas capacitadas nisso, material
850 informativo, acordo de cooperação técnica e, enfim, implementação com o Fundo
851 Amazônia para os estados, 400 milhões de reais alocados aos estados para
852 executarem o Cadastro Ambiental Rural, e uma parceria com o MDA e o Inbra
853 para a regularização fundiária dos assentamentos. Eu tenho particular orgulho de
854 falar duas coisas, três coisas. O SICAR, agora em dezembro, é isso Dr. Deusdará,
855 nós entregaremos o SICAR com 132 milhões de hectares na base do sistema do
856 Cadastro Ambiental Rural, cadastrados. Isso é um terço do nosso desafio, que é
857 de 329 milhões de hectares, segundo o IBGE 2006. Então, em seis meses,
858 aqueles que apostaram que não conseguiríamos fazer, está feito e aqui o meu
859 agradecimento ao Doutor Hélio Gurgel, o esforço dos estados e ao esforço do
860 meu pessoal, do pessoal da Universidade Federal de Lavras, do setor produtivo,
861 dos bancos, todos que estão envolvidos em fazerem o Cadastro Ambiental Rural
862 ser uma realidade nesse País. Segunda notícia que eu quero dar aqui e eu fiquei
863 particularmente muito feliz com a parceria do Inbra e do MDA junto com a
864 Universidade Federal de Lavras assinada esta semana em que eles vão
865 regularizar os 7.560 assentamentos rurais desse País, todos terão cadastro
866 ambiental e isso migrará, dá cerca de 55 milhões de hectares, para a base do
867 SICAR brevemente. Então, nós estamos falando de 132, iremos a 180 milhões de
868 hectares. Esse movimento agora não para e eu acho que, eu pedi para o Dr.
869 Deusdará, eu não sei se está pronto aqui, ele vai fazer rapidamente para os
870 senhores. Eu recomendei que fosse feito um algoritmo. Entregamos já o modo de
871 cadastro, entregamos o modo de monitoramento e vamos entregar agora para os
872 estados o modo de análise, a análise automática do Cadastro Ambiental Rural, e
873 nessa análise automática eu pedi ao Dr. Deusdará que providenciasse se era
874 possível fazer um algoritmo de varredura, que é o termo que se usa na imagem,
875 de tal maneira que se você fosse fazer compensação de reserva legal e tivesse

876 próximo de Unidade de Conservação fosse sugerido a composição de um corredor
877 ecológico. Está feito e será tornado disponível para todos os estados. É isso que o
878 Deusdará vai mostrar. Pode mostrar Deusdará enquanto eu estou falando. E com
879 isso esperamos concluir, em 2015, toda a questão do Cadastro Ambiental Rural e,
880 mais do que isso, ter um debate que é importante, que eu vou tornar disponível
881 para o Conama e sugeriria que vocês fizessem esse debate, o Ministério do Meio
882 Ambiente, o Dr. Scaramuzza está aí? Cadê o Scara? Está lá. Sobre coordenação
883 do Dr. Scaramuzza, do Scara, nosso querido Scara, e a Secretaria Executiva, fez
884 uma proposta de Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa tendo um
885 cenário conservador de 12,5 milhões de hectares de recuperação, acho que vai
886 ser um pouco mais que isso, mas que mostra toda a estrutura, custo. Isso aqui
887 envolveu vários especialistas no Brasil e nós vamos tornar isso disponível para o
888 Conama e gostaríamos muito que o Conama debatesse, pudessem ter uma
889 reflexão porque, a partir do momento que o Cadastro esteja concluído, é por aqui
890 nessas recomendações e outros planos, o plano do Pará, por exemplo, eu sei que
891 o Estado do Pará está fazendo isso, reuniu vários pesquisadores. Que nós
892 possamos convergir os caminhos de recuperação florestal, talvez o maior
893 programa do mundo de recuperação florestal vai ser feito a partir do Cadastro
894 Ambiental Rural. Então, está aqui mais um compromisso que nós assumimos e
895 espero que nós também possamos concluir o debate com o Ministério da Fazenda
896 da minuta do Decreto da Cota de Reserva Ambiental, que está praticamente
897 pronta e aí abrir o debate para submetermos depois à apreciação da Presidente
898 da República. Com isso, nós concluímos os principais instrumentos do CAR,
899 daquilo que efetivamente dialoga com o CAR e, obviamente, põe na mesa isso
900 disponível para todos. Isso vai ser colocado no site e vai ser encaminhado para
901 todos os Conselheiros. Scara, meu agradecimento publicamente a você, que eu
902 sei que não foi fácil, ainda por cima, eu te questionando do jeito que eu questionei,
903 mas, enfim. Tem custos, tem... Isso aqui é para nós realmente debatermos e
904 saber se é por aí o caminho, além de todas as recomendações que já temos de
905 recuperação. Deusdará, mostra um pouco como é que é a história do módulo do
906 CAR, que vai ser entregue de análise para as pessoas poderem ver e acho que eu
907 quero fechar essa fala sobre o CAR, o Código Florestal, da parte do Código
908 Florestal, que eu acho que o Plano Velho, como chamamos isso é mais um
909 caminho para o PRA. Então, nós estamos colocando mais uma alternativa na
910 mesa para que nós possamos efetivar a recuperação ambiental nesse País. É
911 para valer. A orientação do governo é para fazer mesmo. Então, vamos fazer.

912
913

914 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Ministra. Bom dia,
915 senhores Conselheiros e Conselheiras. Eu vou fazer uma apresentação
916 compartilhada e peço licença ao presidente do Ibama, Dr. Volney, que vai ser
917 junto com o analista ambiental do Ibama, o Bernardo Trovão, que é da equipe de
918 negócio do SICAR. Então, nós vamos fazer meio que uma dobradinha. Ele vai
919 apresentando e eu vou tentar mostrar lá rapidamente uma síntese do modo de
920 análise que vamos colocar à disposição dos estados a partir do mês de dezembro.

921
922

923 **O SR. BERNARDO TROVÃO (Analista Ambiental do Ibama)** – Bom dia a todos.
924 Vamos passar aqui para a próxima tela, por favor. Bom, aqui é o ambiente onde o
925 técnico do órgão ambiental estadual vai estar acessando assim que ele se *logar*
926 no módulo de análise. Então, nesse momento, é um técnico que vai ser do órgão
927 que vai estar olhando essa tela. Nessa página inicial vão estar sendo
928 apresentados os processos que chegaram na caixa de entrada dele, assim como
929 um e-mail por exemplo, que está mostrado ali pelo número de dez. Aí esses são
930 os novos processos que foram vinculados, ou seja, os cadastros entraram, o
931 gestor descentralizou e alocou o processo para esse técnico analisar, desses
932 processos que entraram, aí vocês podem ver que 75% está no grupo verde e 25%
933 no grupo amarelo, esse grupo e tem o vermelho também que, no caso, não tem.
934 Isso daí são cadastro testes, de simulação. Nesse caso, essas categorias são pelo
935 nível de complexidade do cadastro com base nesse sistema de filtros automáticos,
936 que identifica eventuais passivos ou ativos ambientais e eventuais necessidades
937 de apresentação de documentação que tornaria a análise do cadastro mais
938 complexa. Isso vai servir para ele também ter uma dimensão do tempo que vai
939 levar para analisar. Tem uma caixa aí que vai estar os processos que estão sendo
940 analisados, os que estão aguardando uma validação, porque após a conclusão da
941 análise assim como é feito no procedimento normal o técnico faz um parecer e
942 esse parecer tem que ser validade por uma chefia, que vai receber isso na sua
943 caixa de entrada. Na caixa de entrada, ele pode selecionar, fazer uma filtragem do
944 processo, procurar algum processo pela data de entrada, data que foi recebida
945 pelo sistema e pode ordenar por data de envio, data de vinculação, data de
946 nascimento do proprietário no caso daqueles estados que têm que dar prioridade
947 para a análise para pessoas mais idosas e, nas ações ali no canto inferior direito,
948 ele o detalhes, solicitar uma desvinculação, por exemplo, o caso de ele sair de
949 férias, ele pode retornar isso para o chefe para ele alocar esse processo para
950 outro técnico ou pode iniciar a análise propriamente dita. Bom, aqui é uma tela
951 parecida, só que essa tela de análise são aqueles processos que de fato ele já
952 iniciou a análise, mas ele não concluiu. Aí você vê o tempo que está em análise, já
953 está em análise 25 dias, 23 dias. Ele pode novamente ver detalhes do imóvel,
954 solicitar uma desvinculação ou continuar uma análise. Nessa tela aqui, que já é a
955 tela do cadastro ou do processo desse CAR que em cima tem indicado qual é o
956 número de registro, no caso esse seria um cadastro simulado no Mato Grosso,
957 aqui seria a equipe de técnicos alocada para analisar esse cadastro, no caso
958 temos quatro técnicos vinculados para fazer essa análise, então, essa análise
959 pode ser feita tanto por uma única pessoa quanto por uma equipe de pessoas e
960 somente essas pessoas vão poder analisar o cadastro e elas vão ter que ter sido
961 vinculadas por um gerente operacional. Aqui tem um histórico breve, a data de
962 envio, a data da primeira vinculação, a data do início da análise e a duração da
963 análise desde que foi iniciada. Embaixo, tem o histórico da tramitação nesse
964 processo, a data de recebimento, a data de vinculação e a hora de início e hora de
965 finalização da análise, hora de validação da análise. Então, fica tudo registrado. É
966 importante dizer, a todo tempo em cima tem ficha do imóvel, central de
967 comunicação e Fórum de discussões. Essa ficha do imóvel, o técnico vai poder a
968 qualquer momento olhar as informações declaradas, ter acesso total às

969 informações declaradas desse cadastro. Uma central de comunicações, que vai
970 ser o meio pelo qual são trocadas as informações entre proprietário e possuidor e
971 o órgão ambiental. Ele pode enviar documentos, responder determinadas
972 notificações e etc... Aqui seria uma lista dos documentos enviados, quantas
973 situações eventualmente que os proprietários vão receber notificações para
974 apresentar alguma documentação de comprovação de propriedade, de
975 identificação, averbação de Reserva Legal, etc., Nesse caso, não tem nenhum
976 documento vinculado nessa simulação. Nesse fórum de discussões, quando ele
977 clicar, ele vai poder se comunicar com os outros, isso é uma comunicação interna,
978 como se fosse um *chat* interno do processo. Então, todas as informações
979 referentes à análise daquele processo vão poder ser trocadas entre os membros
980 participantes da análise. Então, se eu discordar de alguma análise que algum
981 colega fez ou tiver alguma sugestão, eu posso colocar e isso daí é interno. O
982 proprietário possuidor não vai ter acesso a essa informação imediatamente. No
983 início do processo de análise, nós temos os dados da ficha, os dados cadastrais.
984 Então, são os dados do imóvel, domínio, documentação. No caso, eu não abri
985 todas as abas aqui para poder facilitar a visualização dos itens que vão ter que ser
986 analisados. Aqui tem, por exemplo, a análise das alterações declaratórias da área
987 do imóvel após 22 de julho de 2008. Então, ele consegue ver qual é a área atual
988 do imóvel, qual era a área em 22 de julho de 2008 declarada, quantidade de
989 módulos fiscais e o enquadramento desse imóvel em relação a pequeno, médio ou
990 grande para fins de regularização. Ele também pode solicitar alguns documentos.
991 Essa solicitação de documentos pode ser editada por cada Estado. Então, os
992 estados vão poder dizer quais são os documentos que ele vai considerar que
993 podem ser pedidos e em embaixo vai ter um campo de observações, onde
994 também podem ser colocadas observações sobre esse campo da ficha do imóvel.
995 Na análise geo, nós vamos ter, aqui as abas vão seguir mais ou menos a lógica do
996 cadastro, da parte de inscrição, onde primeiro é verificado o perímetro do imóvel e
997 sua sobreposição com outros imóveis, bem como a divergência entre a área
998 declarada em documentação. Então, muitas vezes, ele pode ter um documento e
999 vetorizou de uma área divergente desse documento e isso também vai estar
1000 sendo acusado aqui e aqui vocês já podem ver também que o mosaico *Landsat*
1001 vai estar disponível a qualquer momento durante a análise para visualização. Aqui,
1002 dentro da sobreposição de imóveis rurais, ou seja, imóvel rural com outros imóveis
1003 rurais, vão estar parecendo as sobreposições com outros imóveis rurais
1004 naturalmente, aqui já podemos ver que identificou uma sobreposição com outro
1005 imóvel de simulação, ele dá o percentual dessa sobreposição, a área sobreposta e
1006 já faz uma identificação sobre essa sobreposição está acima dos limites
1007 estipulados como aceitáveis ou não. Esses limites já estão pré-definidos no
1008 sistema, mas todos os estados podem definir limites diferenciados. Os estados
1009 que resolverem adotar a tolerância zero para sobreposição com outros imóveis
1010 rurais também vai adotar isso. Além disso, tem a análise da aplicação do conceito
1011 do imóvel rural em relação aos imóveis limítrofes, essa é uma ferramenta muito
1012 importante, uma vez que toda a meta de regularização de reserva legal vai ser em
1013 relação à área do imóvel. Então, o imóvel aqui no caso pelo conceito é similar ao
1014 do Incra. Então, se ele for composto por mais de uma matrícula desde que

1015 pertencentes aos mesmos proprietários ou possuidores, ela vai ter que entrar
1016 como um único imóvel rural e não individualmente matrícula a matrícula. E caso
1017 tenha algum imóvel do lado declarado que tem o mesmo CPF ou um CPF em
1018 comum, o sistema já vai acusar e vai dizer que tem um potencial imóvel em
1019 desacordo com o conceito de imóvel rural. Aqui também, a todo tempo, todas as
1020 abas vão ter a possibilidade dos estados inserirem bases adicionais de dados
1021 como, por exemplo, outra malha de imóveis ou qualquer outra informação que ele
1022 julgue relevante para colocar nesse cruzamento e também para poder solicitar
1023 documentações eventuais para qualquer situação. Na hora de adicionar uma
1024 inconsistência, caso, por exemplo, tenha sido identificado como foi identificado
1025 uma sobreposição de imóvel rural, ao adicionar a inconsistência, vai abrir essa
1026 janela, onde vai ser mostrada a área de sobreposição, o perímetro do outro imóvel
1027 e em um campo pendências, inconsistências e recomendação. Esses campos vão
1028 estar padronizados, com o texto não editável, já vão estar pré-definidos no
1029 sistema. Caso o técnico não se sinta satisfeito em relação ao que está pré-
1030 definido, ele pode colocar alguma observação e essa notificação vai para o
1031 proprietário possuidor, podendo inclusive com a imagem da sobreposição caso o
1032 técnico julgue que possa ser relevante ser feito esse envio. Não vou passar em
1033 todas as abas aqui, porque isso levaria um certo tempo, vou colocar nas mais
1034 importantes, que dado o nosso diálogo com os estados que são as questões mais
1035 nevrálgicas, que são a questão da cobertura do solo, a vegetação das áreas
1036 consolidadas, aquelas desmatadas até 22 de julho de 2008 e a cobertura de
1037 vegetação nativa. Aqui nós já podemos ver que está sendo exibida no canto direito
1038 área classificada do CAR, são as áreas que foram identificadas e classificadas
1039 pela Universidade Federal de Lavras através de algoritmos que fizeram uma
1040 classificação usando inclusive as bandas do infravermelho, que é uma imagem
1041 espectral, multiespectral, essa *rapid eye*, que foi utilizada de cinco metros, que é
1042 essa que vocês estão visualizando nesse momento e aí o técnico vai poder
1043 visualizar essa classificação para poder comparar eventualmente alguma
1044 informação declarada em desacordo. Inclusive, essa classificação, é bom colocar,
1045 ela ainda é mais precisa que o olho humano, uma vez que ela pega dados rádio
1046 métricos da imagem. Então, às vezes, por exemplo, identifica corpos d'água, que
1047 você visualmente não identifica, mas pela interpretação, classificação rádio
1048 métrica, ela foi identificada. Importante também dizer que é apresentado o
1049 mosaico dessas imagens *rapid eye* com a data delas. Então, o técnico vai poder
1050 saber exatamente qual o dia que foi tirada aquela imagem. Ele também vai poder,
1051 se julgar necessário, classificar uma área por conta própria, ele não vai alterar o
1052 cadastro do usuário, mas ele vai poder classificar, por exemplo, o remanescente
1053 de vegetação nativa que ele identificou na imagem, mas o usuário não identificou,
1054 se ele julgar que isso é procedente, ele vai poder fazer também e aí o proprietário
1055 vai receber essa notificação e vai poder proceder com a correção do cadastro se
1056 ele julgar que a sugestão de correção está correta. Os itens que são verificados
1057 são a análise de cobertura do solo em remanescente de vegetação nativa e aí são
1058 comparados os polígonos de remanescentes de vegetação nativa com a área
1059 vetorizada pelo cadastrante, que é a área declarada, a área do cadastro do
1060 sistema de classificação que foi feito por Lavras e também os dados do sistema de

1061 monitoramento que, no caso, seria o Prodes. Importante dizer, toda vez que ele
1062 clicar em analisar naquele campo à direita e é um analisar por item e clicar item
1063 verificado, esse item vai ficar bloqueado por edição por qualquer outro técnico, só
1064 esse técnico que está analisando agora que poderia, no caso, fazer uma reedição
1065 desse item. Também são feitas as análises da cobertura nas áreas classificadas
1066 como consolidadas, nas áreas de pousio, nas áreas antropizadas não
1067 consolidadas, que seriam aquelas áreas desmatadas após de 22 de julho de 2008
1068 que também estão classificadas, também foram classificadas nesse processo feito
1069 pela Universidade Federal de Lavras e também a análise de inconsistências
1070 adicionais com temas complementares, que o Estado por eventualmente tenha
1071 alguma base vai poder inserir. Na reserva legal, também existe uma análise da
1072 reserva legal averbada e reserva legal aprovada e não averbada e mais
1073 interessante nesse caso agora é o artigo 12, que define os percentuais de reserva
1074 legal. Então, vamos poder visualizar nesse momento a reserva legal proposta no
1075 caso que o cadastrante tenha declarado, a reserva legal averbada. E aqui nós
1076 fazemos uma análise, são feitas análises, tudo isso automatizado, o técnico já vai
1077 receber tudo isso já contabilizado, que é a sobreposição de reserva legal com
1078 outras reservas legais análise do cômputo APP no percentual da reserva legal,
1079 balanço dos passivos ou excedentes de reserva legal em relação ao percentual.
1080 Então, ele vai fazer todo um memorial de cálculo em relação a qual o tamanho
1081 desse imóvel, se ele possui reserva legal averbada, se a reserva legal, em relação
1082 a documentação, está igual e quando ele clicar nessa lupa à direita vai ver de
1083 ontem está vindo essa informação. Então, ele vai ter segurança de que informação
1084 é essa que está sendo colocada aí.

1085
1086
1087 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) – Bernardo.** Preciso te
1088 interromper. Desculpa. Passa o próximo slide para mim, por favor. Esse aqui
1089 Ministra. Eu queria especial atenção para dar como entregue a sua determinação.
1090 Esse imóvel aqui, em amarelo, é um imóvel rural, esse à esquerda, Ministra, é um
1091 outro imóvel. Observe que já tem aqui, o sistema já te permite colocar essa
1092 reserva legal próxima dessa outra reserva legal. Aquele outro imóvel que está à
1093 direita, a reserva legal está distante, mas o sistema que a Sra. Determinou que
1094 nós fizéssemos está em desenvolvimento, é que ele vai recomendar sempre ao
1095 técnico que quando houver essa possibilidade da reserva legal de um imóvel ficar
1096 próximo de outra reserva legal, ele recomendada que isso aconteça para poder
1097 formar corredores de conectividade e assim assegurar que a reserva legal não
1098 seja um tabuleiro de xadrez, vazio, branco, vazio, branco, que possa ter de fato,
1099 Scaramuzza, pelo Cadastro Ambiental Rural, uma localização de reserva que
1100 permita a formação de corredores ecológicos, isso vai ser um algoritmo que está
1101 sendo feito, que na hora que o cadastro for analisado já recomendada para o
1102 técnico do Estado “olha, há possibilidade de formar o corredor com aquela
1103 propriedade A, B, C ou D”. Então, eu acho que isso é super bacana, quer dizer, o
1104 cadastro não é meramente um cadastro, também tem essa finalidade de
1105 assegurar isso. Bernardo, eu acho que está bom, acho que, assim, o modo de
1106 análise é super sofisticado, é um negócio assustador o tempo que tivemos, a
1107 equipe do Ibama para poder desenvolver e nós estamos em testes, isso aqui é

1108 teste, está rodando teste, calibrando os algoritmos e o sistema. Em dezembro nós
1109 estamos entregando para os estados, capacitando os estados para poder fazer
1110 essa análise quase 100% automática. Muito obrigado. (*Palmas!*).

1111

1112

1113 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**

1114 Obrigada, Deusdará. Então, retomando, quer dizer, eu acho que nós mesmo, os
1115 meninos que estão enlouquecidos por causa disso, que cada... parece que você
1116 está em um *vídeo game*, tem horas que eu fico no meu Ipad construindo todas as
1117 possibilidades e ligo para eles, assim, “é possível fazer o algoritmo tal?” Quase
1118 enlouqueço ele e a turma de Lavras, mas eu tenho no Cadastro Ambiental Rural,
1119 na minha opinião, é um instrumento de mudança de patamar da gestão ambiental
1120 neste país e de políticas ambientais nesse País. Teríamos que saber fazer uso
1121 disso e de fortalecimento das nossas instituições. Na área florestal, além disso
1122 que foi mostrado aqui, de cadastro e etc., vou comentar muito rapidamente o
1123 processo de concessões florestais e o processo de gestão de florestas públicas.
1124 Nós temos como referência, usamos o programa nacional de florestas de 2002,
1125 muita coisa foi abandonada e retomada depois, que isso poderia ter mudado a
1126 escala de resultados, enfim, e pegamos, fizemos, contratamos em 2011 um
1127 estudo nacional sobre o setor florestal brasileiro e esse estudo também foi usado
1128 como referência pelo próprio Serviço Florestal Brasileiro de discussão e proposta
1129 de encaminhamento. A governança nessa área de concessões é muito difusa,
1130 como eu sinalizei anteriormente, e isso determinou uma complexidade de gestão
1131 de fazer cumprir aquilo que foi a meta estabelecida em 2008 de quatro milhões de
1132 hectares concedidos. Perdão, que seriam concedidos quatro milhões de hectares
1133 de florestas públicas até 2014. É impossível fazer isso com o arranjo institucional e
1134 com as questões que foram colocadas, até porque as premissas do modelo
1135 original, isso é avaliação do Serviço Florestal Brasileiro. Eu estou repetindo aqui
1136 para vocês. Foi um planejamento inicial, contemplou áreas não destinadas ao
1137 Serviço Florestal, quer dizer, se pressupôs que teria acesso a áreas que não
1138 tiveram acesso e áreas de baixa atratividade econômica, que eu tenho edital
1139 sendo feito agora dando vazio na licitação. Além do modelo de governança
1140 adotado, que é essa coisa tríplice aliança Ibama, ICMBio e Serviço Florestal, que
1141 conseguiu-se avançar num espaço político de convivência, mas, na minha opinião
1142 pessoal, requer sim uma mudança de quadro legal, senão, é impossível avançar,
1143 ou o Serviço Florestal passa a ser do SNUC e administra, ou Chico Mendes
1144 Unidades de Conservação recategoriza as florestas nacionais para as unidades de
1145 conservação e isso vai precisar de lei, não é isso João? Ou ele passa
1146 efetivamente que a Floresta Nacional só para o Serviço Florestal gerir, o Ibama
1147 tem a obrigação de fazer os planos de manejo, tem dificuldades embora tenha
1148 adotado procedimentos para simplifica-los, ou seja, não é trivial o modelo que foi
1149 pensado. E isso terá que mudar a lei e nós tentamos várias saídas, estamos na
1150 quinta geração digitais, mesmo assim, o próprio Serviço Florestal repactua a sua
1151 meta para um 1,5 milhão de hectares e simplesmente até 2008 tinham três
1152 contratos assinados e nós estamos entregando 11 contratos assinados,
1153 totalizando um milhão de hectares, cerca de um milhão de hectares e mais 500 mil
1154 que vem dos estados, cerca de 500 mil que vem dos estados. Há um desafio

49

25

1155 enorme em relação a essa área, se nós queremos dialogar com que o Código
1156 Florestal vai oferecer de ampliação do número de florestas nacionais em
1157 condições para implantação de concessões. Não são florestas nacionais para
1158 conservação da biodiversidade *stritu sensu*. Há uma disputa ainda embora o
1159 Instituto Chico Mendes tenha evoluído em critérios para trabalhar junto com o
1160 Ibama e com o Serviço Florestal. Tem que aumentar atratividade do negócio
1161 concessão florestal, ou seja, tem que incrementar a oferta legal de madeira e
1162 reduzir a oferta ilegal de madeira. Não dá para trabalhar com um mercado que
1163 cerca de 70% da madeira são de origem duvidosa ou ilegal. Não tem viabilidade
1164 econômica e por mais que aperte a fiscalização é preciso que os estados
1165 trabalhem também a questão do plano de manejo estaduais e da própria
1166 certificação de origem e isso o Ibama vai destacar. Eu não vou falar de isso aqui,
1167 mas o Ibama vai falar do novo sistema de controle de origem integrado
1168 nacionalmente que nós tivemos condições de construir a partir da mudança do
1169 Código Florestal e de uma cooperação com os estados. E obviamente tem ainda
1170 que discutir, diferenciar os mercados de oferta de madeira oriundos de manejo
1171 comunitário do manejo empresarial. Ainda tem uma grande mistura nisso. Tudo é
1172 desejável, mas tem que definir também de mercados, ou seja, nós temos
1173 conversado muito com os produtores, com os detentores de concessão e uma
1174 reflexão que o próprio Serviço Florestal está fazendo. É necessário discutir
1175 melhor, o pessoal do Ministério do Planejamento vai rir um pouco dessa frase,
1176 mas, enfim, a questão sobre a infraestrutura da Amazônia e as concessões
1177 florestais e eu não concessão florestal onde eu não tenho energia elétrica, onde
1178 eu não tenho estrada, onde eu não tenho hidrovias. Sinto muito senhores. Então,
1179 vai ter que discutir isso, se quer o desenvolvimento terá que... uma das razões
1180 das licitações da área vazia é isso. Não tem viabilidade econômica tirar a madeira.
1181 Então, pensar o modelo de desenvolvimento da Amazônia, repensar o modelo de
1182 desenvolvimento da Amazônia, já que as florestas nacionais e públicas estão na
1183 Amazônia, é preciso discutir do ponto de vista também das concessões
1184 florestais. A concessão como instrumento de enfrentamento ao desmatamento
1185 legal na Amazônia e desenvolvimento regional local tem que ser assumido
1186 politicamente e para isso tem que resolver esses problemas todos e mais do que
1187 nunca um crescimento contínuo e consistente de oferta dessa madeira, agregando
1188 valor a essa madeira legalizada, ou legal de origem. Serviço Florestal refez o seu
1189 calendário. Admite sete milhões de hectares como meta no horizonte até 2022, a
1190 partir de 2014 indo até 2022, com uma avaliação concreta, segundo o próprio
1191 pessoal do Serviço Florestal da realidade. Então, um aprendizado e aqui eu faço
1192 publicamente, poderia estar dizendo “não, a meta é essa, etc.”, foi preciso
1193 desmontar e remontar mantendo a importância do tema que é concessão florestal
1194 no Brasil, o inventário florestal foi contratado em 2010. O Brasil, isso em todo o
1195 País, também a cargo do Serviço Florestal Brasileiro, nós estamos entregando
1196 agora em 2014 três estados concluídos, Em 2015 mais 10, em 2016 mais quatro
1197 estados. Com isso fechamos o inventário nacional. Tem financiamento do GEF,
1198 mais Fundo Amazônia, ou seja, tem recursos que nós captamos para viabilizar e o
1199 FIP do BID com 16 milhões de dólares. Viabilizar isso são 8,5 milhões de dólares
1200 do GEF e mais Fundo Amazônia 65 milhões de reais, mais o FIP Cerrado BID 16

1201 milhões de dólares. Isso tudo foi captado por nós, tudo foi negociado, tudo foi
1202 trabalhado por nós esses quatro anos para poder trabalhar, ter esse resultado do
1203 inventário nacional da forma como está sendo feita e é a primeira vez que está
1204 sendo feita no País. Na agenda de clima, todo mundo sabe que a política foi
1205 aprovada em 2009. Os compromissos voluntários internacionalmente e
1206 compulsórios nacionalmente, porque nós temos uma lei de redução de emissões,
1207 o plano foi instituído em 98, a sua versão final de revista e etc. vai ser adotado
1208 agora, no final de 2014, todo pronto, foi todo revisto o plano nacional de mudança
1209 do clima 2013/2014 e consulta pública, bem, todo o processo que nós
1210 recomendamos, mas, enfim, está aí, pronto. Nove planos setoriais foram feitos, de
1211 mitigação, monitoramento de redução de emissões e de gás de efeito estufa está
1212 feito no primeiro módulo, por plataforma de referência para a Amazônia e Cerrado.
1213 Com isso, conseguimos estimar que as reduções médias de emissões no Brasil
1214 nos últimos quatro anos, três anos, é de 650 milhões de toneladas de CO²
1215 equivalente e isso equivale a emissões globais de todo o Reino Unido, o que
1216 voluntariamente a sociedade brasileira oferece para o mundo em reduções, isso é
1217 um sistema montado no Ministério do Meio Ambiente e que tem o dado oferecido
1218 formalmente à UNFCC, a Convenção de Clima. A estrutura de governança
1219 também está funcionando tanto do ponto de vista do governo quanto do painel
1220 brasileiro de mudança do clima com mais de 300 cientistas, embora, na minha
1221 opinião pessoal, devemos discutir um aperfeiçoamento dessa mudança desse
1222 modelo de governança. Eu acho que o enfrentamento que vai vir de debate e que
1223 vai vir de demanda sobre a questão de clima particularmente para 2015 levará o
1224 Brasil a fazer uma reflexão política sobre a estrutura de governança de clima no
1225 País. Na agenda de água isso está presente, na agenda de desertificação, na
1226 agenda de área protegidas, os estudos todos sendo feitos na área, a leitura de
1227 baixo carbono se é suficiente ou não é suficiente, todos os monitoramentos
1228 setoriais estão indicando que precisamos dar um salto qualitativo e acho que o
1229 Brasil se prepara para isso. Também consolidou-se a estratégia de *head plus*, se
1230 espera que o decreto presidencial seja assinado até o final do ano, é um conjunto
1231 de medidas sendo prontas para a assinatura e como também o Brasil desenvolveu
1232 uma metodologia chamada modelo durante a Copa do Mundo reconhecido pela
1233 convenção do clima, para adotar de medição de emissões e de mitigação de
1234 grandes eventos esportivos e que a própria Fifa e a própria UNFCC
1235 recomendaram a adoção em outros eventos globais. Com isso, pudemos fazer
1236 uma Copa 100% mitigada das emissões diretas e já estamos nas indiretas cerca
1237 de 60%, 700% de mitigação. Isso é um resultado Fantástico e é prata da casa, foi
1238 feito pelos nossos técnicos, não foi contratação de consultoria, não foi nada, ou
1239 seja, uma sinalização que o investimento em qualificação e capacitação dá
1240 resultado. A secretaria geral da convenção de clima escreveu pessoalmente, me
1241 telefonou, me encontrou inclusive no exterior para dar os parabéns e estão
1242 recomendando isso para todos os países essa metodologia, uma coisa de muito
1243 orgulho porque é o Ministério do Meio Ambiente fazendo isso. Obviamente, em
1244 parcerias e consultas, mas fomos nós que fizemos e ninguém tinha a coragem de
1245 fazer e nem sabia nem por onde que ia, então, deu muito trabalho, mas deu certo.
1246 Sobre o desmatamento da Amazônia, eu vou fazer quatro comentários muito

1247 objetivos. Nós temos a menor taxa de desmatamento dos últimos quatro anos. Eu
1248 estou considerando aqui 2010. E, portanto, a menor média. Ainda está se
1249 avaliando o que aconteceu ano passado. Ninguém consegue correlacionar. As
1250 pessoas falam que foi o Código Florestal. Não é. Eu mostro a medida provisória.
1251 Pelo menos não é isso que indica. A medida provisória, quando foi editada em
1252 2001, que ampliou a reserva legal de 50% para 80%, se você fizer a análise dos
1253 anos subsequentes foram as maiores taxas de desmatamento da Amazônia,
1254 aumentou a proteção, teve as maiores taxas de desmatamento. Eu, essa semana,
1255 estive lá no sul da Bahia, a semana passada, inaugurando o projeto Arboreto, que
1256 é um projeto lindo feito pelo Ministério Público da Bahia com o Serviço Florestal
1257 Brasileiro, com a ESAUC da USP e encontrei o Ricardo Rodrigues e ele comentou
1258 de um trabalho que ele fez em São Félix do Xingu sobre as áreas desmatadas.
1259 São Felix do Xingu, não é isso Scara? E no que ele fez essa avaliação... São Felix
1260 do Xingu é um município que está na lista dos municípios que mais desmatam, no
1261 ápice do desmatamento. Ele identificou que o passivo de desmatamento. O que é
1262 o passivo de desmatamento? Aquilo que foi desmatado em área que não podia
1263 ser desmatada na Amazônia, no município de São Félix do Xingu, ou seja a APP,
1264 Reserva Legal e uso restrito é de 2,5% do total de desmatamento do município, ou
1265 seja, o desmatamento o que aconteceu no município aconteceu em áreas
1266 passíveis de supressão de vegetação, que boa parte dos agricultores, os
1267 proprietários pediram autorizações para os órgãos ambientais e não foram
1268 atendidos, segundo a informação que foi passada. Isso, o 2,5% passivo em APP,
1269 4,05% passivo em RL, Reserva Legal. É um estudo que vai sair publicado. Isso
1270 mostra também que começamos a dar uns zoons tecnológicos sobre o perfil do
1271 desmatamento, o que está acontecendo na Amazônia, nós precisamos ter mais
1272 segurança sobre as afirmações e precisa sim de uma capacidade de resposta,
1273 Hélio, naquilo que é competência dos estados, o cadastro vai mostrar muito isso.
1274 E os prefeitos querem discutir isso e nós restringimos os critérios nas listas de
1275 municípios e por outro lado temos que entender como é que essa dinâmica
1276 acontece do ponto de vista do perfil de desmatamento. Isso é o que chamo a nova
1277 fase de discussão do desmatamento. O dado do Prodes do ano, deste ano, não
1278 está divulgado ainda porque nós não recebemos. Vou deixar isso público aqui
1279 porque se você fica insistindo parece que não tem nada, eu só vou ver, vou
1280 receber no final do mês, eu não sei. Isso depende de quando o Ministro de Ciência
1281 e Tecnologia me telefona para dizer que vai encaminhar formalmente o dado. Isso
1282 não chegou no Ministério do Meio Ambiente ainda. Então, quando chegar, eu
1283 deverei divulga-lo com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ministro Campolina,
1284 como faço anualmente. Há uma discussão colocada na imprensa sobre Deter,
1285 IMP, Imazon e etc. Eu vou deixar claro duas coisas, a metodologia SAD do
1286 Imazon não dialoga com a metodologia do IMP, são métodos distintos e
1287 procedimento distintos e a questão do Deter é uma questão que envolve o Ibama
1288 e o IMP. Essa rotina de divulgação do Deter mudou desde o ano passado e
1289 particularmente neste ano por questões que envolvem inclusive a segurança dos
1290 nossos fiscais e daí foi definido um novo protocolo do Ibama com o IMP e o Ibama
1291 e o IMP vão divulgar isso nesses novos ritos e etc. Não tem nenhuma restrição de
1292 divulgação e etc. Do PRODES, eu vou projetar, vou tomar a liberdade de projetar

1293 para vocês uma tabela que mostra as diferenças. Isso foi projetado no encontro
1294 com a imprensa em Belém. Alguém pode projetar, por favor. Que é uma
1295 comparação do sistema Imazon com o sistema IMP, que é o dado oficial do país,
1296 aquilo que é inclusive auditado para ser encaminhado à convenção de clima. Aqui
1297 eu não quero criar nenhuma polêmica. Isso eu mostrei no Fantástico, isso foi
1298 mostrado no encontro na Amazônia, mas para mostrar como é que os métodos
1299 não dialogam. Quem é que projeta? Aqui tem uma tabela feita pelo pessoal do
1300 IMP junto com o Ministério do Meio Ambiente que mostra a taxa Prodes de
1301 desmatamento, usando a metodologia IMP. Em 2008, enquanto o Imazon disse
1302 que ia reduzir 6% a taxa de desmatamento, cresceu 11% no sistema IMP, em
1303 2009, ele disse que ia reduzir 65% e caiu 42%, em 2010, o Imazon, o sistema
1304 Imazon sinalizava 16% de redução e caiu 6%. Em 2011, ele disse que cresceria o
1305 desmatamento em 9% e ele reduziu 8%. Em 2012 36% queria diminuir, diminuiu
1306 29%. Em 2013, o Imazon disse que cresceria 92% e cresceu 28%. Então, isso
1307 mostra... E o Deter deste ano tinha indicado 35% em alertas com corte raso, uma
1308 coisa é o total de alerta e outra coisa é o corte raso. E aqui tem uma notícia do
1309 jornal O Globo que fala exatamente dos 92%. Então, assim, a imprensa tem sido
1310 muito sensível a nossos argumentos. Eu acho que quanto mais sistemas tivermos,
1311 mais dados de monitoramento, mais iniciativas melhor. Só estou dizendo que fiz
1312 questão de esclarecer porque eu mostrei isso no Fantástico, que não é para ter
1313 divergências entre A e B, são coisas distintas, são métodos distintos, que medem
1314 por metodologia de aferição, de medição e aferição absolutamente distintos, com
1315 tecnologias distintas. A taxa oficial no País reconhecida Pela UNFCC objeto
1316 inclusive de auditoria por um comitê científico independente que, aliás, uma
1317 pessoa do Imazon faz parte desse comitê e que é este dado que depois é usado
1318 pelo Fundo Amazônia para o governo Norueguês, os doadores depositarem o
1319 dinheiro para o Fundo Amazônia. Então, é o dado do IMP, do Prodes. Quanto
1320 mais sistemas nós tivermos, melhor. Agora, eu fiz questão de esclarecer porque é
1321 uma oportunidade de falarmos sobre Prodes. O Imazon também tem um sistema
1322 de alertas de desmatamento e enfim, a semelhança, parecido com o Deter, que
1323 isso o IMP também faz de maneira diferenciada e nós estamos mudando o perfil
1324 de tecnologias dentro do Deter, isso foi anunciado pelo Presidente do Ibama e
1325 pelo Presidente do IMP, usando tecnologias de satélite indiano com uma
1326 resolução muito maior. Então, está se construindo uma nova família de Deter e
1327 além de uma qualificação de uso de radar para enxergar abaixo das nuvens,
1328 através das nuvens. Então, isso muda a rotina. Não quer dizer que não tenha que
1329 monitorar, que não tenha que informar, que não tenha que debater, mas eu quero
1330 deixar claro que são processos absolutamente distintos, métodos distintos e eu
1331 acho que o Conselho Nacional do Meio Ambiente deveria ser informado mais
1332 objetivamente sobre isso. Estamos torcendo que a taxa de 2014 seja menor. Isso
1333 pelo menos é um esforço que o pessoal da fiscalização do Ibama, da força
1334 nacional de segurança, de todos aqueles que hoje enfrentam o crime organizado
1335 na Amazônia e, mais do que isso, que estão lutando para acabar com o
1336 desmatamento, mas o menor é bom, mas temos que acabar com o desmatamento
1337 na Amazônia, não tem sentido e esperamos divulgar brevemente, junto com o
1338 Ministério da Ciência e Tecnologia, com o IMP os resultados da Terra Classe. Que

1339 é uma avaliação de tudo que aconteceu com a Amazônia na área desmatada
1340 atualizada até 2012. Então, nós vamos ver as tendências, o que está em
1341 recomposição, etc., que é um trabalho enorme que o Ministério do Meio Ambiente
1342 é parte dessa construção junto com o IMP e junto com a EMBRAPA. Então, com
1343 isso eu concluo essa parte de desmatamento, chamando a atenção que o
1344 Ministério do Meio Ambiente já está discutindo o que chamamos de estratégia pós
1345 desmatamento, ou seja, não adianta dialogar com uma meta só de 2020 da
1346 Política Nacional de Clima e de 3.925 quilômetros quadrados, que é o patamar
1347 para atingir a meta, nós temos que acabar com esse desmatamento ilegal na
1348 Amazônia e entendemos que alguns caminhos são necessários, vamos chamando
1349 a sociedade para esse diálogo, mas fundamentalmente o Cadastro Ambiental
1350 Rural, com a regularização ambiental e fundiária é uma resposta que precisa ser
1351 estruturada claramente no que diz respeito à questão do desmatamento e também
1352 uma estratégia que nós chamamos, nós lançamos ano passado, de proteção e
1353 produção de alimentos *protecion and protection*, em que você trabalha o aumento
1354 de produtividade e o aumento de proteção com detenção de estoques de carbono,
1355 ou seja, você não precisa desmatar para assegurar o desenvolvimento da
1356 agricultura. Isso é um cenário geral obviamente. No financiamento e arranjo
1357 financeiro, para vocês terem uma ideia, no fundo clima foram mais de 500 milhões
1358 de dólares financiados nesses quatro anos, em projetos diretos de financiamento.
1359 O Inova Sustentabilidade com o BNDES, são quantos milhões? Dois bilhões de
1360 reais. FINEP e Ministério do Meio Ambiente e BNDES são dois bilhões de reais,
1361 são 150 projetos em análise hoje, em planos de negócio e direto com o setor
1362 produtivo exatamente para trabalhar a estratégia de economia de baixo carbono. E
1363 o Fundo Amazônia, que totalizou, nós conseguimos romper aquela inércia do
1364 Fundo Amazônia e hoje ele tem mais de 600 milhões de reais alocados em
1365 projetos, mais de 55 projetos aprovados, três concluídos e em execução, ou seja,
1366 o que eu acho que seria importante, eu já pedi ao BNDES, nós vamos ter que criar
1367 um espaço para avaliar os resultados desses projetos visto a redução do
1368 desmatamento. Então, tem financiamentos de estados como o Pará, por exemplo,
1369 de mais de 80 milhões de reais e eu quero saber o resultado disso em relação à
1370 redução do desmatamento porque todos os recursos alocados dialogam com a
1371 redução do desmatamento da Amazônia, os projetos sociais, são projetos lindos,
1372 projetos sensacionais que estão propostos e os próprios recursos alocados aos
1373 estados, quase 400 milhões de reais para implantar o CAR. Então, isso tem que
1374 vir, começarmos a trabalhar os resultados e entendermos isso na dinâmica do
1375 combate ao desmatamento. Então, pedi que fosse feito isso. E aí um dado muito
1376 interessante para vocês saberem, de tudo que nós conseguimos reduzir de 2006 a
1377 2013 de desmatamento, o Fundo Amazônia recebeu apenas 5% do dinheiro
1378 que foi transferido dos países para o Brasil. Nós teríamos que receber ainda 95%
1379 associado às emissões evitadas. Recebemos hoje 792 milhões de dólares. Então,
1380 ainda falta receber aí, vamos colocar, pelo menos uns quatro ou cinco bilhões de
1381 dólares são devidos à sociedade brasileira pelas emissões evitadas de gases de
1382 efeito estufa nos últimos anos por conta do desmatamento da Amazônia. Isso é
1383 incrível, que as pessoas não tenham noção disso. O protocolo de Montreal, o
1384 Brasil cumpre todas as metas. Mais do que isso. É o primeiro ano que

1385 cientificamente se reconhece que houve uma redução do buraco da camada de
1386 ozônio e o Brasil captou recursos adicionais no fundo multilateral para financiar
1387 essas ações que são a nova fase do protocolo de Montreal, são cerca de 19
1388 milhões de dólares envolvendo mais de 400 empresas brasileiras. Prioridades
1389 para 2015, tem várias, mas eu gostaria de destacar, além da questão do *red*,
1390 enfim, nós vamos fazer a... nós fizemos a submissão nacional de referência de
1391 emissões evitadas por desmatamento na Amazônia, corte de árvores na
1392 Amazônia junto à convenção quatro. Nós vamos fazer ano que vem sobre
1393 desmatamento no Cerrado, degradação Amazônia e cerrado. O primeiro País do
1394 mundo que fez isso. Isso é um golaço do ponto de vista de negociação
1395 internacional, de dinheiro e de qualificação científica do trabalho que está sendo
1396 feito no Brasil. Mas eu gostaria além de destacar isso, chamar a atenção para a
1397 operacionalização do sistema de formação de salvaguarda do *redplus* que vai
1398 estar em vigor ano que vem já com a plataforma sendo montada no Ministério do
1399 Meio Ambiente. Tem obviamente a formulação de políticas de queimadas, tem “n”
1400 recomendações, nós estamos deixando as agendas já com o que se desdobra em
1401 2015 e em 2015 nós aprovamos o plano nacional de adaptação de mudança do
1402 clima já em discussão com a sociedade. Então, tudo isso está encaminhado e está
1403 sendo feito e, obviamente, sugerindo essa estratégia de continuidade. No
1404 extrativismo, desertificação e outras políticas socioambientais, eu vou destacar
1405 três coisas: um o Bolsa Verde, que é uma transferência de renda para as
1406 populações que estão abaixo da linha de pobreza, que vivem em Unidade de
1407 Conservação, nós temos assentamentos sustentáveis em populações ribeirinhas,
1408 em áreas de domínio da Secretaria de Patrimônio da União, são 948 áreas de
1409 projetos em todo o País. E atendendo hoje, nós atingimos a meta de atender 70
1410 mil famílias dentro do Bolsa Verde. Isso é uma coisa absolutamente importante,
1411 porque refere-se particularmente nas Unidades de Conservação a demanda de
1412 novas políticas para desenvolvimento local e geração de renda, essas pessoas
1413 terão que sair da linha de pobreza, e é um trabalho que dialoga também com o
1414 Brasil sem Miséria, e dialoga com o cadastro das famílias beneficiárias, que são
1415 60 mil famílias, que nós tivemos que cadastrar porque nós não tínhamos essa
1416 informação. Então, o envolvimento do Ministério do Meio Ambiente, do ICMBio e
1417 acho que merecemos reforçar uma recomendação à equipe técnica da SDR,
1418 Paulo, dedicada a isso. Aqui o meu agradecimento público, porque esses meninos
1419 ralararam muito para efetivarem uma lógica que não tinha dentro do Ministério do
1420 Meio Ambiente. E também o agradecimento público à Ministra Tereza Campelo,
1421 ao Ministério do Desenvolvimento Social, que eles nos deram os meios para fazer
1422 cadastro, para fazer essa avaliação toda. O Ministério do Meio Ambiente não
1423 disponibilizava de nada disso. E a tal da agenda política, a tal da interlocução
1424 bilateral é que favorece esses caminhos e que acelera. Colocaram equipe para
1425 trabalhar conosco e ensinaram o nosso pessoal e aí conseguimos atingir a meta.
1426 Eu tenho muito orgulho disso, porque quando você vai nas áreas e nós estamos
1427 discutindo o Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo, o PLANAFE, que
1428 deve ser lançado ano que vem, nós entendemos qual é a demanda desse povo e
1429 isso é a agenda social, agenda política, compromisso de entrega com esse
1430 pessoal e a ideia de trazer a turma da incidência de espécies ameaçadas em

1431 extinção e os quilombolas que ainda não estão no geo do programa. Obviamente,
1432 as políticas de ações de conservação da biodiversidade, PA, cadeia, cadeia sócio
1433 biodiversidade, tudo isso foi mantido, foi ampliado, eu não vou entrar aqui em
1434 detalhes. Vou destacar apenas o plano nacional de agroecologia e produção
1435 orgânica que nós fizemos e também os desafios com ATER, com a assistência
1436 técnica para o Cerrado e Amazônia com foco e também Caatinga, isso é super
1437 importante ser feito. São rupturas de paradigmas. Nós fizemos uma ruptura de
1438 paradigma e esperamos em 2015, a estrutura está pronta, de desdobrar no
1439 programa nacional de redução do uso de agrotóxicos no País, uma consequência
1440 da Política Nacional de Produção Orgânica e de Agroecologia e do Plano Nacional
1441 de Agroecologia, que em parceria com o MDA, Ministério do Desenvolvimento
1442 Agrário e com a Comissão de Segurança Alimentar do Ministério do
1443 Desenvolvimento Social, nós pudemos fazer isso. Então, Eu acho que é uma nova
1444 agenda dentro do Ministério do Meio Ambiente que dialoga com o sistema de
1445 avaliação de agrotóxico que o Ibama está fazendo. Isso é muito interessante,
1446 como é que evitamos as superposições e faz convergências. O Plano Nacional de
1447 Fortalecimento do Extrativismo. São 700 milhões de reais alocados até 2016. E
1448 aqui eu vou falar, vocês vão me desculpar, mas eu tenho que falar disso porque
1449 nós fizemos o Programa Nacional de Habitação Rural. Isso ligado ao Programa
1450 Minha Casa Minha Vida. Essas pessoas não tinham regras e nem financiamento
1451 para viverem, eles moravam, moram em casas que não tinham nem a instrução
1452 normativa para disciplinar como é que eles mexiam na madeira dentro da reserva
1453 extrativista, eles desmatavam ilegalmente. Era isso. Nós tivemos que organizar
1454 todo o sistema das populações tradicionais e negociamos com o Ministério das
1455 Cidades a partir de um trabalho muito bem feito de laboratórios de produtos
1456 florestais do Serviço Florestal Brasileiro, de especificações mínimas das casas de
1457 madeira para a Região Norte, com as madeiras que podiam ser utilizadas, com os
1458 critérios que são exigidos pelo Minha Casa Minha Vida e com isso o Ministério das
1459 Cidades editou a Portaria 318 e instituiu o Minha Casa Minha Vida, quer dizer, no
1460 meio rural para as populações tradicionais, quilombolas e extrativistas. Com isso
1461 eles têm acesso a crédito para terem as suas casas próprias. Isso realmente foi...
1462 Se não fosse o trabalho do LPF, do Laboratório de Produtos Florestais, que fez 40
1463 anos, uma das maiores referências que esse País tem, esquecido, nós reforçamos
1464 agora a equipe com dez Ph.D., com tudo. Nós não teríamos conseguido ter uma
1465 política dessa e ter um alcance monumental e isso está dentro do Plano Nacional
1466 do Extrativismo e que nós, com isso, vamos avançar nos estudos de uso de
1467 madeira em sistemas consultivos de baixo impacto e esperamos que possamos
1468 ter uma indução de mercado no futuro sobre a questão do uso sustentável de
1469 madeira. Na agenda indígena, eu vou destacar a criação da Polícia Nacional de
1470 Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas loco ou 74 milhões de reais,
1471 não é isso? Cadê o Paulo? Direto com a Funai ou direto na população indígena
1472 para fazer os planos de gestão territorial de terras indígenas. Nós estamos
1473 financiando isso e espero com isso minimizar pelo menos os conflitos com
1474 algumas áreas, algumas sobreposições de terras indígenas. Isso não é uma coisa
1475 trivial, Tadeu, de ser feito, mas vamos lá. Na desertificação, fizemos o PAN
1476 desertificação, tem uma agenda enorme, mas foram cem milhões de reais gastos

1477 com o banco do Nordeste, o Fundo Clima e Manejo de Caatinga e melhorarias
1478 tecnológicas de cerâmicas e empresas gesseiras efetivos, com plano de negócio,
1479 não é transferência sem compromisso, é efetivo, com resultados. E na área de
1480 recursos hídricos, obviamente, tem trilhões de coisas para serem faladas, mas eu
1481 vou destacar aqui a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, com início
1482 em 2015 se efetiva e nós esperamos com o apoio financeiro a 10 estados nós
1483 fizemos 66% do total dos planos estaduais, estão feitos, total do território do País,
1484 consolida isso 100% em 2017, não é isso, Ney? Fizemos o Interáguas com o
1485 Banco Mundial, 143 milhões de dólares, e agora uma notícia que certamente
1486 alguns Conselheiros do Conama vão ter interesse, que nós estamos contratando
1487 uma avaliação crítica do programa de revitalização do Rio São Francisco. Então,
1488 isso suscitará debates, além da parceria que fizemos de uma avaliação sobre o
1489 sistema de recursos hídricos no Brasil com a OCDE, não é isso Doutor Vicente?
1490 Isso também já praticamente fizemos a primeira rodada e vai se tornar disponível
1491 ano que vem. O Plano Nacional de Segurança Hídrica foi iniciado em 2014 em
1492 parceria com o Ministério da Integração. Os atlas de vulnerabilidade e inundações
1493 concluídos em 2013, o programa de qualidade de água superficiais em 2012m, o
1494 atlas de distribuição das bacias hidrográficas em 2014 iniciado. O Prodes, o
1495 pagamento por resultados de tratamento de esgoto continuou. O programa
1496 produtor de água instalado em 2012, com pagamento a serviços ambientais,
1497 recuperação de seis mil hectares de mata ciliares e uma grande coisa, que foi um
1498 estudo em 2011 que se fez sobre segurança de rebarragem e agora a entrega do
1499 sistema nacional de informação e sobre segurança de barragem concluída em
1500 2015. Só um panorama. Tem trilhões de coisas feitas e além do Conselho
1501 Nacional de Recursos Hídricos, uma articulação que se conseguiu da ANA com a
1502 Secretaria Nacional de Recursos Hídricos. Então isso evita superposições,
1503 qualifica o diálogo e talvez as duas notícias que o Vicente está desesperado aqui,
1504 que eu tenho certeza, um é o pacto nacional de gestão pelas águas, o Pós
1505 Gestão, nós lançamos isso, fizemos, ou seja, estamos financiando por pagamento
1506 de resultados os estados para fortalecer o Sistema Nacional de Recursos
1507 Hídricos, tem Estado que tem um funcionário cuidando de água, é inacreditável
1508 como é que se fragilizou em poucos anos, e têm outros dando show. Também
1509 vamos colocar aqui os extremos e há discussão a estruturação no CEMADEM, no
1510 Centro de Emergências Ambientais, de emergência, monitoramento de
1511 emergência aos desastres naturais, da sala de crises, do comitê de crises. A ANA
1512 está permanente lá dentro, a reestruturação da rede meteorológica e os comitês
1513 de crise de enfrentamento da seca no nordeste e em São Paulo. Espero que não
1514 tenha que se instalar no Rio de Janeiro, mas, enfim, estamos trabalhando. E isso
1515 é um exemplo politicamente do que é o trabalho de fazer conversar e isso tudo em
1516 integração com o Ministério da Integração e alguns temas com o Ministério das
1517 Cidades. Então, essas estruturas todas só é possível fazer isso que não seja
1518 *small scale*, pequena escala, se você tem uma integração e trabalha na escala
1519 estruturante políticas públicas. Em resíduos sólidos, nós temos o sistema de
1520 governança da política, de logística reversa, foram disponibilizadas 57 milhões
1521 para planos estaduais de resíduos sólidos, 24 dos planos estaduais foram feitos
1522 por esse dinheiro e municipais, 1.865 municípios fizeram o plano municipal de

1523 resíduos sólidos, mais de 2.000 municípios, mais de 2.000, 2.200 deram solução
1524 final para a questão de destinação, ou seja, aterro, eram 800 antes da lei existir,
1525 da ordem 800. E agora nós vamos trabalhar a solução para os três mil e poucos
1526 municípios que não tiveram as condições de cumprir a lei, os prazos estabelecidos
1527 pela lei, melhor dizendo. Então, foi vedada a proposta de ser quatro anos, o
1528 governo vetou e nós vamos trabalhar agora dentro do Congresso em parceria
1529 também com as contribuições do Ministério Público como é que nós podemos
1530 equacionar algo que seja exequível e acabarmos com esse problema, que é um
1531 dos maiores problemas desse país. Logística reversa, nós assinamos os acordos
1532 pendentes de lâmpada, o de embalagens foi pedido prorrogação de prazo e o de
1533 eletrônicos e medicamentos serão feitos em 2015 porque estão em consulta
1534 pública. Temos agenda com os catadores, que é enorme, tem uma agenda de
1535 prevenção e controle de poluição. Destaco aqui a questão de qualidade do ar, que
1536 não vou entrar em detalhes, isso vai estar disponível a informação e, enfim, todas
1537 as partes de poluentes, solventes resistentes, tem um trabalho muito bem feito,
1538 como também inventário de emissões veiculares e como é que você dobra a frota
1539 do Brasil e reduz as emissões veiculares oriundos disso, foi publicado e tem todo
1540 um trabalho associado ao debate sobre mobilidade urbana. Na área de articulação
1541 institucional e cidadania, o Ministério reviu toda a sua agenda, colocou essa
1542 agenda em quatro grandes eixos, o primeiro de cidadania e responsabilidade
1543 socioambiental, eu vou destacar aqui três iniciativas além de A3P, a Conferência
1544 Nacional de Meio Ambiente, foi a maior conferência já feita na história, das
1545 conferências de meio ambiente, mobilizou 70% dos municípios, exatamente
1546 tratando de resíduos sólidos e nós usamos as recomendações da conferência
1547 para a tratativa de não prorrogar prazo por prorrogar prazo. Nós estamos
1548 trabalhando com que a sociedade demanda como prioridade e o governo acatou
1549 isso e não prorrogou o prazo em agosto quando venceu a questão do aterro.
1550 Criamos uma área dedicada à juventude, integrado com a Comissão Nacional de
1551 Juventude do Governo Federal. É sensacional, me sinto jovem. E uma agenda de
1552 gênero em articulação com a Secretaria de Política para as Mulheres, mas com a
1553 novidade, que foi a criação da Rede Mulheres Unidas pela Sustentabilidade, que
1554 já é copiada em vários países. Então, a Samira acabou de voltar da Argentina, a
1555 outra menina voltou do Chile e vários países dentro da área empresarial
1556 trabalhando a questão de sustentabilidade a partir do que o Brasil adotou antes da
1557 Rio+20 e que foi recomendado pela própria Rio+20. Isso é uma linha. A segunda
1558 tem uma parte de educação e comunicação ambiental, que é enorme, inclusive
1559 com capacitação a distância e uma parceria com o MEC, que eu não vou entrar
1560 aqui nas escolas sustentáveis, uma linha de produção e consumo sustentável,
1561 aqui eu destaco o plano de ação de produção e consumo sustentável, que não
1562 existia, um cumprimento ao acordo de Marraqueshe das Nações Unidas. Isso aqui
1563 já é o balanço de quatro anos que vai ser semana que vem que entregamos isso
1564 formalmente e mostra, o Brasil doou um milhão de dólares para a agenda dentro
1565 do PNUMA internacional de produção e consumo sustentável e lidera isso na
1566 agenda pós 2015, nós somos um dos países líderes desse tema. Eu acho que
1567 houve uma mudança completa de enfoque nisso. Quando eu cheguei no Ministério
1568 não tinha nada, tinha muita gente viajando e sem entregar nada e hoje é

1569 considerado um dos países modelo no mundo em relação à agenda de produção
1570 e consumo sustentável, o que levou, obviamente, a uma ampliação das parcerias
1571 com o setor empresarial, uma discussão sobre compras públicas sustentáveis
1572 estabelecida no governo e na sociedade, um modelo de compras públicas, regras
1573 para isso, o varejo sustentável, é inacreditável que foi desde a sacola plástica
1574 ainda com o Ministro Minc até a discussão agora de consumo consciente e junto
1575 com a CATU, junto com o ETHOS, enfim, tem uma gama de atividades e o que foi
1576 semana passada divulgado sobre construções sustentáveis Junto com a Câmara
1577 Brasileira da Construção Civil, parceria e as novas regras, as novas diretrizes para
1578 o setor, um trabalho também de três anos com o Ministério do Meio Ambiente. No
1579 relatório integrado de sustentabilidade, uma parceria também com o CBDs, o
1580 parágrafo 47 da Rio+20. Alguns de vocês devem estar envolvidos nisso e talvez
1581 uma coisa que eu tenho muito orgulho e tenho um agradecimento pessoal ao meu
1582 Secretário-Executivo, que a norma feita com o Banco Central do Brasil, é a
1583 primeira norma feita sobre diretrizes para a política de responsabilidade
1584 socioambiental nas instituições financeiras no Brasil. Isso foi, eu me lembro, nos
1585 diálogos da Rio+20, foi considerado uma das grandes iniciativas do Brasil e isso
1586 remeteu, por exemplo, que também o Brasil estivesse participando dos fóruns
1587 internacionais, o Chico representou a gente, os novos mecanismos de
1588 financiamento de integração com o sistema financeiro mundial em relação à
1589 sustentabilidade. Então, isso não é pequeno. E no Sisnama, para ir para a reta
1590 final aqui, porque não vou falar, mas vou encerrar. Eu vou deixar as duas coisas
1591 do Sisnama, vou anunciar para vocês mostraram, mas vou terminar a minha fala e
1592 deixar quem for falar do sistema de informações e estratégias do Sisnama. É
1593 você, Regina? Quem é? Maurício. E depois o portal do licenciamento, quem é que
1594 vai? Mattedi. Eu não vou entrar aqui em detalhes no licenciamento ambiental, vou
1595 apenas dizer que nós fizemos estrategicamente no Governo Federal, nós
1596 mudamos as regras de procedimentos e análise de tomada de decisão do
1597 licenciamento federal. Isso mudou completamente o perfil de tomada de decisão e
1598 de análise do Ibama. Constituímos equipes específicas para cada agenda do
1599 Ibama, capacitamos, qualificamos em todos os métodos de avaliação de impacto
1600 ambiental, posso falar isso, são todos especializados por área temática. Mudamos
1601 o patamar, quantos funcionários são hoje, Volney? Quatrocentos e sessenta. Eram
1602 80, não é? Menos de 80. Para vocês terem ideia. Isso tudo com concurso público.
1603 E obviamente discutimos tripartite tipologia, o do decreto está pronto, também está
1604 na lista das assinaturas, fechando um ciclo de licenciamento em relação à
1605 eficiência do licenciamento. O portal é um passo sobre isso, o meu sonho de
1606 consumo é o que temos no CAR para o licenciamento ambiental. Isso está
1607 encomendado, está nessa direção e também com a Universidade de Lavras,
1608 enfim, e uma integração com o Ibama. O Ibama mudou muito e acho que teremos
1609 um desafio, como esse próprio Conselho já sinalizou, de discutir o novo sistema
1610 de licenciamento pós Lei Complementar 140, envolvendo os estados e a Abema
1611 ontem falava sobre isso. A fiscalização ambiental, não vou entrar aqui em
1612 detalhes, mas mudou muito, desde de auto de infração eletrônico, eu não tenho
1613 mais auto de infração na África, eu tinha um auto de infração na Casa Branca. É
1614 verdade. Porque era uma maneira de burlar, de invalidar o auto. Agora tudo é

1615 eletrônico, tudo blindado, evita-se fraude, todo o sistema de pareceres do Ibama é
1616 tudo codificado, a fiscalização trabalha agora de maneira integrada com o grupo
1617 de gestão integrado de fiscalização com todos os órgãos federais, com a Força
1618 Nacional de Segurança. Está na sala de situação da Força Nacional de
1619 Segurança, está junto ao sistema de inteligência brasileiro. Então, mudou toda
1620 uma rotina de fiscalização e de procedimentos e, obviamente, agora uma
1621 requalificação em torno de imagens de satélite, tecnologia de satélite para
1622 aprimorar a ação no campo. Isso é um novo patamar de ação que virá por aí,
1623 como mudança de perfil de multa, de arrecadação. O Ibama arrecada duas vezes
1624 e meia o seu orçamento. Era o patinho feio e agora. E o Instituto Chico Mendes
1625 voltou a arrecadar. Ele arrecadava muito pouco, está praticamente arrecadando o
1626 seu orçamento, o que é muito bom, isso mostra que podemos ampliar os
1627 orçamentos a partir daí. No fortalecimento institucional, aí eu quero dar esse dado
1628 para acabar minha fala e passar para as demonstrações, essa, obviamente tem
1629 muito mais, o relatório virá com muito mais, mas eu vou destacar aqui algumas
1630 coisas. Foi dito que orçamento do Ministério tinha caído. Não é verdade. O
1631 orçamento saiu de 586 milhões em 2010 para 1,151 bilhão em 2014 e isso não
1632 é... Não estou falando de pessoal, o pessoal é por fora e não estou falando de
1633 contingenciamento. Não é isso Fause? Também tenho orgulho de dizer, eu estou
1634 olhando o Fause aqui, o Ministério, ontem eu disse isso na Abema, recebeu da
1635 CGU o prêmio de gestão eficiente. Nós saneamos todos os problemas
1636 administrativos, nós resolvemos todos os problemas, tudo o que não tem um pai,
1637 não tem nada engavetado dentro do Ministério do Meio Ambiente. Ganhar essa
1638 marca da CGU é motivo de orgulho para todos os funcionários do Ministério do
1639 Meio Ambiente. O Ibama está indo na mesma linha, o ICMBio está indo na mesma
1640 linha, todo mundo entrando nos eixos, não tem nada mais que não tenha sido
1641 auditado, que não tenha visto, que não foi feito. Encontramos muito, para você ter
1642 uma ideia, encontrei três mil processos parados no Ministério do Meio Ambiente
1643 da época do Governo Fernando Henrique sem avaliação de prestação de contas.
1644 Foram todos auditados. Não é isso, Dr. Ney? É na área dele. Ele quase
1645 enlouqueceu. Não, ele não era o responsável, ele chegou, quando eu o convidei
1646 tem esse pequeno abacaxi, eu contei as maravilhas e deixei obviamente as coisas
1647 e ele equacionou todos. Está faltando sempre... Não, o Gaetani liderou porque a
1648 Secex que está nisso e ele, inclusive, está mais cansado, está quase de cabelos
1649 do seu tom, mais brancos, exaurido por conta que era para enlouquecer o que nós
1650 encontramos de práticas administrativas não consolidadas no Ministério. Agora é
1651 considerado um dos modelos pela CGU, o Ministro Hage tem orgulho de me dizer
1652 isso e nós estamos trabalhando para aperfeiçoar cada vez mais, nós acreditamos
1653 que tem que ter transparência em tudo na administração pública, obviamente
1654 salvaguardados aquilo que são informações, os sigilos que a administração
1655 requer, a administração pública exige. Em termos de capacitação de servidores, o
1656 Ministério do Meio Ambiente não tinha planejamento estratégico, nós fizemos o
1657 planejamento estratégico do Ministério, o que possibilitou o que vocês vão ver
1658 agora. E fizemos o programa de capacitação dos servidores, que é considerado
1659 um dos melhores programas da Esplanada. Isso tudo possibilitou a revisão, a
1660 reestruturação da carreira de analista ambiental, inclusive com a gratificação para

1661 pós-graduação e mestrado. Vamos para a de doutorado brevemente. Espero. E
1662 obviamente isso deu um outro perfil com o aumento salarial de cerca de 55%
1663 quando a carreira foi equiparada à carreira de analista de infraestrutura. Isso tudo
1664 a Presidenta Dilma nos deu. Quem fala que não... As pessoas falam sem
1665 conhecer. Isso eu acho muito legal. E foram 2.465 servidores do Ministério
1666 capacitados e quando falamos de capacitação é capacitação mesmo, capacitação
1667 em sala fechada ou capacitação aberta dirigida às áreas prioritárias do Ministério.
1668 Um programa de incentivos educacionais, nós instituímos o programa de línguas,
1669 o chamado ProLingue, os funcionários que não falam línguas podem fazer
1670 capacitação, o Ministério ajuda a pagar, um programa de graduação, os
1671 funcionários de nível médio podem passar no vestibular e nós ajudamos a pagar a
1672 universidade, de acordo com o programa do Ministério do Planejamento. E o
1673 programa de pós-graduação, temos 403 funcionários beneficiados com esses
1674 incentivos nos últimos anos dentro do Ministério. A força tarefa do Ministério é de
1675 10.915 servidores e eu estou deixando com o Chico mais 1.200 vagas criadas em
1676 lei para o Ibama e o ICMBio. Nós enfrentamos, ou seja, iremos para doze mil e
1677 poucas vagas, doze mil e poucos servidores, deve ser 50%/50%, 50% para o
1678 Ibama e 50% para o ICMBio, eles têm que se acertarem entre si. Essas vagas
1679 foram criadas em lei, foram três anos de negociação no Congresso Nacional, ou
1680 seja, são vagas adicionais. Nós enfrentamos nos anos de 2011 e 2012 um
1681 processo tremendo de aposentadoria, muito interessante, e conseguimos repor
1682 todos os aposentados, conseguimos repor todos os terceirizados. Nós tivemos
1683 que substituir os terceirizados e os chamados contratos temporários, todos por
1684 concurso público, todos por concurso público. Eu acho que... Então, o Ministério
1685 consegue com isso ter um status com as suas entidades vinculadas, com o Ibama,
1686 o Ibama sai de 4.899 funcionários em 2013 com o negócio da aposentadoria para
1687 5.889 em 2014, Volney semana passada estava dando posse a 420 funcionários
1688 aqui no Ibama, de uma vez só, concursados. O ICMBio sai de 2.731 para 3.298, a
1689 ANA, na realidade, tem 393, é que tem o menor aumento, até porque tem muita
1690 aposentadoria. E o Jardim Botânico seja talvez a situação mais sensível porque é
1691 uma carreira da Ciência e Tecnologia e nós disputamos as vagas com as outras
1692 carreiras, com as outras instituições de Ciência e Tecnologia, mas estamos lá
1693 tentando pelo menos 12 pesquisadores, mas o total em 2011 eram 10.594
1694 funcionários, em 2012 eram 9.494, com todos os concursos repostos, em 2014
1695 são 10.915 funcionários no quadro permanente das instituições, com mais 1.200
1696 vagas para concurso autorizado em 2015. Com isso, nós entregamos o Ministério
1697 de Meio Ambiente, além de toda a reformulação da área de TI. Cadê o César?
1698 Não está aqui, não é? Eu acho que é o homem mais xingado dentro do Ministério
1699 do Meio Ambiente. Provavelmente. Fazer as duas sedes do Ministério
1700 conversarem, enfim. Houve um esforço muito grande de substituir todo o sistema
1701 de web, enfim, tem investimentos que vão ficar muito claros. Nós esperamos ainda
1702 terminar a reforma do prédio que está em uma reta final e nós compartilhamos
1703 isso com o Ministério da Cultura. Então, não é tão trivial assim, mas isso são
1704 números, obviamente, têm muito mais do que isso e isso estará detalhado por
1705 temas. Eu peguei as grandes flechas do ponto de vista de resultados para poder
1706 subsidiar uma fala que não me cansasse tanto e nem a vocês, mas eu estou

1707 exausta, eu imagino vocês, esgotados com a pessoa falando o tempo inteiro, mas
1708 eu acho que entregamos o Ministério nessa primeira gestão de uma maneira muito
1709 distinta do que nós encontramos e realmente num patamar, no meu entendimento,
1710 ainda mínimo daquilo que é demandado pela sociedade sobre a questão de
1711 políticas ambientais, mas muito diferente do que nós encontramos, os ganhos são
1712 expressivos e aqui eu tenho o meu último agradecimento à Ministra Miriam
1713 Belchior, ao Planejamento, porque eles foram de uma dedicação de viabilizar tudo
1714 que nós estávamos colocando no tempo e eu nunca deixei, não só no crédito
1715 mesmo, nas discussões mais complexas, de orçamento, enfim, como é a dinâmica
1716 do serviço público, nós nunca deixamos de ter o apoio pessoal da Ministra. Então,
1717 isso realmente faz a diferença. E o compromisso direto da senhora Presidenta da
1718 República que me cobra esses resultados porque ela está dando insumos, “eu
1719 quero os resultados”. Então, eu espero que com isso o Ministério do Meio
1720 Ambiente se coloque com os desafios de cadastro, de concessão, tudo que vem
1721 pela frente em um outro patamar. Posso assegurar a vocês que os últimos quatro
1722 anos foram de agregação de valor e não de perda, como algumas pessoas
1723 insistiram que aconteceu, e acho que o próprio Conama é um exemplo disso. Eu
1724 me lembro quando eu assumi o Ministério como Secretária Executiva, a primeira
1725 reunião do Conama todo mundo saiu de do plenário, o Volney se desesperou, eu
1726 estava fora, que foi uma greve do Conama e tinha uma greve do Fundo Nacional
1727 do Meio Ambiente. Fundo, todos os instrumentos, fundo nacional, fundo clima,
1728 todos os instrumentos estão funcionando, todos os colegiados estão funcionando,
1729 todo mundo tem que tomar decisão e essa construção desse ambiente político eu
1730 acho que é o resgate da credibilidade e uma colocação, uma afirmação de um
1731 novo Ministério do Meio Ambiente, que dialoga de fato, quer dialogar e quer
1732 influenciar cada vez mais na agenda do desenvolvimento. Nós não podemos ser
1733 reativos, nós temos que ser propositivo e para isso nós temos que ter qualificação
1734 na nossa interlocução. O exercício é de incrementar a nossa qualificação e os,
1735 obviamente, os inimigos que estão no poder, alguns deles, vão ter que mudar a
1736 maneira de trabalhar. A última notícia que eu estou olhando para a Amaurílio,
1737 estou me lembrando aqui, é que eu pulei muito coisa por causa do tempo. Nós
1738 instituímos com o Ministério de Minas e Energia o primeiro sistema de avaliação
1739 ambiental estratégica prosseguimentos para exploração e produção de petróleo e
1740 gás. Isso está publicado, os primeiros estudos estão sendo feitos, mudando a
1741 lógica do licenciamento, viu Carlos Henrique, e com a tua ajuda também porque
1742 você lá pelo OLPB fez o mapeamento de toda a questão da orla das praias e o
1743 Ibama tem a competência e já começou a fazer o PNC, o Plano Nacional de
1744 Capacitação, e SISNOLEO. Então, o SISNOLEO deve seguir essa lógica do
1745 cadastro, espero, nós estamos deixando os caminhos para isso, tem que acelerar.
1746 Agora, tem que fazer isso de fato acontecer para dialogar com os requisitos que
1747 estão estabelecidos pela indústria do petróleo. Agora, muito tem que ser feito, mas
1748 muito foi feito. Então, eu acho que o resultado realmente muda e eu vou pedir,
1749 então, o pessoal para mostrar a parte do sistema de informação, o que vai ser
1750 primeiro? Primeiro o licenciamento. Vamos ver o que vem. Nem eu vi o portal.
1751 Então, até eu estou curiosa. E depois o sistema que a Regina me mostrou e que
1752 devemos evoluir, isso vai mostrar estados, os estados, não é isso Essa parte

1753 agora. Mas não vai mostrar as ONGs? Vai entrar depois, vocês vão ver o que é. É
1754 a informação de todos os dinheiros repassados pelo Ministério para as entidades
1755 não governamentais com total transparência, para saber quem está fazendo o
1756 que, aonde, com quanto e com que resultado. Muito obrigado pela paciência de
1757 vocês. Vamos ouvir o que os meninos têm a falar, objetivamente, que depois eu
1758 vou abrir a palavra se alguém quiser fazer algum comentário ou questionar algo e
1759 depois seguimos a reunião do Conama, que já é meio dia e quinze, daqui há
1760 pouco a turma quer comer. Então, muito obrigado a todos. *(Palmas!)*.

1761

1762

1763 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK** – Obrigado, Ministra, eu serei
1764 brevíssimo. Vamos apresentar muito rapidamente o Portal Nacional de
1765 Licenciamento Ambiental no que temos construído aí com todos os estados, o
1766 Distrito Federal e o Ibama. O Portal Nacional de Licenciamento Ambiental é uma
1767 iniciativa, então, conjunta do MMA com os órgãos estaduais de meio ambiente, o
1768 Ibama e do Distrito Federal, que tem por objetivo agregar e disponibilizar com
1769 transparência e objetividade dados e informações sobre o licenciamento ambiental
1770 nos três níveis de governo. Na verdade, é um ambiente único, onde você poderá
1771 acessar informações do licenciamento de todos os órgãos licenciadores. O
1772 desenvolvimento do PNLA se deu em uma parceria do MMA com o Ibama e órgão
1773 estaduais de meio ambiente com financiamento do Programa Nacional de Meio
1774 Ambiente PNMA e em uma cooperação técnica com a UFMG, a Universidade
1775 Federal de Minas Gerais, que tem o laboratório de TI e também o pessoal de em
1776 geral ambiental, esse casamento é essencial para o funcionamento do portal,
1777 vocês vão ver. Brevemente. Vamos lá. Os nossos objetivos. Integrar e
1778 disponibilizar os dados e informações sobre licenciamento ambiental que estão
1779 disponíveis nos três níveis de governo; propiciar transparência, democratização
1780 das informações e contribuir com isso para o fortalecimento do Sisnama e a
1781 consolidação do Sinima, o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Os resultados que
1782 esperamos agora já com esse esforço foi as informações sobre legislações,
1783 critérios, procedimentos de licenciamento ambiental nos níveis federal, estadual e
1784 municipal disponibilizado em uma plataforma única. É importante dizer que esse
1785 trabalho de pesquisa, dois anos de cooperação, nós fizemos um exaustivo
1786 levantamento, os dirigentes que estão aqui dos órgãos ambientais estaduais
1787 sabem disso, os questionários que nós tivemos, as entrevistas, as visitas, fizemos
1788 um exaustivo levantamento das informações dos fluxos do licenciamento, um
1789 material que auxiliará muito o enfrentamento ano que vem da revisão de Conama,
1790 de, enfim, discussões sobre o licenciamento. Nós podemos acompanhar em
1791 tempo real os processos de licenciamento no âmbito do Governo Federal, dos
1792 estados e, nesse momento, ainda não dos municípios. Nós queremos ter a
1793 visualização espacial dos empreendimentos georreferenciados, toda informação
1794 que há nos bancos dos estados, do Ibama também e do Distrito Federal, se há
1795 georeferenciamento o portal vai permitir a visualização desses empreendimentos,
1796 eu vou demonstrar isso aqui. Nós podemos notá-los relacionando-se com terras
1797 indígenas, com Unidades de Conservação, com áreas prioritárias para
1798 conservação. Então, são recursos muito interessantes para aprofundamento do
1799 conhecimento do licenciamento no País. Esta é a aparência do portal. Estamos

77

39

78

1800 acessando nesse momento o ambiente de homologação, ele estará no ar dentro
1801 de poucos dias, agora no mês de dezembro, está em fase de revisão final mesmo,
1802 de ligação de todos os estados. Então, ele tem diversas seções, que não vou
1803 poder demonstrar aqui por conta do tempo, mas nós temos informações sobre o
1804 licenciamento ambiental, sobre procedimentos, estudos ambientais, mas eu vou
1805 demonstrar aqui apenas duas funcionalidades deles que eu acho que vale a pena
1806 como exemplo, mês que vem, daqui uns quinze dias vocês vão poder acessar e
1807 conhecer com detalhes o portal. Eu vou entrar, então, já entramos na aba de
1808 licenciamento ambiental, de pesquisa. Eu faço pesquisa sobre licenciamento
1809 ambiental com diversos filtros. Imagine você que uma pessoa que tivesse que
1810 fazer uma pesquisa sobre o que tem de licenciamento eólico no Brasil, ele teria
1811 que entrar órgão por órgão, procurar esse licenciamento, aqui você pode fazer um
1812 filtro por busca de energia eólica e todos os licenciamentos do Brasil relativos a
1813 eólica estarão disponíveis para vocês. Então, você, em uma única plataforma,
1814 consegue economizar um bom trabalho. Então, os diversos filtros possíveis são
1815 filtros por tipologia, que vou explicar depois, filtros pelo empreendedor, quer dizer,
1816 os dados do empreendimento, número da licença, você pode buscar essas
1817 licenças a partir dos dados da própria licença de CNPJ, você pode buscar por data
1818 do licenciamento, quer dizer, os períodos de protocolo, ou de emissão, de validade
1819 e você pode ter nos filtros avançados, assim, combinação de que órgãos você
1820 quer pesquisar, por exemplo, eu quero fazer uma pesquisa sobre eólica, eólica eu
1821 já falei, sobre geração hidrelétrica. Aí eu boto a tipologia de geração de energia
1822 hidrelétrica, seleciono os estados que eu quero ver, eu quero ver o que está
1823 acontecendo no Centro-Oeste, posso selecionar ali Centro-Oeste, ou quero ver o que
1824 está acontecendo em outros estados, quer dizer, eu vou selecionando Estado por
1825 Estado, cruzando esses filtros me possibilita uma enormidade de possibilidades de
1826 filtro para buscar processos de licenciamento. Imagine a facilitação que nós
1827 estamos tendo aí das pesquisas de licenciamento. Eu também posso buscar e eu
1828 quero demonstrar isso, esse aqui é o coração do portal. Qual foi o grande trabalho
1829 que está por baixo desse, a ponta do iceberg que os senhores estão vendo aqui
1830 têm por baixo um grande trabalho? É a questão das tipologias. Nós podemos, o
1831 usuário pode pesquisar, perguntar ao portal por licenciamentos a partir da
1832 classificação nacional de atividades econômicas, ele pode também perguntar a
1833 partir do Cadastro Técnico Federal, como é que está classificado no Cadastro
1834 Técnico Federal as atividades licenciáveis. Você também pode perguntar a partir
1835 da classificação de qualquer um dos estados. Eu quero saber, eu estou
1836 acostumado com a classificação do Acre e eu quero saber, então, eu pergunto por
1837 aquilo que está na tipologia do Acre? Porque no nosso sistema federativo foi
1838 permitido que todas as unidades, cada um organizasse o seu licenciamento de
1839 acordo com sua realidade, de acordo com suas determinações administrativas.
1840 Então, nós temos uma diversidade enorme no Brasil de forma de organizar o
1841 licenciamento ambiental. Há estados em que o mineroduto está dentro de uma
1842 estrutura e em outros está com um subnível de energia, ou de mineração. Energia
1843 não, mineração. Então, nós temos diversos casos de diversas árvores, você pode
1844 escolher por onde você quer perguntar e todas eles se relacionam com uma
1845 classificação que nós botamos no PNLA, essa classificação que estão vendo das

1846 tipológicos. Nós temos ali atividades agro civis pastoris com os seus subníveis, a
1847 energia com os seus subníveis e todas essas que os senhores poderão visitar a
1848 partir do mês que vem. Vou dar um exemplo porque têm transparência para o
1849 pesquisador de como essas tipologias estão correlacionadas, é essa correlação
1850 que permite a pesquisa lógica, você fazer... Vou ser muito breve Secretário. Nós
1851 temos aqui.

1852
1853

1854 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
1855 Toda vez que aí ano fala muito breve fico apavorada. Seja breve.

1856
1857

1858 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK –** É brevíssimo. Eu preciso mostrar essa
1859 correlação, que essa é o coração da máquina, do sistema, os senhores estão
1860 vendo ali, por exemplo, escolhemos a tipologia efluentes e estamos vendo como
1861 ela está classificada na CNAI, no cadastro técnico, no Acre, em cada um dos
1862 estados, no Distrito Federal e no Ibama. Significa o que? Que elas estão todas
1863 correlacionadas pela classificação do PNLA. Isso já está tendo frutos adicionais,
1864 por exemplo, na compatibilização que o Cadastro Técnico Federal precisa fazer
1865 com a tipologia dos estados para o boleto único da taxa de fiscalização de controle
1866 e fiscalização ambiental. Vamos fazer um exemplo, então, de pesquisa. Quando
1867 eu entro no portal.

1868
1869

1870 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
1871 As pessoas querem almoçar e ainda tem outra.

1872
1873

1874 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK –** Tudo bem. Eu vou passar.

1875
1876

1877 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
1878 Não, é que você está pautado para o final da reunião para falar sobre isso, tem um
1879 informe na pauta do Conama. Então, você poderia usar esse informe para detalhar
1880 a quem tiver o interesse.

1881
1882

1883 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK –** Eu preferia... Eu estou...

1884
1885

1886 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
1887 Eu sei que você está incomodado, mas é porque nós ainda vamos. Eu adoro
1888 matá-lo de vergonha.

1889
1890

1891 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK –** Eu posso retomar então essa
1892 apresentação se for preferível.

1893

1894

1895 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**

1896 Não, é porque está na pauta. Nós teremos no informe final aqui, tem você e tem o

1897 Klink. Tem uma parte aqui de clima e Vossa Excelência sobre o lançamento. Isso

1898 aqui era um fleche e você, depois, se alguém tiver interesse em saber mais, você

1899 está à disposição. Pode ser?

1900

1901

1902 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK –** Pode ser Ministra. Ok. Nós estávamos

1903 terminando, mas terminamos depois, então. Eu demonstrei, então, nesta

1904 oportunidade como funciona a ligação *on-line* com os estados e como se

1905 visualizam as licenças e como se visualiza os empreendimentos pelo

1906 georreferenciamento. Obrigado. (Palmas!)

1907

1908

1909 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**

1910 Regina, quem é que vai fazer o trailer agora. É ele. Não, eu acho interessante as

1911 pessoas virem o que é. Eu fiquei encantada com essa ferramenta, além do Portal.

1912 Não fique tímida. Não, é porque é enorme, mas eu acho que essa outra

1913 ferramenta vai matar muita... é porque eu entrei no Ministério fazendo uma

1914 pergunta que essa ferramenta finalmente vai me responder, quanto eu gasto em

1915 meio ambiente via Ministério do Meio Ambiente com estados, com municípios e

1916 essa ferramenta vai me dar esse número. A segunda pergunta não me deram

1917 ainda. Quanto é que gasta em meio ambiente na Amazônia *lato sensu*? Mas essa

1918 fica para o futuro.

1919

1920

1921 **A SR^a. REGINA ELENA CRESPO GUALDA (MMA) –** Então, Ministra. Eu acho

1922 que poderia fazer a mesma coisa. Apresenta rapidamente e depois volta se

1923 houver interesse. Maurício, por favor!

1924

1925

1926 **O SR. MAURÍCIO DÁRIO –** Boa tarde. Bom, a apresentação aí do sistema de

1927 informação estratégico para o Sisnama, tem essa parte dessa primeira tela, onde

1928 é solicitada a senha de usuários cadastrados para entrarem com essas

1929 informações. Nós vamos pular essa parte, vamos deixar um pouco para a tarde,

1930 aonde vai estar disponível as informações, aí é ali no clique para visitantes e pode

1931 clicar Pablo. Aí nós temos os relatórios que já estão disponíveis, porque esse

1932 sistema ainda está em desenvolvimento, com a previsão de lançamento para o

1933 próximo mês. Ele está nesses finalmentes, e já tem disponível esses relatórios.

1934 Em primeiro, por exemplo, agendas prioritárias, você tem uma visão das agendas

1935 que foi uma categorização das ações que estão sendo desenvolvidas pelo

1936 Ministério, aonde foram usadas essas tipologias de agenda. Aí você já tem a

1937 quantidade de ações já categorizada por agenda, os recursos implementados

1938 nisso aí e os instrumentos previstos e realizados, que foi um método de mensurar

1939 os instrumentos que estão sendo executados pela agenda. A mesma coisa, a

1940 segunda opção no menu, que é a parte pelas unidades do MMA. Então, nós temos

1941 a visão de como está sendo dividido o dinheiro na própria unidade e como está
1942 sendo usado. E também a questão dos estados que é o nome inicial do sistema
1943 que seria a matriz federativa para termos justamente ter essa visão
1944 federativa dos gastos do Estado. Então, nós também temos uma quantidade de
1945 ações, a quantidade de recursos e os instrumentos realizados. Essa visão é
1946 compartilhada de outras maneiras, você pode criar um relatório analítico, você
1947 pode gerar esse relatório a partir de demandas de campos que você deseja
1948 naquele momento. No quarto exemplo você tem a visão dividida, ali Pablo, no
1949 quarto, em cima da, depois dados, analítico, próximo, isso, aí também você tem
1950 uma visão de informes de planilha, também caracterizado por agenda na divisão
1951 por estados, com os recursos e aquele último dos recursos, que foi também por
1952 unidades e na parte de recursos, que aí sim, aí tem toda a soma da parte de dólar
1953 e euro também e inclusive já traz a cotação aí para fazer essa conversão já
1954 durante o relatório, a emissão dos relatórios. Todos esses relatórios vão estar
1955 disponíveis para acesso externo e onde é feita a atualização dessas informações.
1956 Então, vão estar cadastrados os usuários que já têm esses privilégios. Essa foi a
1957 primeira visão, qualquer detalhe a mais podemos esclarecer na parte da tarde.
1958 Muito obrigado.
1959
1960

1961 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
1962 Obrigada. Regina, algum comentário? Parabéns.
1963
1964

1965 **A SR^a. REGINA ELENA CRESPO GUALDA (MMA) –** O comentário que eu
1966 gostaria de fazer, Ministra, é que esse sistema foi desenvolvido pelo departamento
1967 do Sisnama. Então, agora essa versão web está sendo feita, finalizada para
1968 dezembro. A intenção é exatamente colaborar com o Ministério, colocar uma
1969 ferramenta à disposição do Ministério para acompanhar todas as ações do
1970 Ministério pelas agendas estratégicas e essas foram as agendas eleitas pelo
1971 planejamento estratégico e outras, mas não tem somente as ações do
1972 planejamento estratégico, tem todas as ações do Ministério, com recursos, com os
1973 responsáveis, inclusive com as instituições que estão contratadas, com
1974 indicadores para poder acompanhar. Essa informação está disponibilizada pelo
1975 Ministério e eu gostaria de dizer que se quiserem ver mais tarde, na parte da
1976 tarde, pode ser apresentado direito. Foi feito, esse sistema foi implantado por uma
1977 portaria da Ministra, foram identificados técnicos de todas as unidades das
1978 secretarias e vinculadas do Ministério, com seus CPFs, foram cadastrados e
1979 treinados para o preenchimento das informações e essas informações foram
1980 primeiro disponibilizadas pela intranet para a capacitação de todos e para que eles
1981 alimentassem as informações e nessa versão web. Nós estamos, então, agora,
1982 vamos trabalhar com os técnicos, eles alimentam mensalmente, têm um prazo de
1983 alimentar e atualizar essas informações todo mês até o dia 30 e nós não vamos
1984 disponibilizar enquanto não fizermos a consistência das informações nessa versão
1985 web, porque no processo tem dois meses esse sistema que está sendo
1986 alimentado e como as informações são alimentadas pelos funcionários, é preciso
1987 que nós vejamos a consistência porque pode ter algum erro no entendimento, tem

1988 o módulo de alimentação, que nós possamos mostrar à tarde. E por último, eu
1989 queria dizer que é um sistema feito em software livre e depois de conhecer pode
1990 ser disponibilizado para os órgãos ambientais que se interessarem. Obrigada.
1991 *(Palmas!)*

1992
1993

1994 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**

1995 Obrigada, Regina. Parabéns. São coisas simples que são absolutamente
1996 importantes para o dia a dia do trabalho do Ministério e do Sisnama. Bom. É isso.
1997 O último comentário meu é que sobre, que o Deusdará acabou de me informar, a
1998 última conquista do SICAR, é uma experiência tecnológica tão inovadora e
1999 reconhecida não só por nós, que o Google procurou o Ministério ontem à noite e
2000 fechou um acordo de processamento das informações do SICAR de maneira
2001 gratuita para armazenamento nas nuvens, com exatamente um teste para o
2002 lançamento do CAR, eles vieram nos procurar, segundo já deu a notícia,
2003 exatamente por conta de todos os requisitos do sistema dialogam com o que há
2004 de mais moderno no mundo e fazem questão de terem a marca Google associada
2005 gratuitamente à marca SICAR. Então, com isso, eu acho que temos sigilo de
2006 dados, tem tudo, vamos testar isso durante três meses. Vamos saber como é que
2007 é isso. Mas uma outra maneira de fazer backup e trabalhar as informações com
2008 um sistema, com uma empresa que é reconhecida mundialmente em termos de
2009 tecnologia de informação e geoprocessamento. Então, parabéns à turma do
2010 SICAR, que está ralando a garotada e os velhos. E é isso. Eu quero agradecer. Eu
2011 não sei se tem alguma questão. Está todo mundo querendo almoçar para depois
2012 vir para a história da reunião do Conama. Isso realmente é um apanhado ainda
2013 muito geral, mas as principais linhas estão colocadas aí e no relatório que será
2014 tornado disponível em dezembro virão todos os detalhes e todos os números e
2015 tudo isso para que o Conama possa, ano que vem, fazer uso desde e cobrar
2016 novas políticas, fazer desdobramentos, enfim, o papel desse Conselho de
2017 avaliação de políticas ambientais e de orientar também novas resoluções a serem
2018 adotadas pelo Conselho. Mas o trabalho do Ministério, eu acho que quando nós
2019 falamos, Chico e eu, que aumentamos, ampliou-se a envergadura política do
2020 Ministério, nós fomos buscar temas e consistência nesses temas que não estavam
2021 de maneira estruturada no MMA e hoje estão. Espero que possa se desdobrar em
2022 outras agendas e amplie cada vez mais e acho que tem um novo caminho de
2023 política ambiental no Brasil. Hélio, muito obrigado por você ter trazido esse esforço
2024 da Abema, eu vi que você tem preocupação com clima, com resíduos sólidos, com
2025 licenciamentos, isso está muito posto e eu sugeriria que em outra oportunidade
2026 vocês pudessem fazer um diálogo com os órgãos vinculados, com o Ibama, com o
2027 ICMBio e em torno de pautas específicas. A minha sugestão é que o Conama
2028 possa discutir Unidade de Conservação e SNUC, por exemplo. Pega todo mundo
2029 que tem interesse nisso e discute para saber o estado da arte, o que está
2030 funcionando, o que não está funcionando, o que precisa se aperfeiçoar para
2031 arredondar as coisas e facilitar inclusive a interlocução com a área jurídica. Eu
2032 estou olhando aqui o Dr. Mauro, que sofre tremendamente que tem que resolver
2033 tudo da noite para o dia, meu consultor jurídico, super dedicado. É isso. Tem mais
2034 alguma coisa Chico que você queira falar? Regina. Então... Eu sei. Klink. Vicente,

87

44

2035 quer falar alguma coisa? Não? Vai chover Vicente? Vai chover sim, não na média
2036 que se quer. Ney, quer falar alguma coisa? Samira, eu não aprofundi Jardim
2037 Botânico porque já tem o relatório de gestão e vai ser tornado disponível, mas,
2038 enfim, tem coisas sensacionais. Nós vamos inaugurar as duas primeiras estufas
2039 na área que foi removido o clube do caxinguelê, que era uma área de invasão,
2040 tudo pronto para ser inaugurada a nova área de coleções e duas estufas foram
2041 doadas por uma família amiga do Jardim Botânico. Paulo alguma referência? É
2042 isso? Todas as entregas e etc.? Então, eu vou abrir a palavra se alguém quiser
2043 fazer o uso da palavra e, senão, eu vou propor depois disso o encerramento dessa
2044 primeira fase pela manhã, retomando... Que horas são? Vinte para uma. Voltando
2045 o quê? Catorze e trinta. Fica bem? Eu vou dar a palavra agora e o Dr. Francisco
2046 Gaetani conduzirá a reunião a partir das 14h30. Pode ser? Desculpe. Eu estou
2047 aqui com o negócio aberto e não te vejo. Miguel, faça uso da palavra, por
2048 gentileza.

2049
2050

2051 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Boa tarde. Miguel Scarcello,
2052 representando as entidades ambientalistas da Região Norte. Eu quero parabenizar
2053 a Ministra pelas informações e pelo conteúdo apresentado, pelo vasto trabalho do
2054 Ministério nesses anos todos. Eu acho muito importante. Eu acho que a senhora
2055 deu uma estruturação na casa, lembrando que isso tudo é um processo de toda
2056 uma política de governo que já vem desde o presidente Lula e eu acho que a
2057 Senhora consolidou uma série de procedimentos e de visões políticas importantes
2058 para o País e para a minha região nós ainda nos ressentimos de que haja mais
2059 esforço para que possamos de fato chegar ao desmatamento zero. Eu acho que
2060 esse é seu interesse também. Então, nós reiteramos isso e coloca que aqui para o
2061 nosso Conselho eu insisto, hoje a minha última participação, acabei meu mandato.
2062 Então, não quero deixar passar para traz e é o primeiro momento que eu tenho
2063 com a Senhora aqui, nesse ano todo. Então, eu quero reiterar que eu tenho
2064 insistido muito para que o nosso plenário coloque em pauta o que a Senhora
2065 acabou de dizer, que o Conama faça a avaliação da política. A senhora
2066 apresentou aqui uma série de instrumentos que vai facilitar as nossas iniciativas,
2067 mas eu acho que formalmente o Conselho deva ter um espaço para que faça isso.
2068 Eu acho que o SIPAM demonstrou que não está ainda estruturado ou ainda em
2069 condições de efetivar essa avaliação das políticas. Eu creio que nós possamos
2070 pensar em ter uma coisa permanente, um setor, não sei se é uma Câmara
2071 Técnica, porque isso não está explícito na resolução, mas que haja um grupo de
2072 trabalhou, alguma coisa parecida, que trabalhe concentrado em acompanhar as
2073 políticas. Nós consigamos definir quais que nós vamos efetivamente acompanhar
2074 e avaliar, criar os métodos e trabalhar em cima disso para que haja uma
2075 continuidade de mandatos e mandatos em sequência. Acho que isso ajuda muito
2076 o Ministério no sentido de fato corrigir possíveis alguns erros ou superar algumas
2077 dificuldades e que nós possamos ter isso como instrumento de pressão para que
2078 haja um orçamento melhor e maior para que nós venhamos a efetivar uma série
2079 de iniciativas. E quero concluir dizendo, que eu vou dizer depois na tribuna livre,
2080 que eu espero que o ICMBio consiga de fato investir mais recursos na
2081 implementação das unidades. Eu acho que todas as iniciativas realizadas são

2082 muito positivas para que no futuro possamos efetivar as unidades no seu
2083 funcionamento, mas nós que vivenciamos uma realidade na ponta, nós
2084 encontramos famílias querendo saber em unidade de proteção integral o que
2085 podem fazer já que não tem um termo de compromisso assinado e que é, claro,
2086 são situações que, a senhora sabe, tem no País inteiro, mas eu acho que nós para
2087 de fato ter um realidade cada vez mais sustentável nós temos que persistir nisso e
2088 a minha cobrança é permanente nesse sentido. Era isso aí. (*Palmas!*)
2089
2090

2091 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**

2092 Obrigada Miguel. Eu quero agradecer os seus comentários e dizer a você que eles
2093 estão muito na direção do que nós pensamos enquanto Ministério do Meio
2094 Ambiente. O Gaetani e eu quando fizemos a proposta de apresentar aqui pela
2095 primeira vez no Conama os resultados das políticas ambientais, não com o intuito
2096 de dizer o que está certo ou o que está errado e etc., mas uma visão estratégica
2097 de gestão e o que nós perseguimos. A questão de Unidade de Conservação eu
2098 tenho uma posição até mais crítica. Há que se rever o modelo institucional de
2099 gestão de áreas protegidas no Brasil, ele se revela absolutamente insuficiente, por
2100 exemplo, para dar respostas em relação a conflitos ou situações, às vezes, de
2101 populações extrativistas que existem na região há 40, 50 anos e que tem que
2102 cruzar uma estação ecológica para fazer a entrega do seu produto porque a
2103 reserva extrativista está acima da estação ecológica e não podem passar, tem que
2104 desviar, fazer um caminho de 30 a 40 quilômetros de distância porque pela regra
2105 do gestor e da lei em uma estação ecológica não entra ninguém. São coisas
2106 absolutamente... Isso é mundo real de gestão de áreas protegidas no Brasil.
2107 Como também é mundo real as populações que existem em áreas de proteção
2108 integral. Nós enfrentamos recentemente um problema em uma área no Sul do
2109 País, que o próprio Ministério Público queria consolidar dentro da proteção integral
2110 e a nossa solução foi comprar terras, nós fomos comprando terras e fazendas ao
2111 lado da unidade para realocar. Uma negociação extremamente complexa. Então,
2112 quando falamos que optamos por fazer o plano de manejo é porque também se
2113 não tiver isso não desata o nó pela legislação, tudo é passível de interpretação e
2114 travamento, como você sabe muito bem, melhor do que eu até. A opção de
2115 construir os meios, funcionários, dinheiros, talvez nós tenhamos que ver antes de
2116 discutir o orçamento a capacidade do próprio Instituto Chico Mendes e executar os
2117 dinheiros que são tornados disponíveis para ele. A estrutura do Instituto Chico
2118 Mendes, na minha opinião pessoal, foi mal concebida para várias finalidades dos
2119 institutos. Ele não foi concebido com a finalidade de gestão de execução de
2120 entregas e isso é uma dificuldade sim de gestão. Quando você começa a dotar de
2121 eficiências alguns dos procedimentos isso fica mais evidente, você tira a zona de
2122 sombra, como fizemos com o licenciamento, você dá regras, disciplina que porto é
2123 de um jeito e que petróleo é de outro, que rodovia é de um jeito, você consegue
2124 entender que o problema não está no Ibama, às vezes, está na Funai, às vezes,
2125 está no órgão ambiental e você começa a clarear onde é que você tem que atacar
2126 o problema. Eu acho que Unidade de Conservação merece um belo debate
2127 nacional, um belo debate porque nós temos talvez o maior sistema de áreas
2128 protegidas do mundo e isso tem que se traduzir em benefício para a sociedade,

2129 tem que se traduzir e isso tem que ser tangível pela sociedade, só protege quem
2130 conhece, só cuida quem conhece, quem entende isso. Hoje, todas as pesquisas
2131 mostram o interesse da sociedade brasileira em ter área protegida. Os prefeitos
2132 em área urbana estão discutindo hoje a criação de parques urbanos, porque isso
2133 dialoga com a qualidade de vida, com o estilo de vida. Você não tem linhas no
2134 SNUC para financiar isso, por exemplo. É tão engraçado, você não consegue
2135 juntar com a realidade. Então, o propósito é que o Conama possa debater se vai
2136 ser uma Câmara Técnica ou grupo de trabalho, isso sugeriria que os Conselheiros
2137 discutissem isso, nós, do Ministério do Meio Ambiente, temos essa intenção sim. E
2138 discutir projetos, não é acusar se está certo ou errado, não é isso. Por exemplo,
2139 nós financiamos pelo Fundo Amazônia “n” iniciativas. O que de fato dessas
2140 iniciativas vão responder pelo fim do desmatamento na Amazônia? O que de fato
2141 vão responder secundariamente, mas tem uma função social importante de
2142 resposta de estruturação? O que de fato vai influenciar, por exemplo, a mudança
2143 de uma leitura de desenvolvimento da Amazônia? Que é necessário que faça.
2144 Então, discutir políticas públicas requer um conhecimento e uma postura que não
2145 é só reativa, não é só ideológica, ela é construtiva de um país mais justo, um País
2146 quer queira desenvolver e entendendo as assimetrias regionais e políticas que nós
2147 temos no nosso país. A construção do Ministério do Meio Ambiente nesses anos
2148 buscou capturar isso e nós tivemos em alguns momentos que optar por situações
2149 muito triviais, de feijão com arroz, para poder resolver e tirar o bode da sala, como
2150 chamamos. O Ministério tem mais de 400 colegiados, você pode imaginar o que
2151 significa isso, de participação, de envolvimento, de demandas, com graus
2152 absolutamente distintos de demanda perante a essa máquina que está
2153 estabelecida e com interlocução dentro do Ministério, porque eu tenho
2154 representantes de todos eles. E talvez o maior desafio esteja nesses quatro
2155 sistemas que representam a área ambiental, o Sistema Nacional do Meio
2156 Ambiente lato sensu, uma parte de poluição, voltando à discussão de poluição
2157 neste País, voltando, a qualidade do ar, a qualidade de água, degradação do solo,
2158 isso está voltando e será o tema dominante por não falar de cidades, não tem
2159 como não falar de cidades. A área florestal e uma área florestal com identidade
2160 própria, uma área de biodiversidade, que eu acho que terá e continua sendo *mean*
2161 *streing* da constituinte do Ministério do Meio Ambiente, do Sistema Nacional do
2162 Meio Ambiente e o próprio diálogo com a questão de recursos hídricos, que os
2163 sistemas não falam entre si. A lógica do Sistema Nacional de Recursos Hídricos é
2164 comitê, não é federativo, é união, estado e dominialidade, um estado com uma
2165 série de conflitos, problemas que deverão ser enfrentados, com comitês de bacias,
2166 com agências reguladoras, o nosso é o federalismo cooperativo, numa
2167 verticalização do Estado, União, Estado e municípios com a LC 140, reforçando
2168 inclusive coisas que são do século passado, colocar um com o outro, com tomada
2169 de decisão, não tem nada, não tem caminho prescrito para isso. Então, tem que
2170 se construir. Quando você tira, você dota de eficiências, você começa a enxercar
2171 os caminhos estratégicos. Então, eu acho que essa sugestão de fazer um debate
2172 aqui ou de ter um espaço político para o debate de avaliação de novos rumos e
2173 etc., compreendendo a realidade nacional é o intuito que nós propusemos aqui
2174 quando resolvemos fazer isso. Eu me lembro você comentando que era a primeira

2175 vez que íamos fazer isso no Conama, aliás, você falando que era o papel do
2176 Conama, que finalmente você estava vendo um dos papéis sendo colocado em
2177 prática, eu me lembro da sua fala aqui onde você está sentado. Então, assim, é
2178 por aí. Acho que os Conselheiros, também o instituto de entregar é que o
2179 Conama, a diretoria do Conama tem uma pauta já para o ano que vem, além do
2180 calendário, além do que são as resoluções, tem uma pauta política que o próprio
2181 Presidente do Conama terá que conduzir e mudar a escala e a importância política
2182 desse Conselho, fora o que nós teremos que dialogar com o Congresso Nacional,
2183 com a sociedade legalmente, democraticamente representada por intermédio dos
2184 seus deputados e senadores. Então, isso vem de um jeito bastante robusto.
2185 Agora, a intenção aqui, para finalizar, é mostrar que nós não estamos falando
2186 mais de agendas separadas, estamos falando de um todo e olhando o
2187 desenvolvimento sustentável na veia, é essa a discussão que interessa a todos,
2188 todo mundo quer emprego, todo mundo quer a erradicação da pobreza, todo
2189 mundo quer qualidade de vida, todo mundo quer proteção, todo mundo quer
2190 geração de concessões, turismo e etc.. Sabe, essa complexidade de colocar um
2191 dinheiro no Ministério do Turismo, dentro do Ministério do Meio Ambiente, os dois
2192 ministros querendo e o Chico Mendes gastar os 170 milhões de infraestrutura em
2193 parques nacionais, 16 parques nacionais, não é trivial, que os requisitos da
2194 legislação brasileira não estão voltados para isso. É a mesma coisa da logística
2195 reversa, quer fazer logística reversa, eu tenho um problema de desoneração
2196 tributária de ICMS entre os estados. Ninguém discutiu isso na lei. O cara que vai
2197 reciclar transfere de um estado para o outro, tem que pagar dupla tributação.
2198 Algum governador fez isso, discutiu isso no Congresso? Algum Governo
2199 Estadual? Não. Fica aí para nós resolvermos. Essas coisas, quando elas são
2200 colocadas claramente, nós construímos juntos as soluções. Por isso que mudou o
2201 jeito de cuidar de meio ambiente e 30 anos depois de vida profissional eu
2202 particularmente fico abismada como é a diferença do que era há 30 anos atrás.
2203 Então, assim, tem um caminho novo e você está certo em propor que o Conama
2204 esteja alinhado aliado nesse caminho novo de discussão política sobre meio
2205 ambiente no Brasil. Proponham. Eu acho que nós temos... isso vem na direção do
2206 que nós entendemos hoje no Ministério como a necessidade de fortalecimento do
2207 diálogo com a sociedade e os conselhos instituídos. Está bom? Mais alguém?

2208
2209

2210 **O SR. JOÃO RICARDO CAETANO (Anamma) –** Ministra. Posso?

2211
2212

2213 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
2214 Ah, desculpa. Por favor.

2215
2216

2217 **O SR. JOÃO RICARDO CAETANO (Anamma) –** Bastante rápido para não cansar
2218 os conselheiros.

2219
2220

2221 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
2222 Só não é tribuna livre, tribuna livre vai acontecer depois.

2223
2224

2225 **O SR. JOÃO RICARDO CAETANO (Anamma) –** Não, não, não. Perfeito. É
2226 porque é pertinente com esse importante balanço que o Ministério proporcionou a
2227 nós hoje, com a densidade política de quase todos os secretários nacionais,
2228 prestando satisfações ao Conselho de Meio Ambiente das políticas executadas
2229 nos últimos quatro anos. Eu sou Secretário-Geral da Anamma, sou o Secretário de
2230 Gestão Ambiental em São Bernardo do Campo e a Anamma preparou um
2231 documento para apresentar para o Conselho para a reflexão do Conselho para os
2232 próximos quatro anos na mesma linha que o companheiro aqui apresentou. Como
2233 é que o Conama, na nossa opinião deveria se debruçar sobre algumas agendas,
2234 sobre algumas tarefas que não foram tratadas especificamente aqui no balanço do
2235 Ministério. Eu vou ler. É um documento bastante rápido. Este documento vai ser
2236 protocolado na sequência. Ao fim de mais um período de gestão e início de um
2237 novo mandato do Governo Federal e dos governos estaduais, a Anamma,
2238 entidade representativa dos órgãos ambientais municipais, com larga tradição no
2239 esforço de implantação e fortalecimento do Sisnama traz ao Conama suas
2240 ponderações e sugestões para o novo Governo e para o novo Conselho que se
2241 instalará. Nos últimos anos observamos notáveis avanços na gestão ambiental
2242 brasileira, como pudemos observar na reunião de hoje. Temos hoje instrumentos
2243 de gestão de grande importância consolidados na Política Nacional de Meio
2244 Ambiente, na Política Nacional de Resíduos Sólidos, de Recursos Hídricos, de
2245 Mudanças Climáticas, de Biodiversidade e Educação Ambiental, na implantação
2246 da Lei 12.651 do Código Florestal, e na implantação da Lei Complementar 140,
2247 são marcos importantes que passaram a nortear a ação dos entes federados e
2248 das sociedade civil em suas políticas ambientais e nos quais o Conama teve um
2249 papel muito importante na discussão, e na elaboração, e no aprimoramento
2250 dessas propostas. Esse quadro institucional, cada vez mais maduro e
2251 consolidado, e é importante ressaltar a fala da Ministra que nós temos avançado
2252 na política ambiental brasileira, há muito o que fazer, mas nós já temos um marco,
2253 uma estrutura ambiental consolidada e madura, indica uma crescente
2254 responsabilidade dos municípios brasileiros para a concepção dos objetivos de
2255 várias políticas e da agenda ambiental. Os municípios passam a ter papel
2256 importante no tocante à erradicação dos lixões, no enfrentamento de eventos
2257 climáticos extremos, no controle da poluição, no licenciamento ambiental, na
2258 segurança do abastecimento de água, na proteção dos ecossistemas e em vários
2259 outros serviços ambientais, complementando, como preconiza o Sisnama, a ação
2260 federal e a ação estadual. Além das atribuições designadas pelas políticas em
2261 andamento, entendemos que os clamores da sociedade brasileira pela melhoria
2262 da qualidade de vida que presenciamos em 2004 reservam aos municípios uma
2263 parcela importante de responsabilidade. Essa responsabilidade certamente reflete-
2264 se também em políticas ambientais municipais, entretanto, apesar dos avanços e
2265 do amadurecimento que já apontamos, permanece dentro do Sisnama o
2266 desequilíbrio federativo decorrente da fragilidade histórica da ação municipal na
2267 gestão ambiental brasileira. Mesmo com importantes iniciativas de vários

97

49

2268 municípios que estruturaram de forma consistentes os sistemas municipais do
2269 meio ambiente e em que pese ações de vários estados que desenvolveram
2270 programas de fomento a ação ambiental dos municípios em seus territórios, ainda
2271 se observa uma baixa capacidade institucional em âmbito municipal para implantar
2272 política ambientais. No entender da Anamma, esse cenário fragiliza a atuação do
2273 Sistema Nacional do Meio Ambiente. Dessa forma, a Anamma conclama o
2274 Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Ministério a dedicarem maior e especial
2275 atenção a uma agenda ambiental federativa. Entendemos ser urgente uma
2276 agenda ambiental federativa que estabeleça ou reestabeleça instâncias de
2277 articulação permanente entre os três entes federativos, que produza programas,
2278 instrumentos e ferramentas de gestão voltadas ao fortalecimento dos municípios,
2279 que organize e dê suporte à capacitação dos quadros técnicos municipais
2280 aumentando o enraizamento do Sistema Nacional de Meio Ambiente, que apoie o
2281 desenvolvimento de soluções tecnológicas institucionais para a estruturação da
2282 área ambiental nos municípios e nos estados onde essa estruturação encontra
2283 hoje maior dificuldade, que viabilize o desenvolvimento de sistemas
2284 compartilhados de dados e informações ambientais, como nós começamos a
2285 conhecer hoje, e que viabilize o acesso e a otimização do uso de recursos para a
2286 execução das políticas e das agendas prioritárias na sua repercussão no território
2287 dos municípios. Essa agenda por iniciativa da Anamma já faz parte das pautas de
2288 importantes entidades municipalistas, como a Associação Brasileira dos
2289 Municípios, a Confederação Nacional dos Municípios e a Frente Nacional dos
2290 Prefeitos. A Frente Nacional dos Prefeitos inclusive prepara para abril de 2015 o
2291 3º Encontro dos Municípios pelo Desenvolvimento Sustentável, onde essa agenda
2292 aqui apresentada pela Anamma permeará a discussão dos prefeitos e certamente
2293 o Ministério estará conosco para construir essa agenda que nós estamos
2294 propondo. É importante que essa agenda esteja presente também na atuação do
2295 Conselho Nacional de Meio Ambiente e do Ministério, para isso, a Anamma traz a
2296 sua disposição e grande expectativa para auxiliar na construção dessa agenda
2297 ambiental federativa. Acreditamos firmemente que a articulação entre os entes
2298 federados será condição importante para garantir que os órgãos de Estado
2299 possam atender as crescentes demandas da sociedade por qualidade de vida.
2300 Muito obrigado. (*Palmas!*).

2301
2302

2303 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
2304 Encerrar, gente. Que está todo mundo com a cada de fome. Assim, *tré fatigue e*
2305 *desolet* Está bem? Uma hora da tarde. Eu quero agradecer primeiro a paciência
2306 dos senhores porque eu tive que fazer uma exposição bastante longa embora
2307 sintética, é inacreditável, eu estou imitando os baianos. Mas tudo estará disponível
2308 em dezembro e obviamente eu espero que o Conama, com as recomendações do
2309 Conama, paute a partir do ano que vem uma nova dinâmica, como o Conselheiro
2310 Miguel sugere, que eu acho importante que seja feita, é uma maneira de
2311 fortalecer, e sugeriria mais do que isso, uma integração em algumas agendas
2312 junto com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. É absolutamente importante
2313 de alguma forma os dois estejam juntos pelo menos em alguns temas. O Dr.
2314 Francisco Gaetani segue à tarde. Então, eu vou sugerir que todo mundo vá

99

50

2315 almoçar. Eu vou falar com a imprensa no meu gabinete e quero agradecer a
2316 todos. E não sei. Nós vamos ter Marília o seminário de extraordinário? Vai ter o
2317 seminário de poluição do ar em dezembro, é isso? Qualidade do ar. Perdão. É
2318 isso? Vai ter? Então, eu volto a falar com vocês em dezembro certamente, mas
2319 desejo a todos um feliz Natal antecipadamente e um super, super ano-novo, que
2320 eu vou entrar de férias, eu mereço. Muito obrigado a todos e até à tarde, até logo.

2321

2322

2323 *(Intervalo para o almoço)*

2324

2325

2326 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos dar
2327 início aos nossos trabalhos, depois da exposição da Ministra. Eu vou falar
2328 baixinho, quem quiser dormir, fica a vontade, mando diminuir a luz também.
2329 Primeiro os novos Conselheiros, vamos lá. Adriana, por favor, conduza a
2330 apresentação dos novos sócios do nosso clube. Cristiano Hauck.

2331

2332

2333 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Temos
2334 novo representante suplente do Ministério das Comunicações, Cristiano Hauck
2335 Chevitaese, está aqui?

2336

2337

2338 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – O nome é
2339 muito difícil.

2340

2341

2342 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – É. Está
2343 aqui? Encontra-se?

2344

2345

2346 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Não, não está.

2347

2348

2349 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Ricardo
2350 Melamed e Roque João Tumolo Neto do MCTI?

2351

2352

2353 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Você é o
2354 Ricardo? O Roque? Bem-vindo. Silvia Regina do MDS?

2355

2356

2357 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Não.

2358

2359

2360 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Anna Cláudia
2361 Pardini da Justiça? João Vitor da Justiça? Artur Rogério do Governo de Alagoas?
2362 Oberdan Mascarenhas, Amapá? Paulo Penha do GDF? Gente, o governo foi
2363 dormir, os governos. Ludmila? João Gabriel? Santa Catarina, está aqui o João

101

51

102

2364 Gabriel, estava na reunião ontem também. Stalin Beze Bucar de Tocantins? João
2365 Gentil da Anamma Nordeste? Fernando de Cássia Aguiar Anamma Nordeste?
2366 Felipe Oliveira, Setor Florestal? E Maria Ângela de Camargo, Setor Florestal?
2367 Bom, vamos em frente. Alguma objeção em relação à ata da 115ª Reunião?
2368 Então, considerada aprovada com a manifestação tácita de apoio de todos. Temos
2369 agora tribuna livre com alguns já inscritos.

2370
2371

2372 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Temos uma
2373 lista aqui, eu vou falar os nomes que já temos, depois nós inserimos novas
2374 inscrições que, porventura, sejam necessárias. Temos o Tadeu, ONG - Sócios da
2375 Natureza, Paulo Martini, SPBC. Ana Euler, Governo do Amapá. João Ricardo,
2376 Anamma, e o Marcus Polignano do Instituto Guaicuy. Mais alguém?

2377
2378

2379 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Tem mais uns
2380 três ou quatro ali, cinco. Tadeu é o primeiro. Pode ir se dirigindo já, você vai
2381 começar, você acabou de sentar, tinha que ter te alertado antes. Mas você pode
2382 voltar logo também, estou brincando.

2383
2384

2385 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Posso falar
2386 os nomes que peguei aqui?

2387
2388

2389 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pode.

2390
2391

2392 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Marco
2393 Pavarino, MDA. Bocuhy, Carlos Bocuhy da PROAM. Lisiane da Sodemap e
2394 Cláudia da CNM. Ok?

2395
2396

2397 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom, pessoal.
2398 Vamos procurar ser objetivos, porque o tempo ruge. Tadeu, bola com você.

2399
2400

2401 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Boa tarde a todos. Meu
2402 nome é Tadeu Santos, eu represento a Região Sul. Bem, eu fui pego de surpresa,
2403 pensei que ia ser o terceiro ou quarto. Nós comentamos na reunião preparatória
2404 sobre o INEIA e, então, nós agora estamos reafirmando a proposta para
2405 realização do próximo mandato em 2015, que já tinha sido aprovada a verba pelo
2406 Ministério, mas o pessoal do GT achou que a verba não era suficiente para
2407 realizar o Encontro Nacional das Entidades Ambientalistas Autônomas. Que seria
2408 uma proposta de promover o encontro de ONGs, que foi realizado pela última vez
2409 há mais de 20 anos. Essa aproximação é uma forma de nós como ONGs,
2410 principalmente as ONGs ambientalistas que não têm recursos, de promover certo
2411 fortalecimento que junto de articulação e junto ao Conama. Ontem nós

2412 comentamos de que o setor governamental que compõe a Plenária e o setor
2413 privado que compõe a Plenária, dos 108 Conselheiros, sempre tem uma equipe de
2414 profissionais dando cobertura, tanto aqui dentro do Plenário quanto nas Câmaras
2415 Temáticas. Enquanto que as ONGs, não têm essa peculiaridade de ter uma
2416 assessoria, de ter uma consultaria, às vezes, em problemas que são de difícil
2417 entendimento para um ambientalista, como eu, que tenho a dedicação totalmente
2418 voluntária, a nossa ONG não tem captação de recursos, é totalmente... Trabalha
2419 porque gosta de defender a natureza. Bom, e fica a proposta para o ano que vem.
2420 Para concluir a minha fala, secretário, nós tínhamos proposto uma moção, ocorreu
2421 a proposta de uma moção sobre a decisão da China, do Li Keqiang e o Obama
2422 dos Estados Unidos, fazendo aquela declaração agora, semana passada, sobre a
2423 redução da queima de redução de gás efeito estufa. Foi um acordo bilateral, mas
2424 foi um recuo das duas maiores potências emissoras de gás carbono, gás de efeito
2425 estufa, principalmente do carvão, quer dizer, é uma decisão tão importante quanto
2426 o *Protocolo de Kyoto*, mas nós desistimos de fazer a proposta, então que sirva de
2427 exemplo, que o Governo Brasileiro passe a ter também uma posição mais rígida
2428 na questão da queima de combustíveis fósseis, inclusive cortando subsídios que
2429 são destinados as térmicas a carvão. Era isso.
2430
2431

2432 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Obrigado
2433 Tadeu. O nosso próximo Paulo Martini.
2434
2435

2436 **O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (INPE) -** Tem o slide, Danilo, por favor.
2437 Obrigado, Francisco. É mais para estender um pouco esse anúncio que a Ministra
2438 fez hoje de manhã sobre o advento do satélite indiano na estação brasileira de
2439 coleta de dados. Nós tivemos um apagão aí, talvez de dois anos, de imagens
2440 recentes sobre o Brasil e, agora no início de outubro, nós conseguimos ter um
2441 acordo do governo brasileiro com o governo indiano e a estação passou a ser
2442 operacional por esse satélite, a partir do dia primeiro de outubro, essas imagens
2443 são baixadas sem custos, a partir de uma plataforma instalada pelo governo
2444 brasileiro em Cachoeira Paulista. A palavra chave ou o acrônimo chave é o DGI.
2445 Se vocês colocaram isso na rede, vai aparecer o endereço do DGI e o acesso é
2446 muito fácil e se baixa uma imagem em questão de minutos. Bom, parte desse
2447 acervo já está incorporada nos projetos que o INPE, digamos assim, tem
2448 operacional com o Ibama, mas trabalhos científicos recentes chegados a SBPC
2449 dão conta que têm outro instrumento a bordo bastante poderoso e que nós
2450 gostaríamos de falar um pouco sobre ele, cinco minutos, de tal forma que não
2451 houvesse tanto inércia por parte das autoridades e mesmo a iniciativa privada, no
2452 sentido de usar esses dados com mais efetividade. Então, nós entendemos que,
2453 está havendo uma demora muito grande entre o *status quo* da aplicação científica
2454 em assuntos brasileiros, usando esses instrumentos para a parte assim, mais do
2455 dia-a-dia, do cotidiano dos nossos desafios. Um dos instrumentos já está sendo
2456 utilizado no monitoramento do desmatamento, esse outro instrumento é um
2457 instrumento extremamente importante e que, a nível de pesquisa, ele já tem muita
2458 coisa interessante que poderia ser inserida bem imediatamente no nosso

2459 cotidiano, trata-se de um sensor chamado Aurivici. Aurivici é um acrônimo para um
2460 instrumento de resolução média, porém de temporalidade muito grande, ou seja,
2461 imagine que para a Região Sul, por exemplo, nós podemos ter imagem desse
2462 satélite a cada três dias, enquanto que outro satélite que estamos usando, mais
2463 para monitorar, digamos assim, eventos amazônicos, estão por volta de vinte dias.
2464 Então, eu falo ainda em nível de investigação, mas essa investigação está
2465 suficientemente madura para inserir no cotidiano. Eu trouxe esse exemplo, que
2466 vocês observam lá no slide, acima do lado direito, a imagem normalmente é
2467 distribuída com focos de queimada, observe aquele pontinho branco que está na
2468 imagem da direita, isso é um foco de queimada que é distribuído diariamente. A
2469 imagem à esquerda é um exemplo dessa imagem que eu lhes falo, em que aquele
2470 foco de queimada que está a direita, na verdade, são três focos, aparece em preto
2471 em três municípios diferentes que é possível identificar através desse sensor,
2472 tendo queimada tanto no município Soledade de Minas, quanto em Caxambu,
2473 quanto em Conceição do Rio Verde. Então, essa é a diferença que nós estamos
2474 identificando em termos de queimadas. Outra coisa importante, agora para o
2475 pessoal de agricultura, que é o Departamento de Agricultura Americano, se
2476 outorga ou coloca como faixa para eles, dizendo que eles são os maiores usuários
2477 mundiais desse tipo de instrumento, eles têm um acordo, eles têm as estações
2478 sobre a América e tem um acordo também com os indianos de conseguir
2479 amostras dessas imagens de todo o planeta. Então, quando vocês observam
2480 aqueles relatórios semanais do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos,
2481 fazendo previsão de quanta, eventualmente, cultura vai ser colhida nos próximos
2482 dias e etc., pode ter certeza que o fundamento dessa informação são esses dados
2483 do satélite indiano, desse sensor que estou mostrando. Então fica aí, uma boa
2484 recomendação para o pessoal de agricultura que tenta fazer previsão de safra ou
2485 coisa desse tipo ou, pelo menos, fazer a previsão do volume de cultura, usar esse
2486 tipo de dado. E o terceiro ponto que ele está sendo muito vigoroso, nós estamos
2487 percebendo, do ponto de vista de ciência, que ele tem uma aplicação enorme na
2488 questão dos biomas. Então, ele tem sido muito eficiente para separar biomas, nós
2489 conseguimos separar com muita efetividade e estamos com trabalho campo cima
2490 disso, separar o cerrado do bioma Amazônia dentro do Estado do Mato Grosso.
2491 Então, quando ficamos ouvindo aqui que a divisão entre os biomas é uma zona, é
2492 uma área, não tem linha uma definida sobre ponto de vista da âncora que a
2493 imagem nos permite, sobre o ponto de vista do atributo radiométrico, geométrico,
2494 espectral, espacial e sazonal, nós podemos transformar isso sim, numa linha e
2495 poder colocar essa divisão dos biomas de uma maneira geometricamente muito
2496 boa. Obrigado, secretário. Era essa a informação que eu tinha para vocês.

2497
2498

2499 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Ana Euler.**
2500 Bom, enquanto a Ana vai se dirigindo ao pódio. Paulo, eu pediria para depois você
2501 mandar o seu e-mail, por favor, para o João, porque eu vou colocar você em
2502 contato com o Cesar e o pessoal nosso do Ibama, que está trabalhando com
2503 essas questões, tenho a impressão que eles já estão a par do (...), mas não custa
2504 nós darmos uma conferida, está bom? Obrigado.

2505
107

2506

2507 **A SR^a. ANA MARGARIDA CASTRO EULER (Governo do Amapá)** - Obrigada.
2508 Sou do Governo do Amapá. Os devidos cumprimentos as autoridades presentes e
2509 aos colegas. Gostaria de apresentar ao Conama duas pautas, uma é a agenda
2510 positiva do governo do Amapá na área florestal, onde apresentamos o Programa
2511 Estadual de Florestas, que foi recentemente decretado pelo governador do
2512 Estado, Camilo Capiberibe. O plano de manejo da nossa maior unidade de
2513 conservação estadual, a Floresta Estadual do Amapá, que prevê 1.6 milhões de
2514 hectares para concessões florestais nesse Estado. O programa de fomento à
2515 produção extrativista, que hoje já beneficia mais de 1.500 famílias, cerca de 6.000
2516 pessoas, principalmente na cadeia produtiva do açaí, que é a mais pujante e
2517 importante do Estado. O cadastro estadual de florestas, o PAOF 2014/2015, e
2518 aproveitar para anunciar o lançamento do primeiro edital de concessões florestais,
2519 que acontecerá na próxima semana, no estado. Todos esses documentos e
2520 informações podem ser acessados através do site do Instituto Estadual de
2521 Florestas. Agora, a segunda parte é uma pauta um pouco menos agradável, é um
2522 pedido que esse Conselho nos ajude no acompanhamento de denúncia que foi
2523 encaminhada pelo Governo do Estado, através do IEF, ao Ministério Público
2524 Federal, referente ao avanço da soja sobre Unidades de Conservação do Estado
2525 do Amapá. E o mais grave é que isso acontece através da utilização de
2526 documentos, certidões fundiárias emitidas pelo programa Terra Legal. Essa se
2527 tornou uma prática comum adotada pelo órgão no Estado e que, na verdade, à
2528 revelia de parecer da AGU, nós fizemos uma primeira denúncia no ano passado,
2529 no início do ano passado, quando vimos lançados no sistema 104 lotes contínuos
2530 dentro da floresta do Amapá, em áreas de floresta sem ocupação, isso
2531 comprovado através de imagens *landsat*, num período temporal de 90 a 2014. Nós
2532 pedimos que essas áreas fossem canceladas, elas foram canceladas, mas,
2533 efetivamente, os marcos estão lá e o passivo ambiental também está lá, uma vez
2534 que certidões foi feita todo o processo de ocupação e desmatamento da floresta.
2535 Então, à revelia também de acordo firmado com o Estado e a própria lei que
2536 regulamenta o programa Terra Legal. Esse assunto já foi encaminhado ao MDA,
2537 sem uma tomada de decisão clara e tudo nos leva a crer que tem conotação
2538 política, uma vez que infelizmente quem coordena o programa no Estado, é uma
2539 indicação partidária. Então, nós gostaríamos também de informar que a CPT
2540 também já abriu uma série de processos junto ao MDA, denunciando a utilização
2541 desse programa para institucionalização da grilagem. Isso, quem está falando não
2542 é o Estado, mas é a CPT com uma série de outras denúncias que foram feitas.
2543 Nós já recebemos a informação que a maior parte desses títulos já foi cancelada e
2544 que o coordenador, que é um servidor público está respondendo a processo
2545 administrativo, mas nós temos algumas perguntas que nós lançamos. Qual é, na
2546 verdade, a responsabilidade que o programa vai assumir na questão do passivo
2547 ambiental que está deixado lá em terra que é estadual de unidade de conservação
2548 e na recuperação desse passivo? Quem é responsável por tirar os marcos que
2549 foram colocados dentro da unidade de conservação, porque, de acordo com a
2550 nossa assessoria jurídica, o Estado não pode. Retirar marco é crime, então tem
2551 que ter um processo efetivo de retirada desses marcos, porque não adianta dizer

109

55

110

2552 que esses títulos estão cancelados, porque localmente, se o marco está lá,
2553 entende-se que há direito a ocupação dessas terras. E a terceira pergunta é
2554 quanto tempo vai se levar para julgar e condenar os culpados por esse crime?
2555 Porque o crime está lá. O documento que estamos encaminhando mostra que nós
2556 encontramos área de 3 mil hectares fracionada, com 8 máquinas, plantio de soja
2557 já sendo realizado, então quanto tempo vai demorar para eles serem
2558 criminalizados? E, por último, porque foi aberto um PAD, mas essa pessoa até
2559 hoje não foi afastada do cargo máximo de coordenação do programa no estado,
2560 se esse foi um pedido formalizado pelo Governador do Estado, faz um ano. Muito
2561 obrigado.

2562
2563

2564 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Obrigado, Ana.
2565 Nós vamos dar sequência, pedir ao Pavarino, coincidentemente inscrito, para
2566 tentar responder algumas de suas perguntas.

2567
2568

2569 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) –** Marcos
2570 Pavarino da MDA e depois Polignano.

2571
2572

2573 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Pede para
2574 Adriana protocolar isso.

2575
2576

2577 **O SR. MARCO AURÉLIO PAVARINO (MDA) -** Boa tarde a todos. Obrigado,
2578 secretário. Bom, obviamente que qualquer orientação que nós tenhamos do
2579 Ministro, Miguel Rossetto, atual Ministro do Desenvolvimento Agrário, um pouco
2580 dialogando com que a Ana trás, qualquer denúncia referente a qualquer um dos
2581 programas ou ações do Ministro do Desenvolvimento Agrário, obviamente, será
2582 devidamente apurada. Até agradecemos a denúncia trazida pela Ana, pelo
2583 Governo do Estado, ou pela CPT, que, segundo ela, já está inclusive registrado no
2584 Ministério. Primeiramente é isso, deixar bastante claro que qualquer denúncia e o
2585 Terra Legal, desde o seu início, sempre presou pela transparência das suas
2586 ações, lá no site, pode-se acompanhar quem está sendo regularizado e quem não
2587 está, isso tudo está devidamente disponível na página do programa, mas eu
2588 pediria, Secretário, nós temos aqui, no plenário, a presença da Superintendente
2589 Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, eu pediria da
2590 possibilidade dela, tomar a palavra, em nome desse Conselheiro, chamaria a
2591 Shirlei Nascimento, por favor, para prestar alguns esclarecimentos, acredito que
2592 não todos, mas, por favor, Shirley.

2593
2594

2595 **A SRª. SHIRLEY NASCIMENTO (Ministério do Desenvolvimento Agrário) -**
2596 Primeiro, boa tarde a todos os Conselheiros. Eu fico muito feliz de estar aqui, já fui
2597 Conselheira do Conama também, em relação... Quero agradecer ao Estado do
2598 Amapá, que nós temos um convênio com o Estado do Amapá há mais de três

2599 anos, infelizmente tivemos muitas dificuldades. Esse mês passado, eu aditei o
2600 nosso convênio e espero que ano que vem, consigamos trabalhar melhor o nosso
2601 convênio. O Estado do Amapá é um parceiro, a denúncia foi feita ano passado.
2602 Primeiro, não é um documento fundiário, é uma certidão, essas certidões foram
2603 canceladas, foram cerca de 25 certidões, todas foram canceladas e, devido à
2604 denúncia, nós abrimos um processo um PAD. Um PAD tem... Nós estamos num
2605 processo que é preciso ampla defesa, ninguém pode condenar ninguém, sem
2606 antes fazer a defesa. Nós estamos no processo do PAD, nós medimos 150 áreas
2607 dentro da flota, a pedido do Governo do Estado, se o Governo do Estado pedir
2608 para tirar os marcos, nós vamos retirar, nós somos parceiros do Governo do
2609 Estado. Hoje nós estamos medindo todas as glebas do Estado do Amapá, todas
2610 as Unidades de Conservação, todos os assentamentos em parceria com Incra e
2611 com o Governo do Estado, para que nós possamos transferir essas terras para o
2612 governo do Amapá. Tem todo um processo, não é o processo fácil, é um processo
2613 lento, mas que nós esperamos continuar contando com a parceria do Governo do
2614 Estado e concluir isso daí, mas eu acho que é preciso dar algumas boas notícias
2615 em relação ao programa Terra Legal. Uma delas é que esse ano, nós estamos
2616 repassando ao Ministério do Meio Ambiente cerca de cinco milhões de hectares
2617 para unidade, já repassamos para o MMA quase cinco milhões de hectares para
2618 unidade de conservação, uma delas já foi homologada, já foi criada, que é a de
2619 Maués, a Unidade de Conservação de Maués. Estamos repassando essa semana
2620 mais de um milhão de hectares para o Estado de Rondônia, para que o Estado de
2621 Rondônia possa regularizar todas as Unidades de Conservação do Estado. Já
2622 repassamos mais de dois milhões e meio de hectares para outros estados da
2623 Amazônia Legal e o mais importante, nos últimos quatro anos, nós criamos um
2624 sistema, que é o SIGEF, que é um sistema de gestão que já ganhou três prêmios
2625 de qualidade pública, de gestão pública e através desse sistema, todas as áreas
2626 medidas pelo Terra Legal que hoje chegam a mais de 110 mil parcelas já
2627 georreferenciadas, que podem ser vistos, nome e CPF de quem está na terra na
2628 Amazônia, além de que nós medimos cerca de 600 glebas federais. Então, esse
2629 sistema é um sistema que pode ser usado e já está sendo usado, aí, eu vou citar o
2630 Estado do Amazonas e o Estado de Rondônia como grandes parceiros. Nós já
2631 estamos fazendo CAR, aqui está o Antônio Stroski, que nós já estamos fazemos
2632 mutirão de CAR e regularização fundiária juntos. Estamos fazendo isso também
2633 no Estado de Rondônia e esperamos conseguir até o final do ano que vem em
2634 todos os estados da Amazônia, o CAR e a regularização fundiária em conjunto.
2635 Muito obrigada.

2636
2637

2638 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Muito obrigado.
2639 Pavarino, você gostaria de concluir?

2640
2641

2642 **O SR. MARCO AURÉLIO PAVARINO (MDA) -** Na verdade, só para reforçar, Ana.
2643 Todas as denúncias que chegarem ao MDA, algumas respostas, nós obviamente
2644 não temos, qual o tempo que isso durará? Bom, administrativamente, nós temos
2645 um tempo, judicialmente temos outro, que não conseguimos responder, mas todas

2646 elas, e, aí, nós podemos conversar em detalhes a respeito de cada um desses
2647 procedimentos ou processos que tenham chegado ao MDA, que nós damos a
2648 resposta necessária, seja para o Governo do Estado, seja para a CPT ou para
2649 qualquer indivíduo que tiver esse interesse. Obrigado.

2650
2651

2652 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu pediria que
2653 vocês conversassem mano a mano em algum momento para objetivar e não
2654 deixar isso, em aberto. São denúncias graves e é importante objetivar e processar.

2655
2656

2657 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy)** - Vou procurar ser
2658 bem breve aqui, mas o seguinte: eu queria colocar em relação à fala que a
2659 Ministra teve hoje, acho que não tivemos tempo, ao final, para fazer uma
2660 explanação ou uma discussão maior, mas eu vou ser breve. No seguinte sentido,
2661 de que nós temos... Nós ficamos sempre preocupados, às vezes, de falar em
2662 política de governo, e, às vezes, quando falamos, me preocupa que estejamos
2663 carecendo de políticas de Estado. Nesse sentido, eu digo que a nossa política
2664 ambiental não vai bem. Então, digo que nós estamos perdendo áreas verdes
2665 enormes. Aí, não basta somente discutir metodologia, há que se discutir políticas
2666 de conservação, realmente, de desmatamento zero nesse País, já desmatamos
2667 demais desnecessariamente, perdemos área de Mata Atlântica, estamos
2668 perdendo cerrado, estamos perdendo qualidade de água de rio. Então, eu fico
2669 muito preocupado em que nós, às vezes, fiquemos muito preocupados com
2670 ferramentas e falta contundência no resultado. Então, política de ferramenta,
2671 satélite e uma série de coisas são muito boas, mas eu acho que, se não tivermos
2672 resultado na qualidade ambiental e se não tivermos preocupação de política
2673 ambiental preocupada com resultado, nós não vamos melhorar nem qualidade
2674 ambiental e nem vamos mostrar resultados. Em relação à questão da água, eu
2675 tenho sido um ferrenho defensor desde o primeiro dia que entrei aqui. Há dois
2676 anos já tinha alertado para o problema da água, estamos agora no meio da crise,
2677 da questão da escassez de água e quero dizer que, pelos estudos que temos, que
2678 é uma escassez, que não é falta de chuva, simplesmente, mas tem a ver com
2679 gestão e tem a ver com resiliência de sistemas, ou seja, nós não temos mais
2680 sistemas capazes de manter recarga de rio. O nosso sistema é altamente
2681 dependente de chuva, se chover o rio enche. Se não chover, nós não temos água
2682 para manter o nosso sistema hídrico e, ao longo desse tempo, nós desmontamos
2683 o nosso sistema de gerenciamento de recursos hídricos, esse sistema está falido,
2684 não responde mais as demandas, nós não temos controle de outorga, nós não
2685 temos controle da gestão ambiental dos rios brasileiros. Quem quiser pode ir ver o
2686 que está acontecendo no São Francisco, no Velhas, nos rios do Paraíba do Sul e
2687 por aí vai. Então, eu quero colocar que o Conama tem se ausentado dessa
2688 discussão da questão da crise das águas. Então, eu quero uma pauta para o ano
2689 que vem, é que tomemos essa agenda, como uma agenda propositiva de todas as
2690 questões relacionadas a gestão da água que estão tramitando, inclusive na Casa,
2691 para que nós possamos fazer uma agenda propositiva, e nós mesmos do Guaicuy,
2692 propusemos uma emenda para diminuição da questão do surfactante dentro dos

115

58

116

2693 corpos d'água, porque também, nós temos que limpar os rios que temos, a
2694 continuar degradando essas fontes de mananciais de água doce, nós vamos
2695 comprometer a nossa vitalidade. E, por último, quero falar do Gandarela, fomos
2696 surpreendidos em outubro, com a criação do Parque Nacional do Gandarela, que
2697 era uma luta da sociedade, não participamos dos últimos processos e, nesse
2698 processo, quando foi lançada a questão, houve inclusive, uma situação que
2699 comprometeu até o acordo que tínhamos internamente, que foi colocado dentro do
2700 Parque, uma área... Que era para ser RDS, que é uma área de convívio da
2701 comunidade. Então, quero pedir aqui depois, uma pauta específica com o
2702 Ministério, para que nós pudéssemos tratar de algumas questões relacionadas ao
2703 Parque, que é bem-vindo, são 31 mil hectares em uma área que já é uma área de
2704 quadrilátero ferrífera e necessária para recarga da região de BH, mas precisamos
2705 ver também o que não estava acordado nesse processo, inclusive, de audiências
2706 públicas que o Ibama fez. Ok? Obrigado.

2707
2708

2709 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,
2710 Polignano. Uma sugestão apenas, que a solicitação seja encaminhada ao ICMBio.
2711 Ok? Obrigado. Achei que ele ia ter uma fala, mas é o Bocuhy.

2712
2713

2714 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Boa tarde, senhores
2715 Conselheiros, senhor secretário. São duas questões muito breves, a primeira é
2716 que houve encaminhamento da discussão da revisão da Resolução que trata dos
2717 padrões da qualidade do ar e, por sugestão da própria Ministra, que nós
2718 fizéssemos um seminário com aprofundamento científico e isso trouxesse
2719 subsídios para que o Conama adotasse padrões mais adequados, de acordo com
2720 a orientação da Organização Mundial da Saúde. Ocorre que a ideia de realização
2721 desse seminário ficou para dezembro e a nossa proposta é que nós trouxéssemos
2722 instrumentos de gestão comparativos, não só dos Estados Unidos como da
2723 Europa também, principalmente da EPA americana e da comunidade Europeia e
2724 ainda os planos de contingência de Paris que tem tido muito sucesso nos
2725 episódios críticos de poluição, em função disso, senhor secretário, nós estamos
2726 pedindo o adiamento desse seminário para o mês de fevereiro, porque nós
2727 teríamos tempo para trazer essas experiências internacionais, que são
2728 experiências de sucesso e poderiam realmente enriquecer a nossa discussão aqui
2729 no Conama. Senão, nós vamos ter apenas, eu diria, os mesmos especialistas que
2730 já ouvimos e são pessoas ligadas a nós e ao Ministério. Essa é a primeira
2731 questão. A segunda está muito vinculada a questão colocada pelo Dr. Polignano
2732 do Instituto Guaicuy, que é uma solicitação, se o senhor me permite, eu vou ler o
2733 ofício, ele é muito pequeno, tem apenas uma lauda, mas traz a ideia completa. É
2734 um ofício à Sr^a. Ministra Izabella Mônica Teixeira. O Instituto Brasileiro de
2735 Proteção Ambiental (Proam), com assento no Conselho Nacional do Meio
2736 Ambiente, vem solicitar manifestação do Conama ao conselho de governo em
2737 consonância com subjetivos e atribuições expressos da Lei 6.938 de 81, que trata
2738 da Política Nacional do Meio Ambiente, especialmente com relação ao
2739 estabelecido no caput do artigo 2, no parágrafo 1º da Lei da Política Nacional do

2740 Meio Ambiente. Eu cito aqui, objetivo da preservação, melhoria e recuperação da
2741 qualidade ambiental, propicio a vida, etc. Citamos também, parágrafo 1º, ação
2742 governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio
2743 ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido,
2744 tendo em vista o uso coletivo. Bom, considerando que há questões emergenciais
2745 que exigem iniciativas vigorosas do Governo Federal e que essas devem emergir
2746 com legitimidade social do Conselho Nacional do Meio Ambiente; considerando
2747 que entre essas situações emergenciais, podemos citar o desequilíbrio ambiental
2748 que hoje causa maior preocupação no Brasil, que é a nossa vulnerabilidade
2749 hídrica; considerando ainda a crescente negativa influência das alterações
2750 climáticas sobre os ecossistemas atingindo produção e reservação hídrica, além
2751 de agravar o Estado de qualidade da água devido a uma maior concentração de
2752 poluentes; considerando que em visão ecossistêmica, o Brasil não pode prescindir
2753 de medidas emergenciais para a proteção das áreas de mananciais, incluindo
2754 medidas para recuperação da *Floresta Amazônica, o grande driver que impulsiona*
2755 *a umidade por meio de rios voadores para o centro do continente, elemento em*
2756 *parte responsável pela regularidade das chuvas*; considerando que o atual quadro
2757 emergencial demanda raciocínio proativo e de governança vigorosa, rumo a
2758 sustentabilidade e não de uma acomodação a possíveis iniciativas corretivas, na
2759 medida da capacidade instalada no Sisnama que tem sido insuficiente para conter
2760 a evolução da crise que se configura hoje; considerando que, segundo a Política
2761 Nacional do Meio Ambiente, o Conama é, artigo 6º, parágrafo 2º, órgão consultivo
2762 e *deliberativo* com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de
2763 Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e recursos
2764 naturais; considerando que segundo expresso o artigo 6º, parágrafo 1º da Política
2765 Nacional do Meio Ambiente, o Conselho de Governo tem a função de assessorar a
2766 Presidente da República na formulação da política nacional e das diretrizes
2767 governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais. Dessa forma,
2768 estamos solicitando ao Conama o exercício de sua atribuição no sentido de
2769 estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de política governamentais
2770 para o equacionamento da atual crise hídrica, com a tomada de medidas
2771 corretivas e preventivas. Eu acho que essa é uma questão que o Conama nunca
2772 exerceu, esse aconselhamento ao Conselho de Governo, e esse diálogo
2773 diretamente com a Presidência da República, me parece, nesse caso, necessário,
2774 porque, como disse o Polignano aqui, nós sentimos essa carência de uma política
2775 maior, política de governo, política de Estado e não mais de políticas setoriais.
2776 Então, eu submeto a apreciação dos Conselheiros essa questão. Conversei com
2777 algumas pessoas, com a CNI, conversei com Abema, conversei SBPC e há uma
2778 concordância que essa proposta pode ser bem interessante no sentido de que o
2779 Conama aprofunde essa questão e encaminhe isso a Presidência da República. É
2780 isso, obrigado. Desculpe, não saberia... Queria uma orientação regimental para o
2781 encaminhamento disso, como uma questão nova, não é uma moção e se trata de
2782 uma solicitação de encaminhamento de atuação do Conselho, não sei se esse
2783 seria o momento oportuno ou regimentalmente na próxima etapa.
2784
2785

2786 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Como uma
2787 coisa muito nova, eu acho que nós poderíamos receber aqui como protocolo,
2788 Bocuhy, e depois fazemos o encaminhamento regimental que seria via Cipam,
2789 especificamente.

2790
2791
2792 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Em relação a
2793 sua primeira sugestão, Bocuhy, a Letícia está lá no fundo, eu sugiro que você
2794 converse com ela sobre a questão da melhor data para nós avaliarmos. Acho uma
2795 boa ideia jogar para frente a realização do evento, evitando tumulto no final do
2796 ano. Em relação a segunda questão, nós vamos encaminhar formalmente e
2797 submeter ao Conama, queria apenas lembrar que eu não tenho lembrança de
2798 reuniões recentes do Conselho do Governo, mas isso é outro problema, vamos
2799 fazer a nossa parte. Obrigado. Lisiane. Depois a chamamos. Cláudia?

2800
2801
2802 **A SR^a. CLÁUDIA LINS LIMA (CNM)** - Boa tarde a todos. Meu nome é Cláudia, eu
2803 sou técnica da área de meio ambiente de saneamento de Confederação Nacional
2804 de Municípios. Meu questionamento, na verdade, eu aproveito a tribuna livre,
2805 como foi acordado ontem na reunião preparatória, mais para tentar entender
2806 alguns pontos e aproveitando está em consulta em pública somente até amanhã a
2807 proposta de acordo setorial de logística reversa de embalagens geral e eu acredito
2808 que é um tema de extrema importância, e se ainda não é, não tem ainda um
2809 espaço dentro do Conama, eu acho que deveria ter e eu acho que seria um crime
2810 eu não aproveitar esse momento, sabendo que nós temos a presença da
2811 Anamma, Abema e de inúmeras entidades ambientais aqui, para nós podermos
2812 entender um pouquinho e talvez o Secretário possa explicar para nós melhor. Na
2813 verdade, são duas perguntas, perguntas no sentido de gerar reflexão, como que
2814 conseguimos entender um acordo setorial de embalagem geral, que está sendo
2815 proposto de 2012 a 2015, que seria a fase 1. Como uma lei que trata de um
2816 acordo que vai acontecer, ele vai ter um período que quando for assinado, ele
2817 está, na verdade, acabando. Eu acho que isso é fundamental, isso afeta
2818 diretamente a coleta seletiva, a reciclagem, afeta a sociedade em geral e afeta o
2819 meio ambiente. Sem dúvida nenhuma que nós temos que questionar um acordo
2820 onde a sociedade não vai participar, porque, quando ele for ser assinado, a
2821 sociedade não pode mais participar, porque ele está encerrando. Então, um
2822 acordo que tem data inicial 2012, eu acho que ele tem que ser questionado, sem
2823 dúvida nenhuma, mas mais importante ainda, é nós questionarmos como que um
2824 acordo setorial, esse é o edital de 2012 do Ministério do Meio Ambiente, ele só vai
2825 atender a 12 capitais, 12 capitais, porque na proposta eram 12 cidades-sede.
2826 Então, meu questionamento é, a lojas logística reversa não é para chegar a todos
2827 os municípios, em todos os estados? Se um acordo setorial só vai chegar a 12
2828 sedes da copa do mundo, se só vai chegar a algumas cidades de região
2829 metropolitana, aglomerações urbanas, então ele não vai chegar ao País inteiro?
2830 Então, a coleta seletiva que é obrigação dos municípios realizarem, como é que
2831 fica no Norte do País? Como é que fica distante das grandes indústrias? Quem vai
2832 fazer essa logística reversa acontecer, se o acordo setorial não está abrangendo

2833 esse restante? Mais ou menos era isso, é gerar uma reflexão, porque o prazo
2834 acaba amanhã, e acho que sem dúvida nenhuma todos os estados que não estão
2835 contemplados no acordo setorial, que não foram cidades sede da Copa do
2836 Mundo, deveriam propor no site da consulta pública, essa alteração dessa
2837 aplicação, porque tanto fase 1 quanto fase 2 não falam em ampliação da
2838 abrangência do acordo setorial e sem dúvida nenhuma, que seja o acordo setorial,
2839 quer dizer, só seja válido à partir do momento que ele for assinado. Então, se for
2840 assinado em 2015, a fase 1 tem a duração de quatro anos após a assinatura, após
2841 a veiculação no Diário Oficial. Seriam questionamentos dessa forma, para nós
2842 colocarmos um acordo setorial, que realmente vá trazer benefícios para
2843 sociedade, para catadores, para o meio ambiente, é isso. Obrigada.
2844
2845

2846 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Obrigada.
2847 Pedir para a Zilda responder sobre o pedido de esclarecimento dela. Então, se for
2848 possível, por favor.
2849
2850

2851 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) -** Boa tarde. Bom, os acordos
2852 setoriais têm um rito específico, que é o que está definido na Lei 12.305 e no
2853 Decreto 7.404. Cheguei a fazer um informe na última reunião, na última ou na
2854 penúltima, já nem lembro mais, sobre os estágios dos acordos setoriais. Eu queria
2855 discordar da CNM e dizer que o acordo setorial, a coleta seletiva não depende do
2856 acordo setorial. A coleta seletiva já é uma obrigação que os municípios têm, desde
2857 a edição da Política Nacional do Saneamento, e ela só foi referendada pela
2858 Política Nacional de Resíduos Sólidos e ela é um princípio interessante para que o
2859 município consiga fazer as suas obrigações que estão prescritas nessa lei. Bom, o
2860 acordo setorial tem um ritual específico, eu não entendo que esse Conselho seja o
2861 local de debate, pode até debater isso, é livre para o Conselho, mas ele tem uma
2862 consulta pública em andamento. Essa consulta pública está prevista, pelo Decreto
2863 7.404, que após o término do período da consulta, será feita uma análise técnica e
2864 jurídica de parte do Ministério do Meio Ambiente. As mudanças incorporadas ao
2865 texto julgadas legais e pertinentes serão incorporadas ao texto e serão remetidas
2866 ao setor que está propondo. As correções que a representante da CNM, as
2867 incorreções que a representante da CNM citou já foram apontadas na primeira
2868 fase de consulta, que encerrou dia 15 de outubro e já estão incorporadas ao texto,
2869 como a data. Eu gostaria de discordar a proposta de acordo setorial não é só para
2870 essas 12 capitais, ela tem uma expansão prevista a partir do segundo ano, está
2871 escrito lá no texto. E quais foram as outras perguntas? As previsões, acho que foi
2872 mais ou menos o que Cláudia perguntou, nós tivemos duas consultas públicas ao
2873 mesmo tempo, foram 30 dias, entre setembro e outubro. Quando chegou uns três
2874 dias, lá pelos dias 10, 12 de outubro, o Ministério do Planejamento, que é quem
2875 coordena o site eletrônico, o governo eletrônico, nos ligou e nos disse que nós
2876 tínhamos quebrado todos os recordes deles de acessos a documentos por aquele
2877 sistema. Em um dia, tinha sido feito mais de 3 mil acessos e isso bloqueou o
2878 sistema. Houve um pedido de extensão desse prazo, o Ministério do Meio
2879 Ambiente, especificamente para embalagens, a Ministra falou hoje de manhã. O

2880 acordo de lâmpadas deve ser assinado ainda esse ano, nós estamos tentando
2881 harmonizar uma data, mas voltando a embalagens e foi estendida a consulta
2882 pública. Nós estamos prevendo que para fazer a análise, concluir as análises da
2883 primeira fase que estão praticamente falta muito pouco para acabar a conclusão,
2884 eu ainda não tenho número em relação a essa extensão de prazo. Nós vamos
2885 precisar de pelo menos um mês para finalizar a análise técnica e jurídica e
2886 encaminhar a proposta aos proponentes, dar para eles um prazo de, pelo menos,
2887 uma semana para eles analisarem e nos remeterem com a concordância do texto.
2888 Essas correções todas, foram identificadas várias falhas no texto e foi um texto
2889 que foi encaminhado pelos proponentes, ele foi colocado em consulta pública,
2890 mas ele foi encaminhado pelos proponentes, é esse o rito que está previsto na Lei
2891 e no Decreto, e essas correções já estão sendo feitas em relação aos anos de
2892 2012, 2013, 2015 e esses prazos serão outros no texto final. Eu acho, Secretário,
2893 que são essas as colocações. Qualquer coisa, me coloco a disposição, vou ficar
2894 aqui participando da reunião.

2895
2896

2897 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Conversar com
2898 ela em particular, por favor. Miguel.

2899
2900

2901 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia) -** Boa tarde. Senhor Secretário,
2902 eu quero, nesse momento aqui, fazer uma breve complementação da fala que fiz a
2903 Ministra no aspecto da proposta que o movimento das entidades ambientalistas
2904 apresenta para incrementar a discussão política âmbito do Conama. Eu tinha
2905 preparado isso aqui, mas como falei um pouco, eu incluo nessa nossa demanda,
2906 uma sugestão de encaminhamento e isso se daria, por exemplo, nessa avaliação
2907 dessas políticas, inclusive nas diretrizes da Política Ambiental do Governo da
2908 presidenta Dilma, que foram anunciadas na época, em 2010, em que se intitulava
2909 defender o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável e uma relação
2910 de nove pontos importantes e que são pautados para conduzir a política de
2911 governo e que eu considero que seriam interessantes ser revistas e verificadas se,
2912 de fato, foram atingidas, independente do que a Ministra trouxe hoje, mas isso é
2913 uma recomendação para que o próximo governo da presidenta também possa ser
2914 verificado seguindo essas diretrizes de governo. Então, aqui são, por exemplo, ela
2915 recomenda... As diretrizes são as seguintes: modelo de desenvolvimento, ao
2916 mesmo tempo sustentável e inclusivo, manter o combate ao desmatamento,
2917 manter proteção de nossos biomas, ampliar a oferta de água, ampliar o
2918 esgotamento sanitário, ampliar a coleta e processamento de lixo, aprofundar
2919 zoneamento agroecológico, aprofundar recuperação de terras degradadas e
2920 aprofundar a implementação de projetos de manejo florestal. Isso seria uma
2921 aferição interessante ser feita no âmbito do nosso Plenário, já na Câmara
2922 Técnicas, numa Câmara Técnica, e, aí, eu reitero a sugestão de ser uma Câmara
2923 Técnica, se possível, que eu acho que nos condicionaria a termos uma agenda
2924 permanente e essa Câmara ser uma Câmara ativa para verificação dessas
2925 políticas. A título de exemplo, nós temos as políticas de estado e seus respectivos
2926 planos ou programas, que também precisam ser verificados. Apesar da Ministra

125

63

126

2927 ter falado rapidamente, eu quero lembrar que o ideal, é que a nós aqui não
2928 fiquemos apenas nesse relato do que se fez e sim se afira, verifique, de fato, como
2929 as coisas acontecem, qual o resultado que foi atingido. Então, só de política de
2930 governo, de estado, temos aqui Política Nacional de Agroecologia e Produção
2931 Orgânica, a Política Nacional de Biodiversidade e seu respectivo programa,
2932 Política Nacional de Combate e Prevenção de Desertificação, Política Nacional de
2933 Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades, a de Educação
2934 Ambiental, a de Ordenamento Territorial, a de Recursos Hídricos, a de
2935 Saneamento, e a de Mudanças Climáticas, e tem as transversais também que
2936 cabem um olhar nesse aspecto, como a Política Nacional de Assistência Técnica e
2937 Extensão Rural, a Desenvolvimento Regional, a Desenvolvimento Urbano, a de
2938 Habitação e a de Mobilidade Urbana, fora a implementação de outras que já vem
2939 sendo tocadas, como as metas de Copenhague, o Sistema Nacional de Unidade
2940 de Conservação, o Código Florestal e o Licenciamento Ambiental. Nós vemos que
2941 muitos instrumentos estão sendo construídos e vão ser implementados e vão ser
2942 muito úteis, mas reitero a importância de que nós dialoguemos aqui dentro. E, aí,
2943 eu sugiro que para encaminhar isso, pode-se ter outros modelos, mas eu deixo
2944 aqui a proposta de que nós relacionemos quais são as políticas no âmbito do
2945 Plenário, decida-se quais aquelas que seriam acompanhadas e caso existam
2946 indicadores pré-definidos e/ou metodologia para que se faça essa avaliação, caso
2947 não existam, nós discutimos qual a melhor a ser adotada e decidir pela instalação
2948 de Câmara Técnica ou em Grupo de Trabalho para que isso vá adiante. O
2949 segundo ponto, eu quero voltar e deixar registrado, é que diz respeito ao SNUC e
2950 é parte da agenda deste Plenário, que, no próximo relato que o ICMBio venha a
2951 fazer, sobre as Unidades de Conservação, porque isso anualmente deve ser feito,
2952 ele inclua algumas informações que eu ainda não consegui ver nas ferramentas
2953 que o ICMBio utiliza para acompanhar a efetividade da gestão das Unidades de
2954 Conservação, os seguintes pontos, quantos funcionários, analistas ambientais,
2955 estão alocados em cada unidade de conservação? Quantos reais foram investidos
2956 em cada unidade no ano anterior, no ano vigente e o previsto para o futuro, o ano
2957 seguinte? Quantas reuniões cada unidade de conservação realizou, além das
2958 reuniões de conselho gestor, com as câmaras de vereadores e a equipe de
2959 secretários das prefeituras e dos municípios em que estas unidades estão
2960 instaladas? Isso é fundamental, porque é lá dentro, na ponta, que a coisa
2961 acontece, as famílias batem na porta dos prefeitos e pouca relação existe das
2962 Unidades de Conservação com os municípios onde elas estão instaladas. Então,
2963 criar um vínculo, criar uma relação direta, se isso estiver acontecendo, é um
2964 grande avanço, mas eu acho que é importante também se medir, nas avaliações,
2965 se isso tem acontecido. Outro item importante, são quantas e quais Unidades de
2966 Conservação estão em regime de concessão e tem gestão compartilhada com
2967 Oscips? Quantas e quais Unidades de Conservação de Proteção Integral
2968 assinaram termos de compromisso com as famílias residentes dentro das
2969 unidades? E quantas e quais Unidades possuem parceria com organizações da
2970 sociedade civil e quais atividades realizam? Bom, para finalizar, já que eu estou no
2971 meu último dia de mandato, eu quero aqui fazer um agradecimento, primeiro pedir
2972 desculpas as mais de 40 entidades que eu represento aqui, que foram... Que faz

2973 parte do nosso Plenário, que me puseram aqui durante esses quatro anos. Pedir
2974 desculpa, porque, infelizmente, eu não manter uma atitude mais de
2975 enfrentamento, de posicionamento para que trouxesse aqui propostas de
2976 resolução e moções que pudesse vir a melhorar a gestão ambiental da região
2977 amazônica. De fato, a nossa atuação aqui como representação da Sociedade Civil
2978 é uma dedicação, é um trabalho voluntário, em que nós praticamente contamos
2979 apenas com o esforço pessoal e com o básico que a instituição tem e as nossas
2980 preparações, os nossos preparativos para que nós venhamos para cá, apresente
2981 as nossas falas e as nossas resoluções ou atue nos Grupos de Trabalho, é um
2982 esforço único em que nós precisamos dedicar bastante tempo e isso nós,
2983 praticamente, não vemos recompensa. A única recompensa é quando nós
2984 conseguimos ver que nossa contribuição efetivamente aconteceu e isso está
2985 registrado nas atas, nas resoluções e nas moções. Então, eu quero aqui reiterar
2986 esse pedido de desculpas aos nossos representantes das entidades, mas ainda
2987 não evoluímos para um estágio em que o estado possa apoiar a nossa
2988 participação, em melhores condições para contribuir com a sociedade brasileira,
2989 para o funcionamento desse Plenário. Eu quero também deixar aqui um pedido
2990 para que todos os membros do Conselho, independente da representação que
2991 possuem, possam ter um pouco mais de iniciativa na atuação aqui dentro do
2992 Plenário. Eu acho que aproveitar a presença aqui para se relatar os problemas
2993 que nós temos no País e trazer essa pauta para que os estados tenham
2994 conhecimento e o Governo Federal também, como fez agora a representante do
2995 Amapá, e que essas situações, são situações que já acontecessem há mais de
2996 um ano. Nós percebemos que aqui o Ministério acata, reverbera, busca
2997 solucionar. Então, eu solicito que os membros atuais e os futuros venham ter uma
2998 atuação mais ativa do que nós tentamos fazer, justamente para que possamos
2999 fazer com que a gestão ambiental deste País seja cada vez melhor. Quero
3000 agradecer ao Ministério pelo apoio que a equipe tem dado, que sem dúvida, sem
3001 esse apoio não estaríamos aqui e quero agradecer aos meus colegas de
3002 representação, que, sem dúvida, é um ganho de conhecimento e de experiência
3003 que eu tenho tido nesses anos muito importante para mim e para minha atuação
3004 profissional e para atuação política que nós fazemos aqui nesse Plenário. Muito
3005 obrigado, secretário. *(Palmas!)*.

3006
3007

3008 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,
3009 Miguel. Acho que vamos sair juntos. Enfim, o governo se encerra também, mas,
3010 de qualquer forma, foi muito importante contar com sua, discordo, acho que com
3011 sua combatividade nesse período todo, nos que diz respeito, é claro que você
3012 sempre fez o melhor que pôde pelo pessoal da região. Em relação a sugestões
3013 que você traz, queria só fazer um pequeno comentário, várias delas podem ser
3014 obtidas pela LAI, Lei de Acesso à Informação. Independentemente de tratarmos
3015 aqui no Conama, pode ser encaminhado diretamente ao serviço de informações
3016 ao cidadão e o governo é obrigado a prestar, as que existem, ele é obrigado a
3017 disponibilizar imediatamente, várias delas existem. Eu acredito que, se você
3018 encaminhar ao ICMBio, você vai ter essa resposta em questão de dias. Bom,
3019 vamos em frente. João Vieira.

129

65

3020

3021

3022 **O SR. JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA NETO (CNC)** - Boa tarde a todos. Na
3023 verdade, eu venho aqui abusar um pouquinho da paciência dos senhores e fazer
3024 um relato de um acontecimento, porque hoje a Ministra, de manhã, citou os seis
3025 mil brigadistas que foram formados, eu não lembro-me se foi pelo ICMBio, de
3026 combate às queimadas e o grande investimento do governo na recuperação das
3027 florestas. Quero registrar aqui, um acontecimento da semana passada, de uma
3028 grande queimada na região Carrancas de Minas Gerais, aonde três brigadistas
3029 morreram queimados, depois de lutar durante três dias contra o incêndio numa
3030 região de grande número de ecovilas que estão sendo implantadas. Quem não
3031 conhece a região de Carrancas, em Minas Gerais, é uma região de muitas
3032 cachoeiras, de ecoturismo, lugar muito bonito e esse presidente do Sindicato
3033 Rural, que era um dos empresários e donos, é um dos brigadistas que faleceu, o
3034 José Ronaldo, que me toca pessoalmente bastante, porque era meu primo, apesar
3035 de eu ser do Mato Grosso do Sul, ele foi para lá e investiu muito nessa área e
3036 tinha um projeto junto com a Universidade Federal de Minas Gerais, lá de Lavras,
3037 de recuperação de áreas degradadas, com um grande curso de permacultura,
3038 enfim, um grande trabalho, muito bonito e acabaram perdendo a vida lutando
3039 contra uma queimada, que, no dia seguinte, chegou o socorro que havia sido
3040 protelado através dos bombeiros. Infelizmente, eles acabaram tendo que enfrentar
3041 lá, os proprietários, como muitos outros e acabaram perdendo a vida. Acho que
3042 esse trabalho que foi feito de mapeamento e que mostra as queimadas é um
3043 grande auxílio, um grande trabalho, que vem exatamente, quem sabe, poupar
3044 muitas outras vidas de brigadistas. E, por outro lado, queria só registrar isso aqui,
3045 por outro lado, como representante da CNC, eu quero dizer o seguinte: nós temos
3046 discutido permanentemente dentro do nosso grupo técnico de ambiente, a questão
3047 de logística reversa, que, para nós, ela já está valendo desde o dia 4 de agosto e
3048 nós queremos reiterar as providências que têm que ser tomadas com os
3049 municípios, que a grande maioria ainda não providenciou a sua transformação dos
3050 lixões em aterros sanitários, como prevê a Lei. No entanto, eu quero passar uma
3051 experiência própria aqui pessoal, o lixo se fizer uma pesquisa nos municípios com
3052 cidadãos, o lixo não é problema para a maioria dos cidadãos. Por quê? Por que
3053 ele é muito bem coletado na maioria dos municípios, na porta das casas e é
3054 jogado sabe aonde? Não sei, em algum buraco, em algum lugar. O cidadão não
3055 conhece esse problema, então eu acho que é um grande trabalho que tem que ser
3056 feito, porque o próprio prefeito atende as demandas dos seus cidadãos, a partir do
3057 momento que o cidadão está satisfeito porque lixo é recolhido da porta da casa
3058 dele e é jogado em qualquer lugar que, normalmente, estou falando da cidade que
3059 moro, tem quase um milhão de habitantes, aonde você não, a maioria dos
3060 cidadãos não tem conhecimento onde existe um lixão lá. Quem conhece é quem
3061 passa por lá, mora lá perto, alguma coisa do tipo, mas a maioria da cidade não
3062 sabe, e a coleta de lixo é perfeita, pontual, regular há mais de 30 anos e está lá o
3063 lixão. Então, eu acho muito importante que mude a estratégia de implantação da
3064 Política Nacional de Resíduos Sólidos no tocante a finalização dos lixões, que
3065 passe a população a demandar e a entender a importância desse trabalho com
3066 relação a contaminação dos lençóis freáticos, a proliferação de vetores e

131

66

132

3067 roedores, e, principalmente, lá na minha cidade reitero, 300 catadores de lixo
3068 trabalhavam de forma desumana no lixão, durante anos e anos e agora, quando a
3069 prefeitura está com o projeto encaminhado de fazer o aterro sanitário e uma
3070 esteira de captação, com uma usina, enfim, todo o processo que tem que ser
3071 feito, há um grande resistência desses catadores em saírem do lixão, alegando
3072 que vão perder uma grande fonte de renda, gerando até um pedido do Ministério
3073 Público de retornar com essas pessoas, que retornaram para lá de uma forma
3074 mais organizada, vamos dizer assim, mas estão lá. Eu acho que o quê a nossa
3075 sociedade não pode admitir mais é: fazer-se esse trabalho de adaptação em
3076 lixões, isso é inadmissível em uma sociedade civilizada. Temos sim é que
3077 incentivar o trabalho das cooperativas de catadores, de reciclagem, os projetos de
3078 implantação de indústria e reciclagem. Temos aqui representantes dos
3079 trabalhadores, catadores de lixo, que estão aqui dentro do Conama, que é o maior
3080 conselho do País de meio ambiente. Então, mas temos que todos juntos combater
3081 veementemente essa situação desumana e de atraso civilizatório que são os
3082 catadores dentro de lixão. Isso é uma vergonha para o País e nós temos que
3083 trabalhar muito mais do que estamos trabalhando e cada um fazendo a sua parte,
3084 principalmente o governo investir mais numa estratégia mais eficiente, levar
3085 projeto, levar dinheiro, criar sanções mais duras aos prefeitos, cidades pequenas
3086 que podem, como todos sabem, fazer consórcios, um aterro sanitário é um
3087 trabalho de engenharia que não é muito complexo, não é muito difícil de resolver,
3088 basta que isso passe a entrar na pauta do prefeito, ele faz uma pesquisa, todo
3089 mundo quer o quê? Segurança, asfalto, escola, saúde, ninguém fala que quer
3090 aterro sanitário. Alguma pesquisa aparece lá que tem alguém quer aterro
3091 sanitário? A não ser alguém de nós, que seja entrevistado fala, senão não fala.
3092 Então, tem que mudar essa estratégia. Só isso. Obrigado.

3093
3094

3095 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos, então,
3096 para o Maurício Andrés da Agência Nacional de Águas.

3097
3098

3099 **O SR. MAURÍCIO ANDRÉS RIBEIRO (ANA)** - Bom, são duas abordagens.
3100 Primeiro, eu queria informar que dia 15 de dezembro vai haver a reunião plenária
3101 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e, no dia seguinte, vai haver um
3102 seminário sobre a crise hídrica, é um seminário que vai envolver o Governo
3103 Federal e os estados, particularmente, o caso lá de São Paulo, do PCJ e do
3104 Paraíba do Sul, ONGs também. Eventualmente, vai ser um seminário de um dia
3105 inteiro, dia 16 de dezembro, e pode ser que interesse aos Conselheiros do
3106 Conama, que estão interessados nesse tema da água e poderia ser uma primeira,
3107 vamos dizer, a primeira ocasião para tomar conhecimento do que vem sendo feito
3108 e também as lições aprendidas com essa crise. A segunda coisa é dar todo apoio
3109 ao Polignano e Bocuhy, que falaram aqui sobre a questão da água, a Ministra
3110 falou também, da importância de articular a gestão das águas com a gestão
3111 ambiental e acho que essa reidratação do Conama, que a pauta está, mais ou
3112 menos, desidratado, nós poderíamos dizer assim, existem muitos temas que o
3113 Conama se debruça, mas o tema da água ficou um pouco em segundo plano. Eu

133

67

134

3114 acho que seria muito oportuno, reidratar o Conama, e reidratar o Sisnama
3115 também, porque o Sistemas Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é
3116 muito importante, faz um trabalho ótimo de outorga, de cobrança, de
3117 planejamento, ele é muito necessário, mas ele é insuficiente, porque a pauta da
3118 água, se considerarmos o ciclo da água como um todo, não apenas água
3119 superficial e subterrânea, mas também a água atmosférica, os rios voadores, etc.
3120 ela extrapola muito a pauta do sistema de gestão de recursos hídricos. Então, isso
3121 é uma pauta para o Sisnama e para o Conama, nós queríamos dar um maior
3122 apoio a essas propostas que estão sendo feitas e colocar a ANA também à
3123 disposição para contribuir tecnicamente no que for possível.

3124
3125

3126 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,
3127 Maurício. Bom, vamos dar início aos nossos processos, com uma inversão de
3128 pauta, vamos começar pelo 7.4, vamos pelo 7.3, 7.2, 7.1. 7.4, em relação ao
3129 calendário de 2015, tudo bem, algum problema? Então, consideramos aprovado.
3130 Vamos para o 7.3, proposta de resolução do Conama que dispõe sobre o controle
3131 de utilização de produtos e processos para recuperação de ambientes hídricos e
3132 dar outras providências. Poderoso Márcio. Márcio, acho que você frequenta aqui
3133 tanto quanto eu, muda conselheiro e tal, mas quatro anos, você está em todas.

3134
3135

3136 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3137 **(Ibama)** – Acho que é o meu último agora. Boa tarde a todos. Márcio Freitas,
3138 Conselheiros representante do Ibama e presidente da Câmara Técnica de
3139 Qualidade de Gestão de Resíduos e vou fazer um breve resumo do que se trata
3140 essa Resolução e como foram as discussões no Grupo de Trabalho. Nós tivemos
3141 nove reuniões no Grupo de Trabalhos, mais duas ou três reuniões na Câmara
3142 Técnica antes da submissão a Câmara Jurídica e, posteriormente, a entrada aqui
3143 na Plenária. Essa Resolução, eu prefiro abordá-la pelo problema que ela pretende
3144 resolver. Essa é uma proposta do Ibama no sentido de equacionar um problema
3145 que o Ibama vivencia há muito tempo, que é a sequência do trabalho que o Ibama
3146 faz no registro de produtos e processos tanto para descontaminação de áreas
3147 contaminadas, no caso dos remediadores, quanto de ambientes hídricos. Nós
3148 temos dois instrumentos legais, que é a Lei 7.802 de 89, que é a Lei de
3149 Agrotóxicos, que trata e define a competência do Ibama para registrar produtos
3150 para serem utilizados em ambientes não agrícolas. Então, todos aqueles produtos
3151 utilizados para controle de proliferação de espécies nocivas, no nosso caso, ao
3152 meio ambiente, os produtos e processos utilizados como instrumento de controle
3153 do crescimento desordenado de espécies nocivas, são caracterizados pela nossa
3154 Lei como agrotóxico e, no caso de ambiente hídrico, é registrado pelo Ibama. A
3155 mesma coisa de remediadores ambientais, quer dizer, produtos e processos
3156 utilizados para descontaminação de ambientes, também é o Ibama, o órgão
3157 registrante. Qual o problema que nós vivenciamos? O registro, ele tem a mesma
3158 característica, se nós fizemos uma correlação com o que acontece na área de
3159 medicamentos, com o processo que permite que o produto vá para a prateleira da
3160 farmácia e não há em nenhum instrumento regulatório como é que se dá o

135

68

136

3161 receituário deste produto para o uso imediato. No caso do produto agrícola é o
3162 receituário agrônômico; no caso do produto para utilizar diretamente no meio
3163 ambiente, não existe essa previsão legal. Então, o que essa resolução traz é como
3164 é que se dá o processo de autorização para o uso desses produtos. Nós
3165 recentemente, este Conselho recentemente aprovou a Resolução 463 que
3166 substituiu a 314 de 2002, que trazia o procedimento para registro de remediadores
3167 e, na 463, nós prevíamos um artigo novo, que diz que a autorização para o uso de
3168 produtos e processos, deverá ser feita pelo órgão ambiental competente. Então,
3169 ela já cria a figura da autorização de uso. Esta Resolução aqui vem trazer,
3170 justamente, quais são os procedimentos para que um produto seja um agrotóxico
3171 utilizado para controle, por exemplo, de espécies invasoras, e, aí, eu cito os casos
3172 mais comuns a que os usuários dos recursos hídricos e, aqui nós temos uma
3173 ponte hidratante com a gestão de recurso hídricos, os usuários de recursos
3174 hídricos se deparam com crescimento, por exemplo, de macrófitas, de mexilhão
3175 dourado, que interfere diretamente nos usos, seja para o saneamento, seja para a
3176 geração de energia elétrica, e hoje nós não temos uma regulamentação de uso
3177 desses produtos e conseqüentemente não há autorização para uso de produto
3178 nenhum no País para combate a essas espécies invasoras. Então, qualquer
3179 combate de espécie invasora hoje, não tem nem produto registrado para essa
3180 finalidade e nem uma forma de autorização de uso, portanto, daí a importância
3181 dessa resolução nesse aspecto e também de estar com o aspecto da
3182 descontaminação. Recentemente, nós temos, no Ibama, um pedido de um produto
3183 para utilizar na lagoa Rodrigo de Freitas para torná-la mais viável do ponto de
3184 vista das Olimpíadas, como raia de competição de remo e demais esportes
3185 aquáticos, e o produto não pode ser utilizado, porque não há o registro ainda do
3186 produto e não há o processo de autorização de uso determinado. Então, essa
3187 série de questões que essa resolução busca resolver. É uma Resolução bastante
3188 sintética, ela tem praticamente um artigo que regulamenta isso, que é o artigo 5º
3189 e, no artigo 1º, ela define, claramente, o objetivo, que é do uso desses produtos e
3190 processos e, diga-se de passagem, também se enquadra a questão de processo
3191 físico, não estou falando apenas de produto químico ou produto biológico, são
3192 produtos químicos, produtos biológicos e processos, inclusive físicos. A remoção
3193 física de macrófitas, muitas vezes, traz problemas de alteração da qualidade de
3194 água e até inviabiliza alguns usos, como o próprio uso de abastecimento de água,
3195 se não for feito de maneira acompanhada, monitorada e bem orientada
3196 tecnicamente. Então, o que essa resolução traz, no artigo 1º, é que esses
3197 produtos e processos, os critérios aqui estabelecidos para produtos e processos
3198 devem-se ao controle, visam o controle populacional de espécies que estejam
3199 causando impacto negativo ao meio ambiente, à saúde pública e aos usos
3200 múltiplos da água e visam a recuperação ou remediação no corpo hídrico
3201 superficial. Então, basicamente isso, ela foi aprovada sem problemas na Câmara
3202 Técnica de Qualidade e na Câmara Jurídica e vem, então, a esse Plenário para
3203 apreciação dos senhores, eu fico a disposição para outras dúvidas que surjam.
3204 Obrigado.
3205
3206

3207 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,
3208 Márcio. Bocuhy, você quer manifestar-se.

3209
3210

3211 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – A nossa intervenção é
3212 no sentido de comunicar que nós estamos pedindo vistas ao processo e não só
3213 nós, mas acho que Instituto Guaicuy, Mira-Serra, só uma justificativa rápida. Nós
3214 temos uma preocupação com relação aos agrotóxicos aplicados em reservatórios
3215 para abastecimento humano e, nesse sentido, estamos fazendo uma consulta a
3216 Fundação Oswaldo Cruz, a Fundação Abrasco, Associação Brasileira de Saúde
3217 Coletiva, alguns especialistas dessas instituições para que nos deem segurança
3218 científica, com relação a alguns produtos hoje disponíveis licenciados para
3219 aplicação, que podem ser utilizados na aplicação dessa Resolução e se ela não
3220 poderia ser aprimorada nesse sentido. Também é importante registrar que a
3221 aprovação de uma Resolução como essa, ela deveria vir, claro, como sempre no
3222 bojo de uma política de saneamento que garantisse que os reservatórios não iriam
3223 ter a proliferação de macrófitas em função do lançamento de esgoto, isso acaba
3224 sendo o motivo do surgimento das macrófitas, mas acabamos atuando nesse caso
3225 aqui nos efeitos e não de forma mais estrutural. Então, é nesse sentido que
3226 estamos pedindo vistas. Obrigado.

3227
3228

3229 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vai reiterar?
3230 Pois não.

3231
3232

3233 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy)** - É reiterar
3234 exatamente a solicitação de pedido, colocando o seguinte: nós achamos
3235 importante a deliberação, eu acho que os motivos e razões deliberações
3236 explicadas aqui, elas justificam. Só que nós ponderamos, realmente, que tem
3237 algumas questões que têm que ser melhor aquilatas no sentido de que essa
3238 questão da biorremediação não vire a panaceia para tratamento daquilo que não
3239 estamos nos cursos d'água. Se isso virar uma prática para limpar rio, meter
3240 química ou biorremediação, isso não é melhor caminho resolver, Lembro até, aqui,
3241 um exemplo clássico que fizeram na Pampulha, que colocaram macrófitas para
3242 fazer a limpeza da lagoa, o que aconteceu é que elas proliferaram, ocuparam a
3243 lagoa toda, depois tiveram que remover isso e a qualidade da água piorou nesse
3244 ínterim, porque o esgoto que continuava caindo, ele persistiu ao longo do tempo.
3245 Então, nós não podemos fazer química das águas, entendendo que isso vá
3246 substituir. Entendemos que é importante, que precisa ser feito, mas temos
3247 considerações em relação ao que está posto aí, já até em reuniões prévias, já
3248 tínhamos comentado. Então, só reforçando o pedido de vistas.

3249
3250

3251 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Lisiane, você
3252 vai reforçar o reforço do pedido de vistas?

3253

3254

3255 **A SR^a. LISIANE BECKER (ONG Mira-Serra)** - Vou solicitar o pedido de vistas,
3256 não em relação à problemática, que acho que tem que ter regramento, realmente,
3257 mas, no entanto, algumas questões, além das já expostas, me levam a ter uma
3258 preocupação sobre órgão ambiental responsável por essa autorização de
3259 intervenção, por isso nós justificamos também o pedido de vistas.

3260

3261

3262 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Sugiro que os
3263 três mantenham contato permanente com Márcio, nesse meio tempo, para
3264 avançar as conversas. Bom, nós vamos então, para o processo 7.2, que trata da
3265 Resolução que envolve critérios e procedimentos para manejo de espécies
3266 nocivas a aviação em aeródromos públicos e militares. Você quer falar sobre
3267 pedido de vistas também?

3268

3269

3270 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Na verdade, eu gostaria que
3271 não fosse invertida pauta em relação à deliberação da primeira Resolução, porque
3272 as duas últimas, nós sabíamos que seriam breves os debates. Agora, a primeira,
3273 nós gostaríamos que ela permanecesse como o tema de pauta, de discussão,
3274 porque ela já foi trazida a essa Câmara, foi pedido vistas e nós queríamos fazer a
3275 apresentação do pedido de vistas e, se possível, deliberar sobre esse assunto
3276 hoje. Essa é a ponderação que a CNI faz aqui na Câmara.

3277

3278

3279 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Os aeródromos
3280 há um pedido de urgência, então, acho que vai ser rápido. Peço sua
3281 compreensão. Vamos lá. Em relação aos aeródromos, a Resolução trata do
3282 assunto que eu mencionei, o comandante Paulo vai fazer uma breve exposição.
3283 Basicamente, nós vamos... É basicamente votar a partir da exposição sobre a
3284 resolução. Pessoal, cinco de cada vez, por favor.

3285

3286

3287 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (Ministério da Defesa)** - Boa tarde,
3288 senhores Conselheiros, senhoras. Em março deste ano, nós colocamos essa
3289 resolução, pedimos urgência ao plenário porque se tratava de um matéria com
3290 vistas a facilitar, tanto do lado do operador do aeródromo que se via,
3291 frequentemente, com dificuldades de se obter uma orientação de como proceder,
3292 diante dos riscos de acidentes de aeronaves causado por faunas, dentro dos
3293 limites do aeródromo, dentro da área onde é propriedade do aeródromo e também
3294 isso causava dificuldades para o licenciador de como agir ou como dar uma
3295 licença diante de um desordenamento causado basicamente por essa falta de
3296 orientação de como elaborar um plano de manejo da fauna no interior da
3297 aeronave. Nós temos estatísticas, semanalmente temos incidentes aeronáuticos
3298 graves, de aeronaves de grande porte tendo que retornar para o aeródromo
3299 devido a choques com aves, talvez, o caso mais famoso que os senhores se
3300 recordam, deve ser aquela aeronave na saída do Hudson, do *Rio Hudson* em

3301 Washington, que houve aquele pouso forçado com aquele *boing*, que, felizmente,
3302 conseguiu posar na água com tranquilidade, com perícia do piloto, mas aquilo foi
3303 choque com aeronave. Então, essa nossa proposta deu entrada aqui em março,
3304 como eu tinha dito, mas havia problemas legais com a legislação de fauna do
3305 País, que nós tivemos a colaboração, embora tenha sido feito no âmbito, inclusive,
3306 sempre com o Ministério do Meio Ambiente colaborando conosco desde o início,
3307 mas, na parte que tangia, especificamente, a legislação de fauna, o nosso diretor
3308 Marcelo Marcelino colaborou muito conosco e isso foi motivo de fazer-se um
3309 substitutivo àquele primeiro projeto para corrigir aquelas ilegalidades e sofreu
3310 novas alterações e aperfeiçoamentos na Câmara Técnica de Biodiversidade, o
3311 projeto, foi muito debatido, foi bastante aperfeiçoado e, novamente, na Câmara
3312 Técnica de Assuntos Jurídicos, novamente, muito debatido, com a participação de
3313 muitos representantes daqui do nosso Conselho, sofreu novos aperfeiçoamentos e
3314 creio que o momento está pronto para ser apreciado. Será um bom sinal que nós
3315 vamos dar para a sociedade, de que nós estamos agindo tanto no sentido de
3316 reduzir riscos aeronáuticos, quanto preservar corretamente dentro da legislação a
3317 fauna brasileira. Dr. Marcelo, se quiser acrescentar alguma coisa, por favor.
3318
3319

3320 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** - Só vou complementar
3321 aqui, as palavras do comandante Paulo, só dizer rapidamente do que trata a
3322 resolução. Como ele bem falou, foi necessário fazer um ajuste para que ela
3323 pudesse ficar dentro dos limites da Lei 12.752, e ela basicamente traz um roteiro
3324 metodológico, elaboração do plano de manejo de fauna em aeródromos, porque a
3325 Lei diz que, só mediante esse plano, é que se pode fazer qualquer intervenção
3326 com a fauna. Então, a resolução traz todo um roteiro para a construção do plano
3327 de manejo e traz também o regramento para autorização do plano de manejo, e
3328 traz também um dispositivo para os casos emergenciais que surgiram, como tratar
3329 as questões emergenciais. Então, é uma resolução bastante técnica, não tem
3330 grandes complexidades, mas ela dá uma segurança tanto a quem vai elaborar
3331 quanto a segurança e o conforto para quem vai estar autorizando. Traz todo esse
3332 regramento muito claro. A nossa recomendação é pela sua aprovação. Só mais
3333 um adendo, é que a motivação dessa resolução, que embora a lei não requeira
3334 uma regulamentação, ela é plena, tem uma execução plena, mas havia uma
3335 dificuldade por parte dos órgãos ambientais que teriam que, que têm que aprovar,
3336 que autorizar, em aplicar a Lei. Então, a resolução vem para trazer,
3337 principalmente, esse conforto na aplicação da Lei 12.752, no que tange a
3338 autorização dos planos de manejo de fauna em aeródromos.
3339

3340
3341 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,
3342 comandante, e obrigado, Marcelo. Por gentileza, aqueles que forem a favor da
3343 Resolução ergam os seus crachás. Pois não Tadeu.
3344

3345
3346 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Nós tínhamos participado
3347 da primeira discussão da Câmara de Controle Ambiental e havíamos proposto a

3348 retirada da palavra nociva e foi mantida e, várias vezes, nós pedimos para retirar e
3349 continuaram mantendo. Dá impressão de que o animal é nocivo e o homem que é
3350 o... Não tem sentido isso aí. Mas está lá escrito.

3351

3352

3353 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Só no
3354 processo. O processo começou a tramitar no Conama, realmente, com a palavra
3355 nociva. Depois nós tivemos uma mudança, ao longo das Câmaras Técnicas,
3356 principalmente na Câmara Técnica de Biodiversidade, na qual nós mudamos já e
3357 o texto a ser aprovado, que vai ser colocado, tem como preâmbulo: Proposta de
3358 Resolução Conama que dispõe sobre critérios e procedimentos para elaboração e
3359 autorização do plano de manejo de fauna em aeródromos. A questão é só da capa
3360 do processo, que continuou originalmente, mas a Resolução a ser aprovada aqui
3361 hoje e votada não contém a palavra nociva em nenhum momento.

3362

3363

3364 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Só para concluir. Eu
3365 pessoalmente, não tomei conhecimento do teor, acho que a defesa do Ministério
3366 da Defesa está mais preocupada com a integridade das aeronaves do que com a
3367 fauna em torno.

3368

3369

3370 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Tadeu, o
3371 assunto já está superado. Vamos em frente, por favor.

3372

3373

3374 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Claro que dentro da
3375 aeronave, existem passageiros, mas eu vou votar contra.

3376

3377

3378 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Já perdeu o
3379 objeto da sua fala. Obrigado. Vamos colocar em votação, por gentileza. Você
3380 também, Bruno? Agora não. Nós estamos em votação. Por favor. Nós vamos
3381 colocar em votação. Os que forem a favor, por favor, se manifestem a favor. 40.
3382 Os que forem contra, por favor, se manifestem. 1. Abstenções? Está aprovada a
3383 iniciativa. Bom, vamos, então, a nossa resolução principal de hoje. Essa vai ser
3384 uma parada. Proposta de Revisão Conama 334/03, que dispõe sobre os
3385 procedimentos de licenciamento ambiental referentes ao recebimento de
3386 embalagens vazias de agrotóxicos. Proponentes CNI, relatora Zilda. Nós temos,
3387 se não me engano, seis pareceres. Zilda e Wanderley. Sugiro que vocês
3388 comecem a rolar a bola e depois vamos ver os pareceres.

3389

3390

3391 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Boa tarde. Nós estamos
3392 examinando o pedido de vistas, então não sei se precisamos apresentar
3393 novamente, é uma Resolução e eu vou falar um parágrafo é a resolução que
3394 trata de critérios para licenciamento de postos de recolhimento de embalagens de
3395 agrotóxico, essa Resolução está vigor desde 2003, ela tratava simplesmente de

145

73

146

3396 embalagens vazias, um reflexo da lei que é 2000 e com o advento da Política de
3397 Resíduos Sólidos, o Inpev, que é vinculado a CNI, o Wanderley vai falar daqui há
3398 pouco, ele nos procurou primeiramente, depois solicitou formalmente ao Conama
3399 a inclusão de resíduos porque a lei fala em agrotóxico, seus resíduos e
3400 embalagens. Então era esse o objeto principal da Resolução.

3401
3402

3403 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom Senhor Secretário, um
3404 questionamento que eu faria na última reunião, infelizmente eu não pude estar
3405 presente, mas o tema não foi apresentado na sua extensão as motivações da
3406 revisão da Resolução, do que se trata essa revisão, porque foi solicitado um
3407 pedido de vistas. Eu queria consultar a plenária se vocês gostariam que nós
3408 fizéssemos essa apresentação porque ela está pronta, está disponível para nós
3409 explicarmos o motivo da revisão da Resolução para depois aí eu acho que fica
3410 mais fácil nós deliberarmos sobre o contexto, sobre o texto como um todo e a
3411 discussão de emendas. Podemos fazer? Não é necessário? Está todo mundo
3412 confortável? Se não há necessidade eu acho que podemos então, na verdade,
3413 nós defendemos o texto, a Doutora Zilda já explicou a motivação, é uma
3414 adequação à lei 12.305, basicamente é isso para que possamos também trazer
3415 para o Sistema de Coleta de Embalagens Vazias de Agrotóxico aqueles resíduos.
3416 Basicamente é isso, é um aprimoramento do sistema que vai trazer ganhos
3417 ambientais importantes principalmente para o homem do campo. Ok?

3418
3419

3420 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Só uma
3421 questão de ordem aqui em relação a essa proposição, o que está acontecendo?
3422 Basicamente nós tivemos um pedido de vista específico em relação a 6 entidades,
3423 a nossa sugestão de encaminhamento é que essas seis entidades, caso queiram,
3424 façam uma breve explanação, uma breve apresentação desses pareceres, caso
3425 queiram, simplesmente, após isso nós podemos começar a aprovação do texto
3426 base e depois do texto base nós partimos para aprovação das emendas
3427 específicas. Acho que nós podemos organizar dessa forma, ou seja, primeiro,
3428 breve apresentação das 6 entidades que é Sodemap, Ecotrópica, Apromac, MMA,
3429 Ibama e CNI, como a Zilda já se colocou, não sei se a CNI quer complementar,
3430 mas quem gostaria de falar em relação ao seu pedido de vista, ao seu parecer
3431 apresentado faça aqui primeiramente, brevemente, após disso passamos à
3432 aprovação do texto base e emendas.

3433
3434

3435 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos lá.

3436
3437

3438 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Entrar embalagem com resíduo
3439 porque hoje a Resolução trata só da embalagem triplíce lavada. Com resíduo de
3440 agrotóxico. Eu poderia ter falado isso na minha fala inicial, mas MMA, Ibama e CNI
3441 fizeram pareceres pela manutenção do texto. Sodemap, Ecotrópica e Apromac
3442 fizeram sugestões ao texto, depois nós trabalhamos sobre as sugestões que

3443 foram feitas por essas três entidades da Sociedade Civil. Mas eu acho que isso vai
3444 ser refletido na hora de debatermos o texto propriamente dito.

3445

3446

3447 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Perfeito,
3448 caso ninguém queira colocar mais uma apresentação específica dos pareceres,
3449 nós aprovamos o texto base e vamos direto para as emendas inseridas por cada
3450 uma das entidades. Ok? Então, vamos para aprovação?

3451

3452

3453 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Primeiro
3454 regime de votação em relação ao texto base. Naturalmente das emendas são
3455 objeto de votação específica, os que estiveram de acordo, por favor, ergam seus
3456 crachás. Os que forem contrários ao texto base? Abstenções? Então, o texto base
3457 está considerado aprovado, vamos ver agora as emendas específicas. A primeira
3458 emenda em temos na ordem do texto foi de quem?

3459

3460

3461 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Emenda da
3462 Sodemap já em considerandos. Sodemap e Apromac. Proposta original,
3463 considerando a lei 12.305/2010, que institui a política Nacional de Resíduos
3464 Sólidos em seus art. 30 e 33 expressamente instituiu a responsabilidade
3465 compartilhada pelos resíduos de produtos agrotóxicos, obrigando o consumidor a
3466 devolver as embalagens contendo resíduos, além das embalagens vazias. A
3467 proposta então feita pelo parecer da Sodemap e Apromac foi a seguinte
3468 modificação: considerando que a lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional
3469 de Resíduos Sólidos em seus artigos 30 e 33, expressamente instituiu
3470 responsabilidade compartilhada pelos agrotóxico, seus resíduos e embalagens,
3471 corta de produtos agrotóxicos, depois, obrigando os fabricantes, importadores,
3472 distribuidores e comerciantes desses materiais a estruturarem e implementarem
3473 sistema de logística reversa, que permita ao consumidor devolver esses produtos
3474 e resíduos de forma segura para a saúde e para o Meio Ambiente. Sodemap,
3475 Apromac, quem gostaria de defender a proposta? Se alguém for contrário já se
3476 inscreve aqui a pessoa para depois falar e entramos em votação. Temos a Zilda
3477 aqui já para se colocar.

3478

3479

3480 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Boa tarde a todos. De fato nós já
3481 conversamos com a CNI a respeito desse considerando, eles concordam, foi para
3482 adequar, que na responsabilidade não fique sobre o consumidor, nós estamos na
3483 verdade adequando o texto à legislação nacional de que quem tem que estruturar
3484 o sistema não é o consumidor, o consumidor, no entanto, é parte da cadeia,
3485 também tem a sua responsabilidade. Então, foi nesse sentido a proposta de
3486 emenda.

3487

3488

3489 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Não entendi a proposta da
3490 Apromac porque o considerando anterior, considerando que a lei 12.305 institui a
3491 Política Nacional de Resíduos Sólidos em seus art. 30 e 33, a Apromac e a
3492 Sodemap estão propondo é uma explicitação do que já está nesses artigos que
3493 são citados no considerando anterior. Então assim, eu acho que é uma repetição e
3494 não seria necessário. Isso daqui é a definição de responsabilidade compartilhada
3495 que está no 30 e está detalhada no 33. Então assim, não seria necessária. Se o
3496 plenário achar que é necessário eu tenho uma correção ao texto porque está
3497 faltando algumas palavras ali no meio que foram retiradas em relação ao que está
3498 na lei, mas de certa forma o que está sendo transcrito aqui é o está no art. 30 que
3499 já está no considerando anterior. Então, ou fica uma ou fica a outra, nós estamos
3500 usando texto repetido.

3501
3502

3503 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – O nosso objetivo é usar os considerando
3504 como uma forma pedagógica de instrução, a primeira leitura da Resolução. Esses
3505 são os motivos dos considerandos.

3506
3507

3508 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós vamos
3509 colocar em votação. Os que estão a favor da incorporação da sugestão
3510 apresentada pela Sodemap e Apromac, por favor, ergam seus crachás. 14. Os
3511 que forem contrários, por favor, ergam seus crachás. Então, foi mantida a redação
3512 original.

3513
3514

3515 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Outra
3516 proposta da Sodemap/Apromac também. Logo no considerando número... 7º
3517 considerando.

3518
3519

3520 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Pelo número que o senhor falou não tem
3521 quórum.

3522
3523

3524 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Se você quiser
3525 fazer um pedido de quórum está no seu direito.

3526
3527

3528 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Gostaria de fazer a contagem de quórum.

3529
3530

3531 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Então, vamos
3532 verificar o quórum e vamos verificar se temos condição de continuar ou não a
3533 votação. Segundo a Adriana nós já perdemos o quórum. Então, a Resolução fica
3534 para a próxima. Nós vamos tentar amanhã de manhã, infelizmente não podemos
3535 deliberar agora, amanhã estarei aqui as 09h00 da manhã para verificar se temos
3536 condição de dar sequência aos trabalhos.

3537

3538

3539 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Amanhã às
3540 09h00 da manhã, nós seguimos deliberando. Teve gente que não votou? Então,
3541 vamos fazer a contagem. Por favor, levantando os crachás. Gostaria que todos
3542 levantassem os crachás para poder contar rapidamente. Por gentileza. Vamos lá,
3543 por gentileza, vamos levantar os crachás para conferir a contagem e quórum aqui.
3544 45. Como o quórum é 48 vou contar novamente para termos certeza. Acho que é
3545 melhor chamar alguém para continuar aqui. Vamos fazer a contagem agora fila
3546 por fila. Levantando o crachá, por gentileza. O João está me lembrando que pelo
3547 Regimento o Secretário conta também como. 48. 49 temos quórum, podemos
3548 deliberar. Vamos seguindo. Voltando onde estava, considerando proposta
3549 Sodemap/Apromac. Considerando que posto central de recebimento de
3550 embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos são
3551 empreendimentos potencialmente a poluidores. A mudança só uma vírgula. Então,
3552 eu acho que não precisamos deliberar sobre isso, podemos passar para o
3553 próximo. O próximo são só mudanças meramente, só para mostrar para vocês,
3554 mudanças formais, se fosse possível vou não...

3555

3556

3557 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu queria
3558 propor uma votação sobre as mudanças formais serem consideradas todas
3559 aprovadas em um voto de confiança na condução dos trabalhos aqui. Vocês
3560 concordam, por favor, que as mudanças formais sejam todas consideradas
3561 aprovadas?

3562

3563

3564 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Aprovado.
3565 Ótimo. Obrigado. Vamos para o art. 1º esse temos uma diferença aqui. Art. 1º.

3566

3567

3568 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Eu retiro a emenda do art. 1º.

3569

3570

3571 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Retira art.
3572 1º. Então, vamos seguindo para o art. 2º inciso III. Retira também Zuleica? Retira
3573 todo o art. 2º inciso III incluiu só a ideia de resíduo para. Também é de forma.
3574 Desculpa. Art. 3º também é forma. Art. 3º § 1º. Retira?

3575

3576

3577 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Art. 3º § 1º eu retiro a parte: acompanhado
3578 de anotação de responsabilidade técnica, do responsável técnico e permanecerá
3579 cronograma físico financeiro para execução do mesmo e daí corrigindo o
3580 português, e medidas de recuperação da área atingida e de indenização.

3581

3582

3583 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Ótimo. A
3584 diferença é, o original é art. 3º: a localização, construção, instalação, modificação

3585 e operação do posto de central de recebimento de embalagens agrotóxicas e
3586 afins, vazias, ou contendo resíduos, estarão sujeitos ao licenciamento pelo órgão
3587 ambiental competente, observados os critérios técnicos e exigências constantes
3588 nos anexos, sem prejuízo de outra licença legalmente exigíveis. § 1º original: no
3589 caso do encerramento de atividades o empreendedor deve: previamente requerer
3590 autorização para desativação juntando plano de encerramento de atividades, nele
3591 incluindo medidas de recuperação da área atingida, indenização das possíveis
3592 vítimas; a proposta mantida pela Sodemap/Apromac coloca o seguinte texto: no
3593 caso de encerramento das atividades o empreendedor deve previamente requerer
3594 autorização para desativação juntando o plano de encerramento de atividades e
3595 cronograma físico financeiro para a execução do mesmo. É isso?
3596
3597

3598 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Não. Que mantenha o que contemple o
3599 diagnóstico de passivo ambiental remanescente.
3600

3601
3602 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Desculpa.
3603 Plano de encerramento de atividade que contemple o diagnóstico de passivo
3604 ambiental remanescente e cronograma físico financeiro para a execução do
3605 mesmo.
3606

3607
3608 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Que a representante da Inpev está dizendo
3609 que o plano de encerramento terá que ter obrigatoriamente o cronograma físico
3610 financeiro. Existe algum problema de mantermos, pergunto à Inpev e CNI, a parte
3611 do diagnóstico de passivo ambiental remanescente, mantendo só então que
3612 contemple a diagnóstico de passivo ambiental remanescente e medidas de
3613 recuperação, como está no original da área atingida e da indenização das vítimas.
3614

3615
3616 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Então, a
3617 Apromac coloca só acréscimo de: que contemple diagnóstico de passivo
3618 ambiental remanescente e cronograma físico e financeiro para a execução do
3619 mesmo.
3620

3621
3622 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Na verdade até para expor
3623 aqui, a CNI agradece as ONGs que previamente nos disponibilizaram as
3624 emendas, propostas de emendas, então, nós agradecemos por isso. No fundo no
3625 fundo o que nós analisamos é se isso agregava clareza e objetividade,
3626 simplificação do texto da Resolução. Em nossa avaliação as propostas que foram
3627 trazidas elas não agregariam, por exemplo, neste caso especificamente que eu
3628 estou tratando plano de encerramento de atividade, um plano de encerramento de
3629 atividade é completo, vai muito além dos pontos que estão enumerados aqui pela
3630 Apromac. Então, nós achamos que isso não agrega, não traz agregação ao texto.
3631 Eu prefiro nesse caso, prefiro o texto original que é mais limpo e mais claro,

3632 porque tudo que a Zuleica e inclusive a anotação de responsabilidade técnica está
3633 dentro do plano de encerramento. Então, não precisa explicitar aqui. No fundo
3634 fazemos a defesa porque essa Resolução, e é um caso raro Conselheiros, essa
3635 Resolução passou por três Câmaras, passou por duas Câmaras Técnicas, a
3636 Câmara de Qualidade Ambiental e a Câmara de Controle Ambiental e na Câmara
3637 Jurídica. Então, o texto foi muito bem trabalhado, nesse aspecto nós defendemos
3638 o texto original. Gostaríamos que permanecesse como está.

3639

3640

3641 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) –** Regime de
3642 votação, então?

3643

3644

3645 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Vamos em
3646 relação ao parágrafo votar se mantemos o texto original ou não. Os que forem a
3647 favor da manutenção do texto original, por favor, ergam suas mãos, os crachás.
3648 Por favor ergam seus crachás. Aprovado o texto original.

3649

3650

3651 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) –** Art. 3º § 2º.

3652

3653

3654 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Desculpa interromper, mas no § 1º tem uma
3655 correção de português.

3656

3657

3658 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Não vamos
3659 discutir as questões de português.

3660

3661

3662 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Então, fica e de identificação de possíveis
3663 vítimas.

3664

3665

3666 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) –** Ok.
3667 Obrigado. Seguindo então nós temos o art. 3º, agora temos outro parágrafo que é
3668 o § 2º que a proposta da Sodemap/Apromac é incluir duas palavras aqui no texto.
3669 O texto original coloca que para estar habilitado o recebimento de embalagens
3670 contendo resíduos de agrotóxicos e afins, o posto central de recebimento já em
3671 operação deverá requerer adequação da licença ambiental ou licenciamento
3672 ambiental mediante a apresentação de plano específico ao órgão competente.
3673 Está incluindo simplesmente a palavra vigente aí no texto. E a palavra específico
3674 também, desculpe, li errado, o plano original está sendo incluído aqui. Então
3675 temos licença ambiental vigente e específico.

3676

3677

3678 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Conversando o pessoal da CNI não há
3679 nenhum problema dessa correção aí para melhorar, porque só se pode adequar
3680 uma licença ambiental que esteja vigente. E o plano é específico.

3681

3682

3683 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Wanderley
3684 concorda então? Então, há acordo, se ninguém tiver nada contrário no plenário
3685 aprovamos por consenso. Aprovado por consenso então. Seguindo nós temos
3686 uma proposta da Ecotrópica também, não sei se mantém a proposta específica
3687 aqui, que insere que para estar habilitado ao recebimento contendo resíduos de
3688 agrotóxicos e afins, o estabelecimento comercial, posto ou central, ou seja, se
3689 insere estabelecimento comercial para além de posto ou central de abastecimento.
3690 Ecotrópica defende da proposta? Mantém? Quer defender na tribuna? Não
3691 precisa. Alguém é contrário?

3692

3693

3694 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Tenho uma dúvida, secretário,
3695 estabelecimento comercial não constava na proposta anterior, não foi discutida em
3696 nenhuma das três Câmaras. E não é... Estabelecimento que comercializa
3697 agrotóxicos não é sujeito a licenciamento ambiental. Aí é a dificuldade que eu
3698 tenho em relação a isso.

3699

3700

3701 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Você quer
3702 manter a proposta, Zuleica?

3703

3704

3705 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Eu quero fazer defesa pela Ecotrópica
3706 então. O espírito da emenda é que o estabelecimento comercial vai ser o receptor
3707 das embalagens contendo agrotóxico. Não é isso? Tem algum erro? Pelo que eu
3708 estou entendendo se ele vai receber antes de enviar para a central, ele vai estocar
3709 em algum lugar esse material perigoso.

3710

3711

3712 **A SR^a. MARIA HELENA (Inpev)** – Boa tarde. Meu nome é Maria Helena, trabalho
3713 no Inpev. Na verdade a embalagem contendo o resíduo é devolvida diretamente
3714 pelo agricultor aos estabelecimentos, às unidades de recebimento do Sistema
3715 Campo Limpo, sejam postos ou centrais, não para estabelecimentos comerciais.

3716

3717

3718 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos colocar
3719 em votação então se introduzimos ou não estabelecimento comercial. Os que
3720 forem a favor da proposta Ecotrópica, por favor, ergam os crachás.

3721

3722

3723 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Então, nós retiramos a emenda.

3724

3725

3726 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Então, está
3727 retirada a proposta. Vamos em frente.

3728
3729

3730 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Art. 5º
3731 original. Os critérios de adequação do estabelecimento comercial para as
3732 operações de recebimento e armazenamento temporário de embalagens
3733 agrotóxicas e afins, vazios ou contendo resíduos serão definidos pelo órgão
3734 competente. Temos aqui algumas diferenças pequenas no caput e uma inclusão
3735 de um Parágrafo Único pela Sodemap. Caput proposta Ecotrópica:
3736 estabelecimento comercial... Retira a proposta tendo em vista estabelecimento
3737 comercial já ter sido votado? Obrigado. Nós retiramos, Ecotrópica retira a
3738 proposta, seguimos para o Parágrafo Único. O Parágrafo Único é a proposta da
3739 Sodemap/Apromac. Parágrafo Único: a localização e operação de central de
3740 recebimento de embalagens de agrotóxico e afins, vazias ou contendo resíduos
3741 deverá obedecer restrições aplicáveis ao depósito de agrotóxicos, notadamente no
3742 que se refere à distância mínima de estabelecimentos de saúde, estabelecimento
3743 de ensino, cursos e corpos d'água, unidades de conservação, APPs e reservas
3744 legais, entre outros.

3745
3746

3747 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Essa emenda veio de uma engenheira
3748 química da Fepam do Rio Grande do Sul, que achou importante colocar essa
3749 menção na Resolução já que estamos fazendo a revisão dela, isso faltou,
3750 estabelecer essa parte importante para o licenciamento que é segurança química,
3751 embora a Ministra não citou até hoje uma Política Nacional de Segurança Química
3752 estamos tentando fazer essa política nas Resoluções do Conama minimamente.
3753 Então, acredito que já conversamos com a CNI, não foi colocado nenhum óbice a
3754 essa proposta e também estávamos lá fora conversando com a Zilda Veloso e não
3755 levantaram nenhuma questão contrária a essa emenda. Então, nós vamos mantê-
3756 la.

3757
3758

3759 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Na verdade, a nossa posição é pela rejeição da
3760 inclusão do parágrafos por três razões: a primeira é porque a regra de critérios
3761 mínimos para localização dos postos centrais já está definida na própria
3762 Resolução no Anexo I e art. 6º, inclusive aí se refere a questões como distância
3763 mínima de corpos hídricos, residências, escolas, e inclusive com o raio de
3764 distância dessas atividades; segundo lugar nós acreditamos que não faz sentido
3765 estabelecer para uma unidade que vai receber embalagens vazias e eventuais
3766 restos de produtos, as mesmas restrições aplicáveis para depósitos cheios de
3767 embalagens cheias de agrotóxicos porque os riscos efetivamente não são
3768 comparáveis. E, além disso, a Resolução define critérios mínimos podendo o
3769 órgão licenciador local estabelecer critérios mais rigorosos. Então, por isso que a
3770 nossa recomendação é pela não incorporação desse parágrafo.

3771
3772

3773 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Esclarecimento rápido. Eu falei
3774 para o recebimento...

3775
3776
3777 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Só um
3778 instante. Gente, é o seguinte, isso aqui já foi discutido exaustivamente, está sendo
3779 trazido para cá porque naturalmente não houve consenso. Eu vou admitir uma fala
3780 sim outra fala não porque nós estamos caminhando para esclarecimentos infinitos
3781 sobre questões que sinceramente, está muito claro, tem proposta de mudança e
3782 proposta de manutenção. Então, daqui para frente é uma fala para manter e outra
3783 fala para mudar. E fim. Ok? Então, esse parágrafo, por favor, a Zuleica
3784 representou a proposta, a colega já apresentou o contrário, vocês vão agregar
3785 alguma coisa, os outros três inscritos?

3786
3787
3788 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Não. Eu só queria dizer que falei
3789 na fala anterior, Secretário, eu disse na fala anterior que não era permitido no art...

3790
3791
3792 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Zilda, com
3793 certeza você já disse isso ontem ou antes de ontem. Infelizmente vocês estão
3794 trazendo para cá a impossibilidade de consenso que ocorreu anteriormente. Vocês
3795 estão submetendo ao plenário a uma discussão que vocês não chegaram ao
3796 consenso. Então, uma fala a favor e uma fala contra e votação. Você vai
3797 acrescentar alguma coisa a isso? Se não acrescentar eu vou cortar na hora.

3798
3799
3800 **O SR. PAULO POLIANO** – Eu vou defender do ponto de vista da saúde. Só vou
3801 reforçar que embora embalagem esteja vazia ela tem resíduo. Então,
3802 evidentemente,

3803
3804
3805 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Por favor, já foi
3806 feito esse argumento pela Zuleica. Os que forem a favor da manutenção do texto
3807 original, por favor, ergam seus crachás. 30. Os que forem contrários à
3808 manutenção do texto original, por favor, ergam seus crachás. Manutenção do texto
3809 original. Vamos em frente.

3810
3811
3812 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Art. 6º
3813 proposta da Sodemap: para o licenciamento ambiental de posto... Espera aí,
3814 vamos ler primeiro a proposta original aqui. Para o licenciamento ambiental de
3815 posto central deverá ser apresentado o plano de gerenciamento de resíduos
3816 perigosos e no mínimo os itens relacionados abaixo. Proposta Sodemap/Apromac,
3817 art. 6º: para o licenciamento de posto e de central, o empreendedor deverá
3818 apresentar. Então, retira a questão de no mínimo e algumas questões específicas.
3819 E temos também uma proposta da Ecotrópica que muda para a estabelecimento
3820 comercial. Como já vimos isso retira. Certo? Karen... Ecotrópica retira a proposta,

3821 temos só a proposta da Sodemap com um outro caput para o art. 6º, alguém
3822 defende?

3823
3824

3825 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – A proposta que vem da área de Engenharia
3826 Química e Resíduos Perigosos do Rio Grande do Sul é o seguinte, porque o plano
3827 de gerenciamento seria colocado no item 12, se o senhor olhar mais adiante,
3828 então por isso foi tirado do caput do 6º para fazer parte do rol de documentos,
3829 simplesmente para adequar melhor a norma a uma forma melhor. Então, por isso
3830 que tem várias... E dentro desse rol de requisitos, entendeu Zilda? Dentro desse
3831 rol de requisitos que o empreendedor deverá apresentar e aí tem uma série de
3832 outras emendas, mas a retirada do plano de gerenciamento e resíduos perigosos
3833 dali é para colocar ele dentro do rol. Só isso. Acomodar ele...

3834
3835

3836 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Alguma...
3837 Wanderley.

3838
3839

3840 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Então há o
3841 consenso? Vamos em frente. Inciso III.

3842
3843

3844 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – A proposta que
3845 a Conselheira Zuleica apresentou foi no mesmo espírito das colocações que o
3846 Wanderley tinha feito anteriormente, simplificações e até repetições. Ele acatou
3847 em nome da CNI, então, estamos supondo que esse não é um ponto para ser
3848 objeto de discussão uma vez que houve consenso entre o proponente e a
3849 emenda.

3850
3851

3852 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Do rol do
3853 art. 6º nós temos a Sodemap inserindo uma diferença no Inciso III. É isso?

3854
3855

3856 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – No caso da emenda da Ecotrópica nós
3857 retiramos então.

3858
3859

3860 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – A Karen já
3861 retirou. Inciso III: croqui... Então, um dos itens do rol croquis de localização dos
3862 postos e centrais locando o mesmo dentro de bacia hidrográfica, ou sub-bacia
3863 com rede de drenagem em área de preservação permanente, edificações,
3864 vegetação em um raio mínimo de 500 metros. Proposta Sodemap/Apromac.
3865 Planta de localização em escala compatível do posto ou da central, identificando
3866 em um raio de 500 metros as ocorrências e instalações tais como curso hídricos,
3867 APPs, tipos de vegetação, uso do solo, residencial, industrial, entre outros, temos
3868 um rol exaustivo e um outro não, o outro só exemplificativo. Zuleica.

3869

3870

3871 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Art. 6º Inciso**
3872 **III.**

3873

3874

3875 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** A diferença é que ali fala, no original, bacia
3876 hidrográfica e sub-bacia com rede de drenagem, área de preservação
3877 permanente, edificações e vegetação. A engenheira química que está costumada,
3878 a Doutora Carmem Niquel que nos ajudou, da Abema, ela sugeriu esse texto.
3879 Planta de localização e escala compatível do posto da central, identificando em
3880 um raio de 500 metros, isso já está no original ali, só que está aqui na frente agora
3881 as ocorrências e instalações tais como cursos hídricos. Então, melhorou a forma
3882 de citar usando cursos hídricos ao invés da bacia hidrográfica, APPs, que não
3883 tinha, aliás, tinha área de preservação permanente tipo de vegetação, uso do solo,
3884 essa é a introdução diferente, institucional, residencial, industrial entre outros. É
3885 uma questão de segurança química.

3886

3887

3888 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) – Obrigada.**
3889 **Zuleica.**

3890

3891

3892 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) –** Secretário, isso está tudo no
3893 anexo, isso que está sendo sugerido está tudo no anexo, item 3 do anexo, o
3894 anexo dos critérios técnicos mínimos, requeridos para licenciamento ambiental, de
3895 postos e centrais de recebimento de embalagens de agrotóxico e afins, vazias e
3896 contendo resíduos. Lá está detalhado. A área escolhida para construção do posto
3897 central, inciso III. Do posto central de recebimento de embalagens de agrotóxicos
3898 e afins, vazias ou contendo resíduos devem estar ou dispor distantes de corpos
3899 hídricos, tais como lagos, rios, nascentes; distantes e segura de residências,
3900 escolas, postos de saúde; devidamente identificado. Então, já está tudo lá, não
3901 tem necessidade de repetir no caput dentro do texto.

3902

3903

3904 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Zuleica, você
3905 já argumentou. Nós vamos votar ou você se dá por satisfeita ou não. Se não se
3906 der por satisfeita nós vamos votar, numa boa.

3907

3908

3909 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) –** Alterações
3910 de texto especificamente que não tem alteração de mérito nós vamos fazer via
3911 Departamento, pedimos que acompanhe a Patrícia e pegue essa informação.

3912

3913

3914 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Zuleica, a
3915 pergunta é o seguinte, você quer que vai à votação ou os esclarecimentos que
3916 foram colocados satisfazem?

167

84

168

3917

3918

3919 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Estou examinando aqui que o anexo I são
3920 os critérios mínimos para o licenciamento ambiental de postos. E o art. 6º são os
3921 documentos que ele deve apresentar. Então, aqui está se falando de uma planta
3922 de localização em escala compatível. Não é isso? Do posto, está dando detalhes
3923 técnicos do documento que tem que ser apresentado. Lá adiante vai ser falado
3924 dos critérios técnicos mínimos, que o órgão ambiental deve requerer. Então,
3925 quando ele for no Inciso III a área escolhida, quando for fazer a alternativa
3926 locacional ou não no processo de licenciamento, ele vai levar em conta a distância
3927 dos corpos hídricos, a segurança. São dois assuntos me parecem diferentes.

3928

3929

3930 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Perfeitamente.
3931 Então, você prefere que seja colocado em votação. Os que forem a favor da
3932 manutenção do texto original, por favor, ergam seus crachás. Os que forem a
3933 favor da sugestão proposta pela Sodemap/Apromac, por favor, ergam seus
3934 crachás. Abstenções? Foi mantido o texto original. Vamos em frente.

3935

3936

3937 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Seguindo.
3938 Inciso 4º é só mera redação. Inciso 6º temos uma proposta da Sodemap/Apromac
3939 aqui. Original. Programa de capacitação, como um dos requisitos de todos os
3940 operadores ou manuseadores envolvidos. Proposta Sodemap/Apromac. Programa
3941 de capacitação de todos os agentes, não mais operadores e manuseadores,
3942 envolvidos. E aí vem a grande mudança, na operação central mesmo aqueles que
3943 desempenhem atividades não diretamente ligadas ao manuseio de embalagens
3944 de resíduos de agrotóxicos, observando o dispostos nas normas
3945 regulamentadoras do Ministério do trabalho e Emprego sobre segurança e saúde
3946 no trabalho, agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e Aquicultura.
3947 Zuleica defende a proposta da Sodemap e Apromac?

3948

3949

3950 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Essa proposta veio da Fundacentro, nós
3951 podemos até retirar a parte da regulamentação que foi solicitada pela CNI no
3952 aspecto do Ministério do Trabalho. Eu gostaria de saber se o representante do
3953 Ministério do Trabalho está presente?

3954

3955

3956 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** –
3957 Representante do Ministério do Trabalho está aqui?

3958

3959

3960 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Aparentemente
3961 não.

3962

3963

3964 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Foi uma preocupação do setor de saúde
3965 ocupacional e no debate nós entendemos que realmente não é necessário colocar
3966 esse tipo de colocação, já está regrada. Então, nós poderíamos propor, fazer uma
3967 contraproposta. Os programas... Trocar operadores ou manuseadores por
3968 agentes, melhorar a redação, envolvido na operação da central, mesmo aqueles
3969 que desempenhem atividades não diretamente ligadas ao manuseio de
3970 embalagens, todos aqueles que estiverem envolvidos na operação, nem todos vão
3971 manusear a substância tóxica, mas estarão presentes no ambiente onde pode
3972 haver derramamento, vapor e etc. Então, poderíamos chegar até onde está
3973 agrotóxicos, não é isso? Fica aberto para uma adequação.

3974
3975

3976 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Também
3977 não entendi direito. A ideia seria programa de capacitação de todos os operadores
3978 e manuseadores, não, retira isso. Agentes.

3979
3980

3981 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Agentes envolvidos na operação da Central.
3982 Mesmo aqueles que desempenham atividades não diretamente ligadas ao
3983 manuseio de embalagens de resíduos de agrotóxicos.

3984
3985

3986 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós achamos que o texto
3987 original é mais claro é mais objetivo e a representante do Inpev me trouxe uma
3988 questão, é estranho não ter os operadores, aqueles que manuseiam todo o
3989 trabalho ligado às embalagens. Ela vai ter que treinar também as mesmas
3990 pessoas que estão ligadas à área administrativa? Creio que não. Então,
3991 indiretamente eu acho que expande demais, traz subjetividade e eu acredito que a
3992 proposta original é mais clara em relação a quem deve ser treinado. Então,
3993 pedimos ao plenário que apoie o texto original que foi acordado nas Câmaras
3994 Técnicas.

3995
3996

3997 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Wanderley, só
3998 um esclarecimento aqui, eu estou com uma dúvida, eu estou com cinco propostas
3999 aqui na minha frente, uma delas é o texto original, depois tem outra que
4000 aparentemente é da própria CNI e Inpev que acrescenta envolvidos, observando o
4001 disposto nas normas regulamentares.

4002
4003

4004 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós entramos em acordo
4005 depois, Secretário, vendo que essa proposta poderia trazer conflito jurídico e na
4006 verdade nós queremos manter o texto original.

4007
4008

4009 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – E proposta da
4010 Zuleica?

4011
171

4012

4013 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – A única
4014 proposta que temos aqui é a proposta da Sodemap, a proposta da Ecotrópica é
4015 em relação à capacitação semestral e certificação, que é outra coisa. Depois
4016 discutimos essa, vamos primeiro aprovar essa e depois passamos para a
4017 semestral e a certificação.

4018

4019

4020 **O SR. PAULO POLIANO** – Eu só quero defender aqui do agente porque é o
4021 seguinte, mesmo que ele não manipule, mas vamos dizer, eu tenho experiência
4022 porque tivemos acidente desse tipo, que uma pessoa desinformada
4023 administrativamente, um motorista, qualquer um, ele pega eventualmente, um
4024 Secretário, resolva entrar inadvertidamente, porque o espaço é possível. Então
4025 assim, e ele possa sim fazer o uso indevido. Então, todo mundo que está
4026 envolvido na cadeia tem que saber do que se trata. Então, o fato de ele estar
4027 numa atividade administrativa não isenta ele do risco ou da responsabilidade.
4028 Então, eu quero chamar a atenção de todos em relação a isso, porque aqui nós
4029 estamos dizendo de precaução de trabalhadores da área. Então, mesmo que ele
4030 não tenha uma atividade direta, mas não isenta a possibilidade de risco de ter
4031 contato e o risco de ter contato nos obriga a ter sim uma qualificação de todos que
4032 estão envolvidos. É uma defesa pela saúde de todos. Eu acho que é só isso.

4033

4034

4035 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Texto que a
4036 Zuleica propôs acho que contempla isso.

4037

4038

4039 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – A Política Nacional de Resíduos
4040 Sólidos fala em operadores ela não fala em agentes.

4041

4042

4043 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Desculpe. Por
4044 favor, vocês não estão ouvindo o que eu estou dizendo aqui. Nós já tivemos três
4045 argumentos a favor e agora vamos para o terceiro também do outro ponto de
4046 vista, eu não estou afirmando disso, por favor, nós temos um plenário aqui, estamos
4047 com o quórum frágil, vamos tentar resolver. As propostas estão suficientemente
4048 claras, aqui não é o lugar de fazer o dever de casa que tinha que ter sido feito
4049 antes. Nossa obrigação é trazer aqui propostas claras para submeter ao plenário,
4050 não podemos trazer confusão para cá, essa provavelmente é a última reunião que
4051 eu presido, por favor, vamos colaborar. A proposta de redação original, proposta
4052 pela CNI e a proposta da Sodemap/Apromac trabalha com o termo agentes no
4053 sentido amplo que o Polignano argumentou com muita propriedade. Então, os que
4054 defendem a proposta original, por favor, levante o braço. 15. Os que defendem a
4055 proposta da Sodemap/Apromac, por favor. Passou a proposta da
4056 Sodemap/Apromac com a redação dos agentes. A proposta da Ecotrópica em
4057 relação ao programa de capacitação ser semestral e certificação de todos os
4058 operadores.

173

87

174

4059

4060

4061 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) –** Retira
4062 Karen? Mantém? Alguém defende?

4063

4064

4065 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Bom acho que é importante, a preocupação
4066 da Ecotrópica foi estabelecer uma periodicidade dessa capacitação. Acho
4067 interessante e gostaríamos de manter.

4068

4069

4070 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA (Representante da Inpev) –** Na verdade, todas as
4071 unidades de recebimento do sistema dispõem de PPRA e PMCSO. Nós
4072 acreditamos que a forma de capacitação dos trabalhadores deve ser definida por
4073 normas trabalhistas e estabelecidas. No PPRA e PMCSO. Então, não faz sentido
4074 nós na Resolução CONAMA estabelecermos essa periodicidade quando na
4075 verdade isso deveria ficar a critério do órgão licenciador e aí em função de
4076 características específicas isso ser estabelecido nesses dois programas.

4077

4078

4079 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) –** Ministério da
4080 Saúde tem uma terceira proposta. O entendimento de vocês é manter a proposta.
4081 Os que forem a favor da manutenção da proposta original, não envolvendo
4082 estabelecimento de periodicidade semestral e certificação, por favor, ergam seus
4083 crachás. Os que forem contrários, introduzindo periodicidade no processo de
4084 capacitação semestral e certificação, por favor, ergam seus crachás. Mantida a
4085 redação original.

4086

4087

4088 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) –** A próxima
4089 proposta então, tem uma proposta do Ministério da Saúde especificamente.
4090 Mônica mantém a proposta? Mantém a proposta. Eu vou dar uma lida na
4091 proposta, não temos como projetar porque recebemos há pouco tempo, mas vou
4092 tentar ler e colocar como ela seria depois passamos para a defesa. Originalmente
4093 seria o programa de monitoramento toxicológico de todos os operadores ou
4094 manuseadores envolvidos, com exames médicos periódicos, com pesquisa de
4095 agrotóxicos no sangue. A nova redação proposta pelo Ministério da Saúde que
4096 acabou de aparecer aí na tela é de que se coloque a seguinte redação: programa
4097 de monitoramento toxicológico de todos os operadores... Programa prevenção de
4098 riscos ambientais, assim como de monitoramento periódico da saúde, de todos os
4099 trabalhadores de acordo com as normas vigentes do Ministério do Trabalho e
4100 Emprego e Ministério da Saúde. Mônica, por gentileza, se puder defender.

4101

4102

4103 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS) –** Na verdade, eu
4104 propus essa nova redação, primeira coisa, primeiro o sentido do monitoramento
4105 toxicológico de todos os operadores, pesquisa no sangue isso não é assim que
4106 trabalhamos no Ministério da Saúde para investigação de intoxicado.

175

88

176

4107 série de outros exames e parâmetros e ficaria muito amplo e sem nenhuma
4108 objetividade; então, o Ministério do Trabalho apresenta duas normativas a RNR 07
4109 e a RNR 09 que já contempla toda essa investigação de avaliação de risco
4110 ambientais e saúde do trabalhador. Então, por isso que eu sugiro essa nova
4111 redação contemplando as normativas já existentes nos dois Ministérios.
4112
4113

4114 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Vamos retirar a nossa emenda em favor da
4115 emenda do Ministério da Saúde.
4116
4117

4118 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – É porque o
4119 Conama faz a regulamentação de normas ambientais, nós estamos começando a
4120 captar normas de outros Ministérios, de outras políticas, trazendo para cá e não é
4121 competência do Conama ficar ratificando norma de outro Ministério. Se já existe a
4122 norma no Ministério da Saúde, não tem porque trazer para cá também. Então, eu
4123 acho que não podemos ficar tentando buscar normas de outros Ministérios para o
4124 Conama. Minha sugestão é retirada dessa proposta por conta, não indo contra o
4125 que ela diz, mas porque ela trata de outra competência de outro Ministério.
4126
4127

4128 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Regime de
4129 votação.
4130
4131

4132 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Temos três
4133 propostas. Proposta são duas, de manutenção da redação original ou de
4134 introdução da proposta do Ministério da Saúde.
4135
4136

4137 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Não tem da Ecotrópica?
4138
4139

4140 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós vamos
4141 votar de novo semestral? Não vamos. Ecotrópica retirou a proposta. A proposta
4142 original da CNI, por favor, os que estiverem de acordo ergam seus crachás.
4143
4144

4145 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – A proposta original e a proposta do
4146 Ministério da Saúde. Não é?
4147
4148

4149 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Zuleica, você
4150 ouviu o que eu falei? Por favor. A proposta original é a do texto como eu disse
4151 reiteradamente como foi antecipado no início a proposta que o Wanderley listou
4152 como do texto simplificado pelas argumentações que ele expôs da CNI, original, a
4153 proponente CNI. Por favor, os que forem a favor da manutenção do texto original.

4154 Os que forem a favor do texto produzido pelo Ministério da Saúde. 24. Foi
4155 introduzido o texto proposto pelo Ministério da Saúde.

4156
4157

4158 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Temos a
4159 proposta da Ecotrópica colocando de novo a ideia de exame médicos semestrais.
4160 Karen, retira a proposta? É o Inciso VII que estamos seguindo aqui. Programa de
4161 monitoramento toxicológico. Mantém? Retira? Retira a proposta a Ecotrópica,
4162 passamos para o próximo. O próximo é... Tem mais uma proposta da Ecotrópica
4163 aqui embaixo falando sobre o programa de monitoramento de solo e água, no
4164 mínimo 16 parâmetros de potabilidade. Karen, estamos agora no inciso VIII que
4165 também a Ecotrópica tinha uma proposta. Retira a proposta ou mantém a
4166 proposta? Se quiser um tempo para pensar o Ministério da Saúde tem uma
4167 proposta também. Retira a proposta da Ecotrópica.

4168
4169

4170 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Só gostaria que
4171 retirasse a parte dos 16 parâmetros, o resto permanecer e fica igual a original.

4172
4173

4174 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Temos uma
4175 proposta em conjunto. Desculpe, Mônica, por quê? Já defende, aproveita e
4176 defende. Defende porque você está mantendo programa de monitoramento de
4177 solo e de água no mínimo potabilidade. É isso? Nas áreas de postos e centrais de
4178 atendimento. Retira tudo e mantém a proposta original. Temos a proposta original
4179 por consenso.

4180
4181

4182 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Tiramos a emenda.

4183
4184

4185 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Temos
4186 proposta da Ecotrópica, Inciso X. Sistema de controle e recebimento, destinação
4187 de embalagens vazias contendo resíduos, em conformidade com o plano de
4188 gestão de resíduos perigosos. Mantém?

4189
4190

4191 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Desculpa. Faltou o IX. Programa
4192 de comunicação social interno e externo.

4193
4194

4195 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – É verdade.
4196 Desculpa. Pulei o IX. O IX também temos uma proposta do Ministério da Saúde.
4197 Não é isso? Vamos lá. Original: programa de comunicação social interno e externo
4198 alertando sobre os riscos ao meio ambiente e à saúde.

4199
4200

4201 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Só acrescentar
4202 saúde humana.

4203
4204

4205 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Proposta
4206 de redação é só inserir ao final à saúde humana. Temos alguns problemas ou
4207 não? Não. Podemos aprovar por consenso esse aqui? Aprovado por consenso.
4208 Vamos para o Inciso X. Sistema de controle de recebimento de destinação de
4209 embalagens vazias ou contendo resíduos. Proposta da Ecotrópica acrescentar
4210 com o plano de gestão de resíduos perigosos. Karen, mantém? Alguém defende?
4211 Ninguém defende? Alguém é contrário? Também não? Então é consenso.

4212
4213

4214 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Sou contrária porque nós
4215 estamos descrevendo os itens mínimos, o plano de gerenciamento de resíduos
4216 perigosos já consta desse item. Então, não tem necessidade de citar em outro
4217 caput.

4218
4219

4220 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Concorda
4221 Zuleica? Então, temos consenso, mantemos a proposta original. Temos mais uma
4222 proposta de um novo inciso da Sodemap e Apromac para inserir mais um inciso
4223 nesse art. 6º no qual se coloca o inciso XII: plano de gerenciamento... É a mesma
4224 coisa não é Zuleica? Podemos retirar também? Já foi colocado, não tem nova
4225 proposta aqui da Sodemap, a Sodemap retira a proposta.

4226
4227

4228 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Queria um esclarecimento. Quando nós
4229 votamos a caput desse artigo nós perdemos? Porque nós propusemos transferir,
4230 quero saber se votaram contra isso, daí vai ter que manter lá e tira aqui, senão
4231 coloca aqui que nós achamos que era mais lógico, mas se foi rejeitado. Então
4232 ficou? O que aconteceu com o art. 6º? Foi rejeitado nossa emenda? O caput do 6º
4233 foi rejeitado?

4234
4235

4236 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – A sua
4237 proposta foi aprovada. O caput que foi aprovado pelo Plenário é: para o
4238 licenciamento ambiental de posto de central o empreendedor deverá apresentar,
4239 dois pontos.

4240
4241

4242 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Tem que colocar o inciso XII porque faz
4243 parte do...

4244
4245

4246 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Primeiro,
4247 vamos ler o inciso XII que é um inciso acrescentado: plano de gerenciamento de
4248 resíduos perigosos. Quem defende? Tirando do caput e jogando para um inciso,

4249 esse é um consenso. Então, o acréscimo do XII está inserido por consenso, tendo
4250 em vista a retirada do caput. Inciso XII agora temos uma outra... Ecotrópica retira
4251 também o inciso XII. Ótimo. Então, vamos para o art. 7º. Art. 7º não tem problema,
4252 o que nós temos é a Sodemap e Apromac apresentando um novo artigo, uma
4253 sugestão de um art. 8º. Aliás, para depois ser renumerado, mas após o art. 7º
4254 seria a inserção de um novo artigo dizendo que os operadores de central de
4255 recebimento de embalagens de agrotóxico e afins, vazias ou contendo resíduos
4256 deverão informar ao Ibama anualmente ou em periodicidade menor que for
4257 exigida, a quantidade de embalagens de agrotóxicos vencidos ou obsoletos.
4258 Esses precificados por produto que forem recebidos em cada uma de suas
4259 unidades, bem como as respectivas destinações e outras informações requeridas
4260 em normativa própria do Ibama. Também coloca a redação de um Parágrafo
4261 Único. As informações referidas no caput comporão o relatório anual a ser
4262 publicado pelo Ibama em seu sítio eletrônico e livremente disponibilizado a
4263 qualquer interessado. Zuleica mantém a proposta ou retira a proposta?
4264
4265

4266 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** – Boa tarde a todos. Meu nome é Gilberto
4267 Werneck, trabalho no Ibama, na Diretoria de Qualidade Ambiental, um dos
4268 instrumentos que nós fazemos a gestão na Diretoria de Qualidade Ambiental é o
4269 Cadastro Técnico Federal. Então, nós trabalhamos diretamente com informações
4270 de relevância ambiental. O Ibama participou das discussões dessa Resolução e
4271 inclusive nós pedimos vistas e no pedido de vistas nós reiteramos o relatório, o
4272 primeiro relatório onde nós acolhíamos esse assunto a ser discutido no Conama,
4273 nós víamos relevância nisso e sabemos que esse sistema de logística reversa que
4274 está apresentado feita a gestão pelo Inpev, ele não é um sistema novo, ele já tem
4275 aí mais de 10 anos de uso e nós não temos nenhum problema com relação às
4276 informações sobre, vamos falar, sobre a gestão das embalagens de agrotóxicos,
4277 das embalagens vazias. Com a inserção das embalagens contendo agrotóxico
4278 essas informações vão fazer parte do universo gerenciado pela própria Inpev que
4279 representa os fabricantes importadores que são os responsáveis por dar a
4280 destinação ambientalmente adequada às embalagens. Então, nesse caso quando
4281 tratamos de um sistema de logística reversa novo nós temos a tendência natural
4282 de colocar o controle para o Ibama em Resoluções como essa. Nesse caso nós
4283 não nos sentimos à vontade porque a próprio Inpev já faz isso com bastante
4284 propriedade e ele não mantém essas informações públicas não somente a
4285 autoridades públicas como nós, mas também para qualquer cidadão ou qualquer
4286 representação da sociedade civil que queira a informação. Então, nesse sentido
4287 para não criarmos uma duplicidade de sistemas ou não criar um espelho e assim
4288 não ter um desperdício do erário público com um sistema que vai fazer
4289 simplesmente uma réplica do que está posto, nós somos contrários à inserção
4290 desse artigo novo. Obrigado.
4291
4292

4293 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado.
4294 Gilberto.
4295

4296

4297 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Retira.
4298 Então aprovado.

4299

4300

4301 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos para os
4302 anexos. Anexo I, a proposta da Sodemap/Apromac é de complementar a redação
4303 do primeiro tópico. Zuleica.

4304

4305

4306 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – O item do anexo I. a engenheira achou
4307 muito ruim essa expressão, a qualquer tempo. Então, a ideia seria, na verdade, o
4308 que se queria seria dizer sobre qualquer condição climática. E completando para
4309 melhorar a redação, observadas as restrições e critérios estabelecidos na
4310 legislação e pelo órgão ambiental licenciador.

4311

4312

4313 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA (Representante da Inpev)** – Na verdade, o nosso
4314 ponto nessa inclusão é que sobre qualquer condição climática ele é muito amplo,
4315 não é possível prever a condição climática, quer dizer, a grande maioria das
4316 unidades de recebimento estão em zona rural e quando chove as estradas ficam
4317 complicadas. Além disso o agricultor tem um ano para devolver a embalagem, ele
4318 não é obrigado a devolver em um dia atípico, em um dia que tenha uma chuva
4319 muito forte. O a qualquer tempo ele tinha também uma conotação de que o
4320 agricultor poderia devolver isso quando desejasse e não debaixo de qualquer
4321 condição climática com inundação ou com furacão tropical ou algo que o valha.
4322 Então, nós achamos muito complicado manter sobre qualquer condição climática
4323 por que de fato não há como garantir isso.

4324

4325

4326 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – A proposta
4327 original ou coloca um acréscimo? Só para entender. CNI defende a proposta
4328 original?

4329

4330

4331 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA (Representante da Inpev)** – Nós defendemos a
4332 proposta original ou no mínimo a supressão da expressão sobre qualquer
4333 condição climática.

4334

4335

4336 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Então ficaria assim a proposta dela, ela
4337 disse ou um ou outro. Então, fica complicado. Então, poderíamos tirar na emenda
4338 sobre qualquer condição climática e manteríamos observando as restrições e
4339 critérios estabelecidos na legislação.

4340

4341

4342 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Seria de
4343 consenso, possibilidade de consenso, localização preferencialmente em zona

185

93

186

4344 rural, zona industrial, em área de fácil acesso a qualquer tempo, observadas as
4345 restrições e critérios estabelecidos na legislação pelo órgão ambiental licenciador?
4346 É isso? É repetitivo, mas é consenso? Alguém teria objeção a essa redação? Ou
4347 seja, localização, preferencialmente em zona rural ou zona industrial, em área de
4348 fácil, mantém a qualquer tempo observadas as restrições e critérios estabelecidos
4349 na legislação e pelo órgão ambiental licenciador.

4350
4351

4352 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Pode ser assim?

4353
4354

4355 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) –** Alguém
4356 tem alguma coisa contrário a essa redação? Então, temos uma redação aprovada
4357 no inciso 1 do anexo I. Aprovada então a proposta que seria essa de consenso
4358 que a CNI chegou ao final, que seria aprovado o seguinte, preferencialmente...
4359 Mantém o mesmo texto original e acresce só a parte observadas as restrições e
4360 critérios estabelecidos na legislação e pelo órgão ambiental licenciador. Bem,
4361 temos ainda mais uma proposta colocada no Inciso II. Retira a proposta?

4362
4363

4364 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac) –** Não temos um acordo aqui. Retirar a
4365 palavra máxima.

4366
4367

4368 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) –** Então, é a
4369 proposta de consenso. A escolha do local e do projeto deverá obedecer aos
4370 critérios de, retira “o máxima” de redução de risco de extravasamento ou
4371 carreamentos agrotóxicos para o meio ambiente, ou disposição das populações de
4372 entorno, adotando medidas hábeis a suportar as condições climáticas
4373 características da região, em terrenos não sujeitos a enchentes,
4374 desmoronamentos ou erosão. Proposta de consenso? Aprovada então a proposta
4375 da Apromac com a pequena diferença de retirada da palavra máxima. Proposta de
4376 consenso que a CNI estava propondo e a Apromac aceitou. A próxima mudança é
4377 o 4º. Inciso IV, letra B. o Inciso IV tem do Ministério da Saúde também, não sei se
4378 Mônica está aí. Gostaria de falar. O caput do inciso IV é: o empreendedor ou
4379 responsável pelo posto ou central deve apresentar plano de gerenciamento
4380 estabelecendo e providenciando no mínimo, e nesse caso nós temos proposta do
4381 Ministério da Saúde e da Sodemap.

4382
4383

4384 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS) –** É no C a nossa
4385 colocação.

4386
4387

4388 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama) –** A
4389 colocação do Ministério da Saúde é no C. a colocação da Apromac é na letra B.
4390 então, vou pedir para a Apromac em relação a essa pequena diferença ela insere:
4391 programa de capacitação de todos os operadores ou manuseadores envolvidos

187

94

188

4392 com certificação relativo às atividades. É a proposta de redação, acho que está
4393 aceita por consenso pelo plenário. Vamos para a proposta do Ministério da Saúde
4394 em relação a letra C.

4395
4396

4397 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – É porque tem que
4398 fazer um ajuste, já que ela foi aprovada anteriormente que se faça remetendo ao
4399 Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério da Saúde, que se faça o ajuste
4400 aí também. O texto proposto por nós é só para ajustar um com o outro.

4401
4402

4403 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – A proposta
4404 original é plano de monitoramento toxicológico, periódico de todos os operadores
4405 e manuseadores envolvidos. A proposta colocada pelo Ministério da Saúde é:
4406 programa de prevenção de riscos ambientais. É isso? Assim como de
4407 monitoramento periódico da saúde de todos os trabalhadores, de acordo com as
4408 normas vigentes do Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde.

4409
4410

4411 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Nós retiramos a nossa emenda em favor do
4412 Ministério da Saúde.

4413
4414

4415 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Então, só
4416 temos uma votação que é a proposta do Ministério da Saúde de nova redação
4417 remetendo ao Ministério do Trabalho e ao próprio Ministério da Saúde. Regime de
4418 votação. Secretário? Regime de votação então temos a proposta original, plano de
4419 monitoramento toxicológico periódico de todos os operadores e manuseadores
4420 envolvidos, e a nova redação proposta pela Mônica. Tem alguém que queira
4421 defender contrário a isso? Então, há consenso. Consenso? Então consenso tendo
4422 em vista que já que foi votado a inclusão do Ministério da Saúde nesse aspecto.
4423 Seguindo então. Temos agora, passando para a letra C, vamos para o Inciso V,
4424 proposta Sodemap/Apromac, inciso V: o empreendedor Sodemap/Apromac
4425 sugerem retirar ou responsável deixar só o empreendedor estabelecerá
4426 juntamente com o responsável técnico, retirando o encarregado ou supervisor do
4427 posto da central, o manual de operações, retira o protocolo contendo os
4428 procedimentos a serem adotados para o recebimento, triagem, armazenamento
4429 temporário e recolhimento para destinação final das embalagens de agrotóxicos e
4430 afins, vazias ou contendo resíduo. Zuleica, retira a proposta ou mantém?

4431
4432

4433 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Parece que tem consenso.

4434
4435

4436 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Aprovada
4437 por consenso proposta Sodemap/Apromac para o inciso V. Inciso VI temos aqui
4438 uma pequena diferença. O original é: o empreendedor deverá fornecer ao usuário
4439 no momento da devolução um comprovante de recebimento de embalagens

189

95

4440 vazias e aí da Sodemap coloca ou contendo resíduos. É isso? Acho que é
4441 consenso isso. Então, passamos para o próximo, consenso, aprovada a proposta
4442 da Sodemap/Apromac. Temos mais um aqui, letra C, quantidade e tipo, plástico,
4443 vidro ou metal de embalagens recebidas, ou seja, a Sodemap está propondo só
4444 inserir embalagens recebidas de agrotóxicos e afins. É emenda de redação isso?
4445 Eu acho que não, podemos ver aqui. Então vamos lá. A original é essa,
4446 embalagens, quantidade e tipo de embalagens de agrotóxicos e afins vazias ou
4447 contendo resíduos recebidos. Só troca o final para o meio. É de redação isso. Há
4448 alguma objeção a isso? Então, mantemos como emenda de redação, já está
4449 aprovada pelo plenário. Seguindo. Inciso VIII. Este procedimento deve estar
4450 previsto no manual de operação acima. Inciso V. proposta Sodemap/Apromac.

4451
4452

4453 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Item VII? Nós retiramos a nossa proposta
4454 porque o original está melhor.

4455
4456

4457 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Retirada a
4458 proposta do VII, passamos para o inciso VIII. Inserir em vez de deverá fornecer
4459 equipamentos de pressão individual, deverá oferecer aos seus funcionários e
4460 colaboradores. Mantém a proposta Zuleica? Mantém a proposta a Zuleica. CNI, há
4461 consenso ou não? Passamos para a defesa e votação? Consenso. Aprovada a
4462 proposta Sodemap/Apromac, inserindo no inciso VII aos seus funcionários e
4463 colaboradores. Inciso IX, acréscimo de condições mínimas necessárias de
4464 segurança. Tem consenso? Proposta original condições mínimas necessárias
4465 para operação e instalação de postos e centrais de recebimento de embalagens
4466 vazias de agrotóxicos e afins. Proposta da Sodemap/Apromac é incluir condições
4467 mínimas necessária de segurança. Zuleica, mantém a proposta? CNI.

4468
4469

4470 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA (Representante da Inpev)** – Eu vejo que condições
4471 mínimas de segurança é mais restritiva do que o texto original, condições mínimas
4472 necessárias para instalação. Então, por nós está ok.

4473
4474

4475 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Há consenso de manter segurança porque
4476 é o seguinte, porque se você deixa só condições mínimas necessárias pode ser
4477 qualquer coisa, a interpretação é tão livre.

4478
4479

4480 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Consenso.
4481 Aprovada a proposta Sodemap/Apromac, condições mínimas de segurança para
4482 instalação. Vamos agora para a letra C do inciso X. Inciso X diz no caput: a área
4483 dedicada para acondicionamento, armazenamento temporário de embalagens
4484 contendo resíduo de agrotóxico deve. Letra C possuir kit de emergência,
4485 contendo: extintor de pó químico, saco de vermiculita, areia, barrica de 50 litros
4486 plástica, vassoura e pá, placa de instrução de uso. Proposta da

4487 Sodemap/Apromac. Possuir kit de emergência para caso de intoxicação e para
4488 caso de vazamento de agrotóxicos e afins, contendo: extintor de pó químico, saco
4489 de vermiculita, areia, bombona plástica de vassoura e pá, placa de instrução de
4490 uso e vazamento deverão ser atendidas as orientações do Ibama para agrotóxico
4491 e afins. Alguém para defender a proposta ou retira a proposta Zuleica?
4492
4493

4494 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Posso fazer um
4495 posicionamento contrário já de início?
4496
4497

4498 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Para
4499 convencer a Zuleica a retirar a proposta.
4500
4501

4502 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Na verdade quando
4503 eles colocam kit de intoxicados, emergência de intoxicados isso tem o
4504 entendimento que isso é um risco à saúde. Por quê? Cada tipo de agrotóxico
4505 estabelece uma conduta médica diferenciada da outra, como o leigo não sabe
4506 qual é o produto que ele se intoxicou naquele momento, o que Ministério da Saúde
4507 recorre? Que ele imediatamente seja enviado a um Centro de Intoxicação
4508 Toxicológica para que seja atendido corretamente por um funcionário do Ministério
4509 da Saúde. Então, isso é um perigo à população, transmite uma falsa segurança.
4510
4511

4512 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Ibama, os
4513 senhores estão citados aqui, os senhores têm alguma posição a respeito disso?
4514 Quero que o Ibama se manifeste.
4515
4516

4517 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não entendemos a
4518 colocação do Ibama aí, primeiro que não é o Ibama que licencia e segundo porque
4519 não existem orientações do Ibama para manuseio de agrotóxico, existe para o
4520 registro de agrotóxico.
4521
4522

4523 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Retira a
4524 proposta ou vamos para votação? Mantemos a original então. Anexo II. Está
4525 acabando. O Anexo II só tem uma diferença que é uma proposta da
4526 Sodemap/Apromac para incluir nesse anexo grande que é essa tabela específica
4527 no item 5, o item 5 diz sobre as embalagens lavadas, incluir, vestiários. É isso a
4528 ideia?
4529
4530

4531 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – O que engenheira quis dizer é que da forma
4532 como está escrito no original...
4533
4534

4535 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Desculpa.
4536 Na verdade vocês têm três propostas. Agora que eu percebi. Vocês têm uma
4537 proposta no item 5. Item 5, original, área coberta, específica para armazenagem
4538 temporária de embalagens contaminadas, separadas das lavadas.

4539
4540
4541 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – o que a engenheira entende, ela trabalha
4542 com licenciamento e fiscalização é que na leitura disso tem-se a impressão de que
4543 a embalagem lavada não é contaminada, ela entende que a embalagem mesmo
4544 lavada continua contaminada. Então, sugeriu melhorar a redação.

4545
4546
4547 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Você tem
4548 uma sugestão de texto? Não tem sugestão de texto. Então, vamos ouvir o Inpev
4549 sobre essa diferença de embalagens lavadas.

4550
4551
4552 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA (Representante da Inpev)** – na verdade o
4553 entendimento dessa engenheira está equivocado, porque as embalagens lavadas
4554 não estão contaminadas, existe uma ABNT, a 03/968 que determina que uma vez
4555 que a embalagem passou pelo processo de tríplex lavagem ela não é mais um
4556 resíduo perigoso, portanto, ela não é contaminada.

4557
4558
4559 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Consenso.
4560 Então, a outra sugestão no item 14 O original é piso e impermeabilização como
4561 exigência mínima para instalação. Proposta Sodemap/Apromac: piso
4562 impermeabilizado: sistema de permeabilização Pead/GCL ou outro equivalente
4563 sobre o concreto armado e sistema de drenagem, coleta de eventuais arrastes,
4564 derrames e vazamentos. Zuleica, retira a proposta?

4565
4566
4567 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Nós não costumamos definir
4568 tecnologia técnica construtiva em Resolução do Conama. Eu sugiro a retirada e
4569 isso fica a critério, cada caso é caso, o Brasil é muito grande, nós não
4570 costumamos fazer isso. Então, eu sugiro a manutenção do texto original.

4571
4572
4573 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – manter o
4574 texto original tendo em vista mudanças futuras. Retira? Retirado. Então, vamos
4575 para a última. A última e incluir aqui na questão das instalações sanitária, no
4576 Inciso XIV: instalações sanitárias com acesso externo ao galpão ou pelo escritório.
4577 Incluiria... Desculpa XXIV, lendo errado, é isso mesmo XXIV.

4578
4579
4580 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Há consenso de que se que mantenha a
4581 nossa emenda.

4582
195

4583

4584 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – O que a
4585 Sodemap/Apromac está colocando é de inserir vestiários. Ficaria: instalações
4586 sanitárias e vestiários com acesso externo ao galpão ou pelo escritório. Há
4587 consenso? Temos consenso na última proposta realizada. Aprovada aí a mudança
4588 feita. Inclui vestiário. (*Palmas!*).

4589

4590

4591 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal nós
4592 vamos passar para os informes agora, peço a atenção de vocês porque esses
4593 informes são para nós bastante importantes e relevantes e vão interessar e
4594 surpreender a todos vocês aqui. Eu queria convidar o Márcio para fazer o primeiro.

4595

4596

4597 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Secretário, eu vou
4598 passar a palavra para o Doutor Gilberto Werneck que é o coordenador geral de
4599 gestão de qualidade do Ibama, responsável por essa área e que vai apresentar o
4600 relatório de pneus a esta plenária.

4601

4602

4603 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** – Bom, mais uma vez, boa tarde a todos.
4604 Nós vimos aqui apresentar mais uma vez o relatório de pneumáticos sobre o
4605 cumprimento da Resolução 416, que trata da destinação ambientalmente
4606 adequada de pneumáticos em servíveis. Os dados que nós vamos apresentar
4607 obviamente são relativos ao ano base de 2013, eles foram consolidados então
4608 esse ano e os resultados que vimos apresentar é o seguinte: em 2013 o mercado
4609 de reposição de pneus que é aquele cujo... É onde gera o pneu inservível, ele teve
4610 em volumes de mercado 53.333.000 unidades de pneus fabricados no País,
4611 colocados em mercado de reposição. Isso equivale a mais ou menos 764.000
4612 toneladas, desse total 66% são pneus fabricados por empresas nacionais e 34%
4613 são pneus importados. Em comparação ao ano anterior, em 2013 do relatório que
4614 nós apresentamos aqui ao Conama isso representou um aumento no mercado de
4615 6% em questão de unidades ou 10% em peso. E ano passado também os valores
4616 eram de 63% do mercado nacional e 37% do mercado de importados. Então,
4617 podemos verificar que a indústria nacional nesse quesito ela dominou esse ano de
4618 2013. Então, o que ficou determinado como meta de destinação? Os fabricantes
4619 tinham em toneladas a meta de 352.000 toneladas, 352.756 toneladas, o
4620 cumprimento desse ano foi de 377.12 tonelada, representante 106,93% da meta
4621 estabelecida. O importador tinha uma meta de 182.511 toneladas e realizou
4622 destinação de apenas 114.440 toneladas, o cumprimento foi de 62,20%. Com
4623 relação ano passado os fabricantes haviam destinado 105% e os importadores
4624 79%. Então, a meta que vimos apresentar hoje foi essa que o Brasil continua
4625 acima dos 90% da destinação de pneus. Então, com 91% de tudo que foi
4626 destinado, quase 92, 91,85 foram os pneus destinados, àqueles destinados ao
4627 mercado de oposição. Isso representa, senhores, 459.000 toneladas retiradas do
4628 meio ambiente e destinados de uma maneira ambientalmente adequada. É notório
4629 isso, nenhum País tem uma média tão alta quanto o Brasil, o País que mais se

197

99

198

4630 aproxima, a Suécia, tem 75% de pneus destinados. Então, nós continuamos muito
4631 acima da média mundial. Outro dado interessante, quais foram as tecnologias que
4632 prevaleceram nas destinações dos pneus em 2013? Houve aí com 54% com co-
4633 processamento, houve um aumento com relação ano passado de 6,63% e isso até
4634 um indicador que pode ser entendimento economicamente, houve uma demanda
4635 maior por cimento no País, devido à construção civil, então, com esse aumento
4636 quase chegou próximo ao de 2011, o dado de co-processamento era de 55%.
4637 Houve uma ligeira queda na granulação que é o uso da borracha para fins como
4638 quadras poliesportivas ou como matéria-prima para outros processos que
4639 dependam da borracha, houve uma queda na questão de laminação e um
4640 aumento pouco significativo, mas presente em outras tecnologias, tais como
4641 regeneração, pirólise, ou uso co-processamento do xisto. Em termos aí absolutos
4642 nós temos então as linhas que representam o cumprimento da média da meta
4643 pelas fabricantes e pelos importadores, nós vimos que os fabricantes têm ali o
4644 cumprimento da meta sempre acima do estimado e uma variação com a questão
4645 dos importadores. Essa variação tem a ver com as ações de fiscalização feitas
4646 pelo Ibama, nós tivemos um total de 37 operações de fiscalização, número de
4647 autos de infração que geraram mais de R\$ 700.000 em multas, lavrados, só que
4648 nós vemos que somente isso não basta, outras ações também nós esperamos
4649 que os Estados aí representados no conselho pela Abema também se
4650 sensibilizem com algumas questões como, por exemplo, licenciamento ambiental.
4651 Para nós é fundamental que toda licença ambiental tenha previsto no seu
4652 documento a quantidade mínima, ou a capacidade que a empresa tem de
4653 processar pneus. E isso já é um ativo na Resolução, espero que esse
4654 cumprimento aumente para que consigamos no mínimo ter o respaldo dos
4655 destinadores, o que estão fazendo e que eles possam ofertar a destinação de
4656 pneus de uma maneira mais abrangente no mercado e fazer com que não
4657 somente os fabricantes, mas também os importadores tenham sua meta atingida
4658 todos os anos. Aí só uma demonstração gráfica da variação, nós continuamos em
4659 tem 91,85 acima dos 90%, uma média muito boa. Para finalizar o que nós temos
4660 muito bem detalhado no nosso relatório que também está disponível no Ibama e
4661 na página do Conama, os pontos de coleta declarados em 2013. Então, um total
4662 de 1571 pontos de coleta distribuídos dessa forma como os senhores podem ver,
4663 observar na tela, nós temos o maior número de pontos, 735 pontos de coleta no
4664 Sudeste e o menor, 54 no Norte, mas todos eles então nós temos essa declaração
4665 endereço, capacidade e isso tudo está no nosso relatório lançado para
4666 cumprimento desse ano. E seria isso as informações. Muito obrigado. (*Palmas!*).

4667
4668

4669 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Será que é
4670 uma discussão pública? Você é da casa, ele é da casa... Você resolveu que vai
4671 perguntar assim mesmo? Está bom.

4672
4673

4674 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Gilberto, o que o Ibama vai fazer,
4675 eu vi que os importadores foi a meta mais baixa atendida ao longo dessa pesquisa
4676 histórica, desde a publicação da Resolução em 2009. E vi você falar em relação

4677 aos órgãos da Abema, os Órgão Estaduais de Meio Ambiente, mas eu entendo
4678 que o controle da importação é feito pelo Ibama. Então, mesmo que seja a
4679 posteriori o que o Ibama está planejando fazer para ir atrás dos importadores que
4680 não estão cumprindo a metas deles?

4681
4682

4683 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** – Obrigado pela pergunta. Todos os anos
4684 nós fazemos esse levantamento dos importadores que descumpriram ou deixaram
4685 de cumprir a meta e você tem a lavratura do auto de infração. Para nós é muito
4686 fácil, o Ministério da Indústria e Comércio tem a lista todos os importadores que
4687 realizaram importações de pneumáticos nos códigos de mercadoria, e isso para
4688 nós é simples, se a empresa deveria ter declarado destinação naquela
4689 porcentagem de pneus colocados no mercado de reposição e deixou de fazer, a
4690 autuação ela é clara. As outras ações que fazemos de fiscalização é justamente
4691 nas destinadoras porque às vezes o destinador oferta um serviço e ele descolado
4692 da realidade, ou seja, a empresa não tem condições ambientais ou não realiza
4693 uma atividade de destinação ambientalmente adequada dos pneus. E isso vem,
4694 todos os anos fazemos as operações de fiscalização, isso é até uma rotina nossa,
4695 na fiscalização, eles internalizam essas demandas e fazem a ações junto a
4696 emissão do auto de infração aos importadores e as ações em campo nas
4697 empresas destinadoras. Esse ano inclusive, só por um fato de curiosidade nós
4698 retiramos do compito total do cumprimento da meta, duas empresas de destinação
4699 por suspeitas de irregularidade. Então, assim, na meta de 62% dos importadores
4700 se nós tivéssemos considerado mesmo com irregularidade porque no geral nós
4701 teríamos o número maior, nós preferimos não levar em consideração e apresentar
4702 o fato daquilo que nós vimos controlando. O auxílio que nós pedimos aos Estados
4703 é justamente no próprio cumprimento que está previsto na Resolução que é ter a
4704 capacidade declarada na licença, isso auxilia sobremaneira o nosso trabalho com
4705 fiscalização de pneus.

4706
4707

4708 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós vamos
4709 partir para o segundo informe agora, queria dizer que esse projeto foi iniciado no
4710 âmbito do MMA, está ali o Renato Rosemberg, coordenador do programa, é uma
4711 iniciativa que começou com muita desconfiança, mas que hoje é um sucesso
4712 muito grande e acho que uma coisa que vai auxiliar demais a todos os
4713 interessados no licenciamento do ponto de vista nacional. Tem que fazer uma
4714 pequena interrupção, a Ministra está nos convocando para a reunião de
4715 Secretários agora, vou ter que ir, provavelmente essa é a minha despedida de
4716 vocês e peço que aproveitem ao máximo a apresentação do Mattedi e queria
4717 agradecer a todos o quanto aprendi com vocês esse período todo aqui. Peço
4718 desculpas pelo temperamento um pouco abrasivo, mas eu acredito que o Conama
4719 não pode deixar apequenar pelas incompetências nossas e por nossas eu falo da
4720 coordenação de todos os participantes, nós precisamos transformar esse Fórum
4721 aqui num Fórum de discussão de políticas ambientais mais nobre. Nós temos que
4722 trabalhar melhor para que ele possa cumprir seu papel. Então, a vocês desejo
4723 sucesso, continuem firmes aí e boa discussão sobre a licenciamento ambiental,

201

101

202

4724 tenho certeza, vão ficar todos bastante impressionados com o trabalho que está
4725 sendo desenvolvido no portal. Obrigado. (*Palmas!*).
4726

4727

4728 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK** – Obrigado, Secretário. Eu quero antes
4729 da saída do Secretário Gaetani fazer um agradecimento pessoal, a compreensão
4730 que o Secretário teve da importância desse portal desde o início, em determinados
4731 momentos mais críticos foi quem seguiu e assegurou o sucesso dessa iniciativa.
4732 Então, Gaetani, o portal deve muito, a existência dele à sua determinação.
4733 Lamento que nós tenhamos tido problemas pela manhã na apresentação e, enfim,
4734 lamento pelos que não vão poder ouvir. Serei brevíssimo. Nós estávamos falando
4735 então sobre o Portal, é um esforço, uma iniciativa conjunta dos órgãos
4736 licenciadores Estaduais e Ibama e do Distrito Federal e foi feito com recurso,
4737 então, do Programa Nacional de Meio Ambiente numa cooperação com a UFMG
4738 estão aqui presentes também os representantes da Universidade Federal de
4739 Minas Gerais que trabalharam conosco aí durante os dois anos. Eu estava
4740 dizendo de manhã justamente que adicionalmente, o que nós estamos vendo aqui
4741 é a ponta do iceberg, o que existe de pesquisa sobre o licenciamento, os fluxos do
4742 licenciamento que estarão disponíveis para os senhores e terão no ano que vem a
4743 tarefa da revisão da 001, da 237, de repensar questões relacionadas ao
4744 licenciamento terão nesse trabalho de pesquisa e nesse portal o conteúdo e
4745 formas de levantamento muito mais facilitados de informações, assim como os
4746 empreendedores, enfim, financiadores pesquisadores. Vamos então demonstrar,
4747 eu não vou falar do portal em geral, já tinha feito de manhã, eu vou demonstrar
4748 apenas duas das diversas funcionalidades, duas funcionalidades que eu acredito
4749 serão mais usadas. Uma é a pesquisa que nós fazemos do licenciamento
4750 ambiental. Ao pesquisar o licenciamento eu posso aplicar o tempo de buscar que
4751 eu quiser ali em cima para a conexão on-line com os bancos do Estados. O portal
4752 funciona através de web service que estão permanentemente ligados aos bancos
4753 estaduais do Distrito Federal e do Ibama, ele consulta esses bancos e eu vou
4754 demonstrar essa consulta daqui a pouquinho, de que forma ela pode ser, muito
4755 rapidamente. Então, eu escolho primeiro o tempo que eu quero para que a
4756 informação seja on-line ou que pode ser também feita num banco armazenado no
4757 próprio portal, com algum *delay*, algum tempo aí de informação de uma última
4758 atualização e não o tempo real do que está lá no órgão. Eu posso escolher por
4759 tipologias, eu já expliquei de manhã o grande trabalho que foi feito de correlação
4760 dessas tipologias todas para que a busca restasse coerente, foi preciso fazer a
4761 correlação entre as diversas tipologias existentes. Nós temos filtro por
4762 empreendedor, filtro por processo, número de processo, por data de processo,
4763 filtros regionais, quer dizer, através, eu posso pesquisar por região, ou por
4764 determinados Estados, eu quero ver as licenças federais em Sergipe, eu quero ver
4765 as licenças da Bahia e do Ceará, federais e estaduais, enfim, uma série de
4766 possibilidades. As licenças municipais aparecerão aqui na medida que os Estados
4767 fizeram aquilo que está previsto na LC 140, reunirem informações municipais.
4768 Então, Nós não faremos isso diretamente no portal, nós acessaremos os sistemas
4769 estaduais que terão como previsto informações sobre os municípios numa etapa
4770 para frente. Bom, eu vou fazer aqui, vamos diretamente, Pablo, uma pesquisa

203

102

204

4771 completa, direta, sem filtros, por favor, só para explicar como se dá a conexão,
4772 muito rapidamente, nós fizemos a pesquisa sem aplicar filtro nenhum. Esse
4773 quadro deixa transparente para o usuário o que está acontecendo na conexão,
4774 vocês vejam que conseguimos graças ao esforço de 200 pessoas no País todos,
4775 nós conseguimos conectar aqui praticamente todos os Estados, estamos na
4776 semana que vem finalizando essas conexões e estamos lançando em dezembro o
4777 portal está no ar. O que está verde, se passo o mouse em cima do relógio verde
4778 eu estou vendo dados em tempo real, ou seja, eu estou vendo agora o banco
4779 daquele Estado, do GDF ou Ibama, se estiver azul, não veio nenhum amarelo, eu
4780 tenho dados do banco do PNLA, ou seja, estou consultando dados do próprio
4781 PNLA do banco que subiu que vieram do banco de dados do Estado, migraram
4782 porque o Estado não oferece, não dispõe de um sistema oferecendo essas
4783 informações que possibilitassem parecer em tempo real. Se aparecer um relógio
4784 amarelo significa o quê? Eu tenho que aumentar aquele tempo de busca se eu
4785 quiser on-line porque em 30 segundos eu não consegui ficar on-line. Então, se eu
4786 quiser ficar online eu tenho que aumentar o tempo, isso aparece explicado, não
4787 apareceu nenhum amarelo nesse momento aí. O cinza significa o seguinte, por
4788 exemplo, esses dados foram atualizados há dois dias e nesse momento o real, a
4789 consulta online direta está indisponível, ou seja, eu tenho uma transparência de
4790 como é que o portal está se relacionando com todos os bancos de dados, o
4791 usuário percebe o que está consultando. Por que isso é importante? Porque eu
4792 tenho que saber quando estou olhando porque posso estar procurando um
4793 processo recentíssimo. E por outro lado essa consulta que não é online ela não dá
4794 acesso aos documentos que órgão licenciador tem disponível sobre a licença.
4795 Vamos pesquisar um órgão, vou aqui na casa, no Ibama, eu estou no Ibama,
4796 vamos no Ibama, vamos ali detalhar licenças e ali mesmo a partir dos filtros eu
4797 que apliquei eu posso detalhar as licenças que eu estou procurando, aí eu não
4798 apliquei filtro nenhum, eu estou vendo o quadro geral, mas vamos detalhar então,
4799 está carregando as licenças do Ibama para vocês perceberem como eu vejo as
4800 licenças. Só que ele não foi... Olha lá, está laranja aquela barra lá em cima,
4801 deveria estar verde, tente mais uma vez Pablo. Em 30 segundos ela não
4802 conseguiu acessar online. Por quê? Quando não acessa online eu vejo
4803 informações básicas da licença, mas não vejo os PDF que o órgão disponibiliza
4804 sobre a licença porque no meu banco PNLA eu não trago esses documentos
4805 todos, seria um banco gigantesco, eu trago informações básicas da licença.
4806 Vamos tentar mais uma vez, se não conseguir nós vamos tentamos em outro.
4807 Então, eu não vejo também, não é possível gerar os mapas se não houver
4808 georeferenciamento nas licenças. Então, aquelas licenças que trazem o
4809 georeferenciamento do empreendimento, eu vou vice visualizar no mapa esse
4810 empreendimento. Bom não foi possível, é isso, Pablo? Bom, bom vamos ver
4811 detalhes, alguma licença ali, mesmo sem ter sido... Ver detalhes vou mostrar o
4812 que os senhores... Aí ficou online. Engraçado. Olha, o que eu vejo da licença, eu
4813 estou vendo aqui o número do processo, o empreendimento BR 116, lote 3 a
4814 jazida é 4, Ibama que licenciou, é uma licença de operação emitida com
4815 vencimento em junho, venceu em junho de 2014, emitida em 2013. Mineração
4816 para um lote de rodovia. O que eu tenho mais? Dados do empreendimento, essas

4817 são as informações básicas, dados do empreendedor, quem é o empreendedor,
4818 ok, Ivair Engenharia de Obras, arquivo lá, por favor, eu não vou ter... Tive.
4819 Consegui ficar online, tenta de novo aquele online na frente para nós mostrarmos
4820 uma última vez. Não era isso não detalhar licença do Ibama, já está lá, detalha lá.
4821 Detalhar licença. Evidentemente a qualidade do seu sinal, a disponibilidade
4822 desses bancos, ela vai retratar o tempo que você vai gastar aí. Ok? Nós
4823 colocamos um limite de 30 segundos, parece em eternidade diante do
4824 computador. Não deu. Pega a usina hidrelétrica ali embaixo ver se tem detalhes
4825 dela. Não? Vai vendo outras então porque aquela lá era uma estrada entendeu?
4826 Tem coordenada nessa licença? Ok. Então, o empreendimento era o quê? O lote,
4827 e estou vendo um ponto vermelho nesse mapa, coloca o satélite, por favor, ali foi o
4828 local de mineração para a BR 116, vamos aproximar e podemos visualizar o
4829 empreendimento ali. Ok? Ali a região dele, os caras mineraram essa região aí
4830 para tirar material para fazer esse trecho da estrada. Então, é um recurso muito
4831 interessante, está vendo Adriana? Você pode ver? Eu estava olhando a barragem
4832 lá quase vi os peixinhos. Estou brincando, mas é possível você visualizar o
4833 empreendimento se ele estiver georeferenciado, isso depende do órgão, têm
4834 órgãos que muitas licenças não eram georeferenciadas, hoje quase todos estão
4835 fazendo georeferenciada. Bom, podemos, os arquivos também tenho acesso
4836 quando estou online, posso ver a própria licença, posso ver pareceres, audiência
4837 pública, o que tiver de documento PDF F disponível que o órgão tonou disponível
4838 eu verei ali no portal. Eu não crio informação nova nenhuma, eu apenas.... É mais
4839 um acesso às informações dos órgãos licenciadores. Vamos ver a outra uma outra
4840 funcionalidade, é a última que vou mostrar e depois no mês que vem vocês
4841 poderão visitar à vontade, apenas uma deferência com vocês que ficaram aqui até
4842 agora. Eu notei aqui, nós já preenchemos previamente longitude e latitude,
4843 coordenadas de um determinado ponto, o que acontece nessa ferramenta? Eu
4844 posso circunstanciar, ver o que está, o que existe nesse ponto? Vamos lá, por
4845 favor, estou vendo ali, ele caiu lá em Lajedinho, na Bahia, centro da Bahia, a
4846 região hidrográfica Atlântico Leste. Então, está no centro da Bahia, mas não na
4847 região de São Francisco ainda. Então, as bacias hidrográficas do Rio Paraguaçu,
4848 está na Catinga, onde termina a Mata Atlântica está começando Catinga de
4849 Biomas. As unidades de conservação estão próximo do Parque Nacional da
4850 Chapada Diamantina, aquele parque ali, não existe, tem ali alguma unidade
4851 pequena de uso sustentável, terras indígenas na região não existem. Sobre áreas
4852 prioritárias para conservação da biodiversidade estou vendo que ele não está em
4853 nenhuma das áreas nem alta e nem extremamente alta, ou para conservação da
4854 biodiversidade e ali os focos de luzes noturnas que são os aglomerados urbanos,
4855 na época de queimada isso vai parecer como luz noturna, hidrelétricas são há
4856 próxima da região e o mapa de vegetação, ele está ali numa floresta decidual,
4857 estacional/decidual. Isso dá ao empreendedor que vai escolher um ponto já uma
4858 percepção dos tipos de questões que ele vai enfrentar no licenciamento, o cara
4859 checa uma coordenada, deixa-me ver o que tenho de questões ligadas. Esses
4860 mapas serão enriquecidos porque eles estão aí com alguns chapas, mas eu posso
4861 enriquecer agora com o portal em andamento, com dados dos Estados, nós
4862 conversamos isso com os Estados, os Estados com as unidades estaduais,

4863 unidades de conservação e outros chapes que tenhamos para alimentar assim
4864 dessa maneira o portal. Eu não vou demonstrar as outras, tem notícias, notícias
4865 sobre licenciamento, calendário de audiências públicas, publicações, estudos,
4866 enfim, nós pensamos no portal como um lugar, um local, um ambiente de reflexão
4867 também sobre o licenciamento ambiental, de informações, de cruzamento de
4868 informações. Evidentemente o principal papel dele é primeiro dar aos Estados que
4869 não têm disposição pública ainda, sistema de seu licenciamento um espaço para
4870 isso. E aqueles estados que já têm, têm essa ferramenta complementar e com
4871 grande vantagem de fazer cruzamento. Eu posso fazer, como eu disse, um
4872 cruzamento, eu quero saber todo o licenciamento que está tendo de PCHs no
4873 Centro-Oeste e escolher isso, e buscar licenças, essas licenças sem que precise
4874 entrar órgão por órgão licenciador para achar. Qual é o grande desafio? Este
4875 Conselho será apresentado provavelmente pela Abema, pelos Estados e o
4876 Ministério do Meio Ambiente uma proposta de Resolução dos compromissos para
4877 o funcionamento dessa ferramenta, os compromissos gerais, os acordos de
4878 cooperação serão feitos Estado a Estado e para que ele se mantenha em
4879 funcionamento, tenha perenização, que ele consiga ficar aí funcionando porque
4880 qualquer mudança na tipologia do Estado, ou em tecnologias, em servidores e etc.
4881 pode afetar o funcionamento dele. Então, a ideia é que o Conama possa apreciar
4882 uma Resolução onde os Estados estão todos comprometidos a fazerem esta
4883 manutenção dessa atividade. Outro desafio é o financiamento, o grande empenho
4884 de todos os Estados e também através de empenho também do próprio Ministério
4885 há uma sinalização nesse sentido para o desenvolvimento dos Sistemas
4886 Estaduais que incluam os Municípios que licenciam, porque a LC 140 está nos
4887 trazendo essa realidade, para que essa consulta seja a mais completa possível.
4888 Esse é um outro grande desafio para crescer e ir adiante com esse portal.
4889 Agradeço aos senhores que permaneceram aqui até agora para essa deferência
4890 ao portal, e imagino que vocês terão oportunidade, nós não vamos colocar no ar
4891 ainda, ainda que vai entrar... Terminadas as conexões todas que falta ali um
4892 Estado, nós faremos testes, mais testes, vendo aí os ajustes que precisavam ser
4893 feitos e nós acreditamos que até 15 de dezembro no máximo estamos com ele no
4894 ar. O lançamento, vamos dizer assim, o esforço de comunicação desse portal será
4895 feito já no ano que vem, já com os novos gestores no Estado, já com a pactuação
4896 toda organizada e a mensagem de proposição da Resolução já apresentada ao
4897 Conama. Ela está sendo já com a minuta e sua justificativa. Tem parece que
4898 pergunta aqui, 4, não sei estou à disposição.

4899
4900

4901 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Nós temos
4902 o avançado da hora aqui, só para quem estiver interessado no próximo informe
4903 que é o informe específico sobre a questão da COP do Clima, da própria Política
4904 Nacional de Mudança da Clima especificamente, nós colocamos, nós distribuimos
4905 para vocês paper de duas páginas, uma página frente e verso, na qual trouxemos
4906 um pouco de todo o panorama. O Adriano da SMCQ está vindo aqui para
4907 conversar conosco sobre isso, pelo quórum não sei se seria tão interessante
4908 manter isso agora, ou pegamos, já que vai ter a COP ele nos passa os informes
4909 da COP na próxima reunião em março especificamente. Talvez melhor que

209

105

4910 façamos esse tipo de situação e já com os informes da COP. Então, podemos
4911 abrir para perguntas específicas.

4912
4913

4914 **A SRª. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Na verdade, é
4915 simples, eu acho que pisquei de manhã na sua apresentação. Esse portal vai ser
4916 aberto a todos ou vai ter critérios tenho acesso?

4917
4918

4919 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK** – Ele é aberto a todos, é um portal
4920 público, de acesso público, não tem nenhuma restrição.

4921
4922

4923 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria parabenizar
4924 pela ferramenta e dizer o seguinte, se nós conseguíssemos linkar depois essa
4925 ferramenta com o relatório de qualidade ambiental de cada Estado você teria a
4926 perspectiva de dimensionamento de capacidade de suporte de avaliação de
4927 sinergias e cumulatividade em função de alternativas locais que tem
4928 empreendimento e licenças. Então, ele pode ir muito além da informação sobre
4929 licenciamento, mas pode ser um instrumento que te dê a capacidade de viabilizar
4930 a capacidade de suporte, sinergia e cumulatividade. Parabéns.

4931
4932

4933 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK** – Exatamente, Bocuhy, nós quando
4934 fizemos nós tivemos a felicidade de ter uma experiência anterior, 2005. Então,
4935 olhando, debruçados sobre essa experiência o que deu certo ou não, e mais
4936 assim, quais as perspectivas do Sinima, o Sistema Nacional de Informações sobre
4937 Meio Ambiente. Então, nós tivemos que nos conter, mas faz parte da cooperação
4938 técnica um documento que aponta as possibilidades futuras de melhorias e
4939 aperfeiçoamentos no portal, porque eram tantas que nós tivemos que dar um corte
4940 senão não entregávamos nunca. É igual quando está construindo uma casa, nós
4941 precisamos delimitar. Então, você imagina aquela ferramenta lá com os
4942 zoneamentos, por exemplo, ali dentro, com questão de qualidade e a questão das
4943 bacias, enfim, nós temos aí um vasto caminho pela frente.

4944
4945

4946 **A SRª. LISIANE BECKER (Mover)** – São duas perguntas, a primeira vai incluir
4947 também a parte de Municípios e Estados ou esse banco de é só nacional?

4948
4949

4950 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK** – Todos os Estados.

4951
4952

4953 **A SRª. LISIANE BECKER (Mover)** – Estão capacitados para incluir? Porque eu
4954 não ouvi falar nada disso no Conselho Nacional de Meio Ambiente que eu
4955 frequento, sou Conselheira, nós não estamos sabendo nada disso, por isso me
4956 espanta ter um relato ótimo desse, mas eu fico preocupada quem vai manter esse
4957 banco de dados se ele está capacitado para isso.

4958

4959

4960 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Desculpa. A pergunta que eu queria fazer é
4961 parecida, como os Estados vão ser incluídos nisso? Ou estão incluídos e nós que
4962 não estamos informados?

4963

4964

4965 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK** – Eu acho que o que prejudicou, eu
4966 comecei de manhã e terminei de tarde, mas nós pela manhã chamávamos
4967 atenção que é uma iniciativa conjunta dos Estados que o Ministério está liderando,
4968 mas é de todos os Estados, todos juntos já aderiram ao portal, todos cooperaram
4969 e o trabalho de manutenção é muito simples, você tem que alimentar o seu banco
4970 de dados e se você mexer alguma coisa nele, alterar alguma coisa de tecnologia,
4971 de endereço, de classificação do seu licenciamento, você tem que reportar isso à
4972 equipe responsável pelo portal porque pode dar alguma incoerência na pesquisa.
4973 Mas o trabalho é todo automático, ele lê, nós temos hoje web services ligando
4974 esse banco do portal aos bancos dos Estados. Então, ele é todo automático, todas
4975 as noites o portal atualiza para o seu banco as informações estaduais, e do Ibama
4976 e do DF e permite quando o usuário entra que vá diretamente para o sistema que
4977 mostrei, aquela tela, Pablo, por favor, em que os relógios estão verdes, se eles
4978 estão verdes significa que eu estou indo diretamente via portal ao banco do
4979 Estado. Se eu estou de outra cor é porque não consegui esse acesso, mas vou
4980 então para o banco consolidado na última atualização. Então, foi um esforço
4981 institucional grande, com a adesão devo destacar aqui todos os dirigentes
4982 estaduais, os órgãos estaduais, todos. E nós fizemos essas visitas agora em
4983 período de campanha eleitoral e nada disso influenciou no sucesso que nós
4984 tivemos aqui de ligar todos porque todos eu acho que compreenderam a
4985 importância de ter essa ferramenta. Os Municípios irão participar a medida que os
4986 estados tiveram seus sistemas, incluindo os Municípios, seria impossível para nós
4987 fazermos diretamente uma ligação de todos os municípios do Brasil.

4988

4989

4990 **A SR^a. LISIANE BECKER (Mover)** – Porque o Estado já tem o sistema de
4991 informação. Então, ele não precisa mudar, ele é compatível com esse ou ele teve
4992 que migrar para esse sistema?

4993

4994

4995 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK** – Ele continua com seu sistema, ele não
4996 altera nada de como o Estado organiza seu licenciamento, seus sistemas, ele
4997 apenas lê o que o Estado tem. O Estado que não tem sistema, são poucos dois
4998 Estados apenas que não têm o sistema ainda operando com essas informações
4999 públicas, eles têm uma forma de subir as suas planilhas de licenciamento, com as
5000 informações sobre licenciamento, de carregar e aí sim tem um trabalho de ficar
5001 carregando, mas eles logo terão o sistema que nós estamos inclusive
5002 prioritariamente para esses estados no ano que vem deve ter recurso para eles
5003 terem os seus sistemas. Tinha alguém por aqui. Mais alguém? Ok? Então, mais
5004 uma vez muito obrigado. Estamos à disposição. Esse sistema e aquele outro que

5005 foi apresentado de manhã, o Sies, que são as informações estratégicas do
5006 Sisnama, que foram desenvolvidos lá no âmbito do Departamento de
5007 Coordenação do Sisnama para tentar facilitar todos eles nesse sentido de
5008 compreensão mais horizontal das nossas relações, não tanto das informações,
5009 mais informações, mas de relacionar os dados que já existem.

5010
5011

5012 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – É que esse sistema ele relata
5013 os processos de licenciamento que estão ocorrendo e também agrupa os
5014 licenciamentos já realizados e todas as etapas posteriores, por exemplo, de
5015 monitoramento que foram estabelecidos para aferir os impactos que aquele
5016 empreendimento poderá causar. Isso é reportado aí?

5017
5018

5019 **O SR. EDUARDO MATTEDI WERNECK** – Como eu disse, boa pergunta,
5020 esclarece. Como eu disse é um portal nacional no licenciamento, ou seja, ele lê o
5021 que tem nos bancos dos órgãos licenciadores, como os órgãos licenciadores
5022 organizam o seu licenciamento ele vai parecer aqui, ou seja, onde tem processo
5023 de licenciamento ele parece aqui. Se você perguntar: “ele traz todas as outorgas”?
5024 “Ele traz todas as supressões de vegetação”? Depende. Se tiver associado a
5025 algum processo de licenciamento vai parecer porque o órgão licenciador assim
5026 faz, nós buscamos licenciamento. Por quê? O número de atos na área é enorme.
5027 Então, nós temos esse foco licenciamento. Da mesma forma aparece, você pode
5028 ler ali ata de audiência pública do licenciamento, do processo de licenciamento,
5029 termo de referência para o Eia E Rima. Então, se o órgão disponibiliza esses
5030 documentos, dá publicidade a eles no seu banco eu consigo aqui dar publicidade
5031 aqui. Nós não interferimos na lógica de organização do licenciamento de cada
5032 entidade federativa, apenas fizemos uma ferramenta capaz de relacioná-las todas.
5033 Ok?? Então gente, muito obrigado. Vamos em frente aí com os esforços para o
5034 Sisnama. Obrigada. (*Palmas!*).

5035
5036

5037 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Bem, então
5038 muito obrigado, Mattedi, pela excelente apresentação e pelo excelente trabalho. O
5039 informe sobre a Política Nacional de Mudança do Clima e sobre a COP do Clima,
5040 eu acho que seria melhor para valorizar o Plenário passarmos para a nossa
5041 próxima reunião. Outra coisa que eu gostaria de colocar para vocês é que
5042 receberam ali atrás essa revista aqui, Juventude e Meio Ambiente, ela é uma
5043 iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, mas uma entrega nossa como Ministério
5044 em conjunto com o Conselho Nacional da Juventude. Então, quando começamos
5045 a conversar sobre as possibilidades de fazer essas reuniões interconselhos, essas
5046 movimentações interconselhos, o Conselho Nacional de Juventude também
5047 procurou o Ministério e publicou essa revista. Eu acho que seria interessante nós
5048 começarmos a valorizar esses outros segmentos da juventude em suas possíveis
5049 relações. Outro ponto específico é que Ministério do Meio Ambiente está gravando
5050 essa nossa plenária específica e nós vamos tentar começar a tentar a partir de
5051 agora vídeo gravar as plenárias e não conseguimos ainda colocar ao vivo as

5052 plenárias na Internet, mas vamos fazer como fizemos no Seminário Jurídico,
5053 colocar um site no Youtube colocando todos os temas específicos por pauta lá
5054 inseridos nessa vídeo-gravação. Mais uma entrega nossa aqui para fechar. Então,
5055 agradeço a presença de todos aqui, os trabalhos foram excelentes, conseguimos
5056 aprovar trabalhos a metade do tempo que nós tínhamos previsto com vocês, eu
5057 não acreditava que isso seria possível. Quem for para o Seminário sobre
5058 Qualidade do Ar nos encontramos no Seminário, se é que vai ser agora, se é que
5059 vai ser no próximo ano, talvez ele passe para fevereiro também, mas mesmo
5060 assim vai ser anterior ao nosso próximo encontro, que 18 é 19 de março de 2015.
5061 Então, agradeço a todo mundo aí, feliz Natal e Feliz Ano-Novo. Muito obrigado e
5062 bom retorno a todos e todas. (*Palmas!*).
5063